



## 1. Apresentação

*“A criatividade nasce da angústia, como o dia nasce da noite escura. É na crise que nascem as invenções, os descobrimentos e as grandes estratégias. Quem supera a crise, supera a si mesmo sem ficar “superado”.*

Albert Einstein

Elaborámos o orçamento para o ano de 2012 num contexto de graves problemas orçamentais e económicos no País, situação que se prolonga no tempo e se estende à zona Euro, com sinais de elevada incerteza. Portugal passa por um dos períodos mais difíceis da sua História recente, com um programa de ajustamentos e reformas estruturais no sentido da consolidação orçamental que inclui a reorganização e redimensionamento do Estado e transformação estrutural na economia, com o desígnio de encontrar um caminho de prosperidade para o País, com melhor administração, melhor justiça, mais equidade, menores desigualdades, maior coesão social e territorial.

Neste contexto, os municípios sofrem com a redução na arrecadação de receitas próprias e nas transferências devidas por parte da Administração Central e com a maior exigência dos cidadãos face às dificuldades crescentes na quebra de rendimentos das famílias resultante do aumento dos impostos e do aumento do desemprego.

Os municípios portugueses no seu conjunto, apesar de muitas dificuldades, estão a contribuir positivamente para o esforço de consolidação das contas públicas, esforço dificultado pelo não cumprimento da Lei das Finanças Locais, pelo desajustamento entre o que são as atribuições e competências dos municípios e pela não consideração do que é a diferença de realidades dos municípios do interior e os do litoral, situação que se agrava desde o ano de 2007, em particular nos municípios do interior.

O Memorando de Entendimento subscrito pela Comissão Europeia, Banco Central Europeu e Fundo Monetário Internacional, impõe nas transferências para as autarquias, uma redução de 25 % em três anos, feita a comparação com a previsão para o Orçamento de Estado para 2010 e 32% no mesmo período, se feita a comparação com o previsto na Lei das Finanças Locais. Por efeitos resultantes dos PEC e acordo com a TROIKA, ocorreu uma redução de transferências 2.05 milhões comparando com o previsto no OE para o ano de 2010.

A recessão económica prevista para 2012 em 2,8% do PIB, com valores de desemprego previstos acima dos 13%, acentua os problemas nos municípios do interior, muito dependentes das transferências devidas e provenientes de impostos nacionais (IRS, IRC, IVA), com a



agravante da redução nos impostos directos, redução que no 1º semestre de 2011 se situava nos 11% para o conjunto dos municípios.

Desde o ano de 2005 que, em cada ano, o Orçamento de Estado é pior para os municípios, com redução progressiva da autonomia do Poder Local, e de asfixia financeira, que condiciona o acesso aos Fundos Comunitários necessários para ajudar a economia local. A partir do ano de 2007, as transferências da Administração Central para os municípios têm em termos relativos menos expressão, face ao aumento dos impostos nacionais, significando que o Governo Central gasta mais, reparte menos com os municípios, enquanto aumentam as competências e atribuições dos municípios, asfixiando-os financeiramente. Cita-se como um dos muitos exemplos, o transporte escolar em que o Município de Bragança gasta acima de 600 000€ e só 20% são financiados pela Administração Central.

O Município de Bragança, tem vindo desde o início declarado da crise, ano de 2008, a isentar, reduzir ou não aumentar as taxas e tarifas do município, salientando-se: isenção de aplicação de Derrama, imposto local autárquico sobre o lucro tributável das empresas, até ao limite máximo de 1,5%; no âmbito do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, o Executivo Municipal, tem vindo a adoptar uma política de redução progressiva das taxas de cálculo do imposto quer para os prédios urbanos não avaliados (redução de 14,3%), quer para os imóveis urbanos avaliados (redução de 8,75%); também no âmbito da revisão/actualização do zonamento, foram revistos em baixa os coeficientes de localização e que resultou no abaixamento do valor patrimonial dos imóveis (edifícios e terrenos) e assim do valor do imposto de IMI e de IMT; não aumento de um modo geral das taxas e tarifas.

Já do lado da despesa, somos confrontados com o aumento do IVA, com particular incidência nos combustíveis e energia e que só para estas componentes de custo representam 500 000€ de agravamento nas compras, valor que sobe visto, o município adquirir muitos outros produtos em que o IVA aumentou, sendo o IVA um custo não dedutível. Somos confrontados com muitas outras despesas obrigatórias cujo custo tem aumentado, e por isso o exercício de equilíbrio está a ser feito com muita contenção e redução noutras despesas, de modo a manter o equilíbrio nas finanças do município. Em resumo temos, mais despesa pela via do aumento dos impostos, das crescentes necessidades sociais, menos receitas transferidas pela administração central e menos receitas próprias, resultado da recessão económica e do menor orçamento disponível das famílias.

Assim, é claro que estando o orçamento do município, cada vez mais condicionado pela grave situação económico-financeira do País, nos obrigamos a continuar com uma boa gestão de optimização dos recursos, minimização do desperdício e elevada selectividade no investimento, concentrando recursos em projectos elegíveis a Fundos Comunitários.



*my*  
*[Signature]*  
*[Signature]*  
*[Signature]*  
*[Signature]*

O Orçamento da receita, no valor de 41,45 milhões de euros apresenta um crescimento de 10,58% (3,9 milhões €) relativamente a 2010, crescimento proveniente do aumento do financiamento comunitário que representa 26,63% da receita global e 51% da totalidade do investimento previsto, salientando que no PPI se prevê um valor de investimento superior em 5,06 milhões de € relativamente a 2010.

No Orçamento da despesa corrente regista-se uma diminuição de 2,85%, apesar dos aumentos elevados nos custos, designadamente do aumento do IVA e de a despesa ter sido orçamentada por valores que consideramos muito próximos do concretizável, o que dá conta do forte exercício de redução que foi necessário concretizar. No sentido de assegurar alguma folga para fazer face a eventual diferença entre o que é o valor calculado pelas regras de previsão e a arrecadação em cenário de elevada recessão e incerteza, durante a fase de concretização do Orçamento, poderá ser adoptada uma regra de "cativação" de 5% das dotações a todos os Serviços, nas rubricas relacionadas com aquisição de bens e serviços e no investimento não co-financiado por fundos comunitários.

Prevemos a elaboração de ajustamentos nos tarifários, no sentido de serem tomadas decisões de melhoria da relação entre a receita e a despesa, relativas aos serviços de tratamento de saneamento (56,25%); de limpeza urbana, recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos (58,81%); do serviço de transportes urbanos (16,03%); serão revistas orientações relacionadas com a utilização do cartão de munícipe, garantindo que a todas as famílias em situação de carência económica, no sentido definido nos regulamentos municipais, beneficiarão de redução ou isenção no acesso a serviços prestados pelo município e que o desconto de 20% sobre a factura de água, saneamento e limpeza urbana continuarão a ser aplicados para as famílias de menores rendimentos e famílias numerosas.

Será promovido ajustamento ao nível do arrendamento social, considerando que desde a construção dos bairros sociais (1978 e 1982) não foram realizadas actualizações, ocorrendo que nesta data algumas famílias pagam valor excessivo para o seu nível de rendimento e outras um valor muito baixo face ao rendimento do agregado familiar, existindo casos de rendas de 2,00€, quando o mínimo é de 4,85€, sendo a renda mensal média actual por fogo de 20,05€. Impõe-se, por razões de justiça social, proceder a ajustamentos ainda que progressivos.

Quanto á dívida do município, a previsão da dívida de médio Longo Prazo é de 8,174 milhões de euros, registando-se uma diminuição de 14,23% face ao previsto em 2011 (período homólogo). Em termos de dívida global registava-se a 30 de Setembro, uma diminuição de 12,55% relativamente a igual período de 2010. Quanto aos limites de endividamento, o



município mantém uma folga considerável de 59,21% no endividamento de Médio Longo Prazo e de 81,02% em termos de endividamento líquido.

Para melhor sustentar o elevado investimento previsto, está em curso o processo de contracção de financiamento de 2,734 milhões de € no âmbito de Empréstimo Quadro negociado pelo Governo, designado de QREN EQ feito pelo Banco Europeu de Investimento para financiamento de operações co-financiadas pelo FEDER e FC, a aplicar se contratado durante os anos de 2012 e 2013, sendo que as amortizações de empréstimos de MLP a efectuar durante idêntico período, são de valor idêntico o que significa que o município deverá no final de 2013, estar com um nível de endividamento baixo, ou seja com valores próximo do actual.

Quanto ao património do município, o activo fixo no ano de 2011 cresceu, prevendo-se um incremento superior durante o ano de 2012 face ao investimento previsto. Já quanto às participações detidas pelo município em outras entidades, é de prever uma redução, considerando que durante o ano de 2012 deverá ser alienada a participação na empresa Municipia E.M. S.A., extinta a empresa Mercado Municipal de Bragança E.M. e a empresa Terra Fria Carnes Ld.<sup>a</sup> .

O mapa de pessoal prevê 375 trabalhadores nas diferentes relações jurídicas de emprego público, enquanto no ano de 2011 previa 388 trabalhadores. Em situação de pedido de aposentação voluntária/antecipada e de pedidos de aposentação por incapacidade estão 17 trabalhadores. No ano de 2011 foi aprovada uma reorganização dos serviços, considerando o projecto de construção e requalificação urbana das instalações da sede do município, ainda não totalmente implementada, sendo previsível que durante o ano de 2012 nova reorganização parcial, ao nível das chefias face às orientações constantes da proposta de OE para 2012.

Aos trabalhadores do município continuaremos a assegurar o Serviço de Segurança Higiene e Saúde no Trabalho (de reconhecida utilidade), a necessária formação profissional conforme as necessidades de evolução no serviço e muito ligadas ao processo de modernização administrativa em curso, que pretendemos esteja consolidado até final do primeiro semestre de 2013, ano de conclusão prevista para a ocupação das novas e requalificadas instalações municipais.

As Juntas de Freguesia, com o apoio constante da Câmara Municipal realizaram uma obra extensa que marca um período de grande investimento e de elevada melhoria da qualidade de vida e bem-estar das populações, investimentos e iniciativas que a população valoriza e que dão às nossas aldeias uma boa imagem de organização, de coesão de responsabilidade social e ambiental. O trabalho feito, numa relação de grande proximidade com os cidadãos tem



*my  
of just  
H.*

resultado num bom aproveitamento dos escassos recursos, de um modo geral sem desperdício, atitude agora ainda mais exigente dada a incerteza do tempo presente e próximo.

A verba directamente afecta a transferências para as freguesias, superior à do ano de 2011 apesar da redução de transferências para o município e previsível redução de receitas próprias, face à elevada recessão económica, está orientada para investimentos ainda considerados como prioritários em algumas freguesias e para pequenos investimentos, se necessários, sendo sempre utilizados em complemento de recursos das próprias freguesias.

Para o movimento associativo, estão previstos alguns apoios, seja para investimento, para actividades ou funcionamento, tendo sido feita uma redução de 29,2%, valor com algum significado, considerando que no ano de 2010 já havia sido concretizada uma redução e que no valor orçamentado estão incluídas transferências para investimento a realizar na concretização do Parque de Ciência e Tecnologia. Apesar disso, será mantida uma atenção especial às Instituições Particulares de Solidariedade Social e Associações de Bombeiros Voluntários, instituições de reconhecido e necessário apoio à comunidade e à missão de protecção civil municipal.

Na elaboração do orçamento iniciou-se, este ano, um processo limitado de abertura à comunidade em geral, no sentido de obter a participação na definição de prioridades de investimento relativamente a um conjunto de pequenos projectos, processo experimental, que poderá evoluir com a experiência de participação dos cidadãos e melhor enquadramento institucional, dessa dimensão de cidadania nas opções de gestão. Um processo de orçamento participativo adquire maior relevância quando os recursos são escassos, processo que deverá ser compatível com as opções políticas democraticamente legitimadas, e que pode, se devidamente compreendido, aproximar mais a gestão aos anseios dos cidadãos.



## 2. Orçamento

*“O prazer no trabalho aperfeiçoa a obra”.*

Aristóteles

Sabendo que os recursos que as Autarquias têm ao seu dispor são escassos, a exigência de optimização dos mesmos torna-se uma necessidade cada vez mais premente. O Orçamento municipal revela-se assim um instrumento de gestão fundamental, onde se pretendem converter as intenções que figuram nos planos plurianual de investimentos e de actividades municipais em realizações, através da afectação dos meios financeiros necessários. Este objectivo de transformação de intenções em acções tem uma função inicial de previsão, consistindo na inscrição orçamental de todas as receitas e despesas que o município espera obter e despender durante o ano a que se reporta o orçamento.

Compete à Câmara Municipal, de acordo com o disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, elaborar este importante documento previsional e apresentá-lo à Assembleia Municipal, para efeitos da alínea b) do n.º 2 do artigo 53.º do referido diploma legal.

Este documento de gestão financeira anual proveniente, precisamente, do planeamento operacional, deve garantir o cumprimento de todos os princípios e regras legalmente exigidos. A sua regulamentação consta no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 162/99, de 22 de Fevereiro, pelo Decreto-Lei n.º 315/2000, de 2 de Dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 84-A/2002, de 5 de Abril, mais especificamente no seu ponto 3.3. que contém as regras a observar na respectiva elaboração, nomeadamente, a que especifica que *“... as importâncias relativas aos impostos, taxas e tarifas a inscrever no orçamento não podem ser superiores a metade das cobranças efectuadas nos últimos 24 meses que precedam o mês da sua elaboração, excepto no que respeita a receitas novas ou a actualizações de impostos...”*.

Assim sendo, a metodologia adoptada para elaboração do Orçamento de Receita 2011 foi baseada na média aritmética dos últimos 24 meses, arredondada à centena seguinte, sendo considerado como o último mês de referência o mês de Setembro de 2009.

O Orçamento Municipal é condicionado por alguns factores - que convém mencionar - pois estão subjacentes à sua elaboração: a incompressibilidade das despesas (encargos fixos), a exigência do duplo equilíbrio financeiro (regra do equilíbrio do orçamento global e regra do equilíbrio orçamental corrente), a situação interna e os condicionalismos externos ao desempenho da economia e a política Europeia de apoios estruturais às regiões de convergência.



my-  
H. José  
d. Just  
fi.

## 2.1. Apresentação Global do Orçamento 2012

A previsão das receitas e despesas, para o próximo ano, é apresentada no quadro 1, onde se encontram discriminados os valores pelos dois grandes agrupamentos de classificação económica, isto é, Correntes e de Capital.

QUADRO 1: Resumo do Orçamento Previsto para o ano de 2012

Descrição	Classificação Orçamental		Total
	Correntes	Capital	
Receitas	23.251.900,00	18.227.000,00	41.478.900,00
Despesas	22.254.500,00	19.224.400,00	41.478.900,00
<b>Saldo</b>	<b>997.400,00</b>	<b>-997.400,00</b>	

Valores: euros

De acordo com o disposto na alínea e) do ponto 3.1.1 do POCAL, o princípio do Equilíbrio Orçamental determina, em sede de elaboração do orçamento, que o mesmo preveja os recursos necessários para cobrir todas as despesas, devendo as receitas correntes ser pelo menos iguais às despesas correntes.

Pela observação do quadro supra apresentado, conclui-se que este preceito se manteve presente, totalizando as Receitas correntes o montante de 23.251.900,00 euros face ao valor de 22.254.500,00 euros de Despesas correntes. Neste contexto, foi possível obter uma *poupança corrente* no valor de 997.400,00 euros, proveniente do excesso das Receitas correntes sobre as Despesas da mesma natureza, financiando - no mesmo valor - as Despesas de capital.

A leitura sintetizada do quadro 2 permite-nos concluir que, o orçamento de 2012 apresenta - comparativamente ao de 2011 um aumento de 10,38%, ou seja, de 3.900.700,00 euros em valor absoluto. No orçamento de receita, tal facto tem maior expressividade na previsão das receitas de capital, com um acréscimo de 3.968.500,00 euros, ou seja, de 25,48%. Nas receitas correntes, prevê-se um aumento próximo de 1%. Relativamente ao orçamento de despesa, com um aumento em valor absoluto de igual valor, prevê-se uma diminuição de 2,85% nas despesas correntes sendo que, as despesas de capital - em concordância com a tendência de crescimento das receitas de capital - são incrementadas face ao previsto no ano de 2011 em 4.553.000,00 euros.

Seguidamente irá proceder-se pormenorizadamente à análise do Orçamento Municipal.

**QUADRO 2: Mapa Comparativo dos Orçamentos previstos: 2011 vs. 2012****ORÇAMENTO DE RECEITA**

Descritivo	2011	2012	Var. %
<i>Receitas Correntes</i>			
Impostos Directos	4.452.200 €	4.462.000 €	0,22%
Impostos Indirectos	321.700 €	311.600 €	-3,14%
Taxas, Multas e Outras Penalidades	1.023.000 €	997.300 €	-2,51%
Rendimentos de Propriedade	1.713.400 €	1.718.800 €	0,32%
Transferências Correntes	10.207.100 €	10.131.800 €	-0,74%
Venda de Bens e Serviços Correntes	5.267.200 €	5.579.800 €	5,93%
Outras Receitas Correntes	38.900 €	50.600 €	30,08%
<i>Total (Receitas Correntes)</i>	<b>23.023.500 €</b>	<b>23.251.900 €</b>	<b>0,99%</b>
<i>Receitas Capital</i>			
Venda de Bens de Investimento	1.333.100 €	3.747.700 €	181,13%
Transferências de Capital	12.369.600 €	14.453.500 €	16,85%
Passivos Financeiros	675.100 €	200 €	-99,97%
Outras Receitas de Capital	139.800 €	14.700 €	-89,48%
<i>Total (Receitas Capital)</i>	<b>14.517.600 €</b>	<b>18.216.100 €</b>	<b>25,48%</b>
<i>Outras Receitas</i>			
Reposições não abatidas aos pagamentos	37.100 €	10.900 €	-70,62%
<i>Total (Outras Receitas)</i>	<b>37.100 €</b>	<b>10.900 €</b>	<b>-70,62%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>37.578.200 €</b>	<b>41.478.900 €</b>	<b>10,38%</b>

Valores: euros

**ORÇAMENTO DE DESPESA**

Descritivo	2011	2012	Var. %
<i>Despesas Correntes</i>			
Despesas com o pessoal	6.932.500 €	6.865.700 €	-0,96%
Aquisição de bens e serviços	14.338.800 €	13.815.100 €	-3,65%
Juros e outros encargos	256.200 €	271.800 €	6,09%
Transferências correntes	1.019.500 €	822.200 €	-19,35%
Outras despesas correntes	359.800 €	479.700 €	33,32%
<i>Total (Despesas Correntes)</i>	<b>22.906.800 €</b>	<b>22.254.500 €</b>	<b>-2,85%</b>
<i>Despesas Capital</i>			
Aquisição de bens de capital	10.645.500 €	15.738.500 €	47,84%
Transferências de capital	2.595.800 €	2.322.400 €	-10,53%
Activos financeiros	330.000 €	100 €	-99,97%
Passivos financeiros	1.100.100 €	1.163.400 €	5,75%
<i>Total (Despesas Capital)</i>	<b>14.671.400 €</b>	<b>19.224.400 €</b>	<b>31,03%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>37.578.200 €</b>	<b>41.478.900 €</b>	<b>10,38%</b>

Valores: euros



*Handwritten signature and initials*

### 2.1.1. Orçamento da Receita

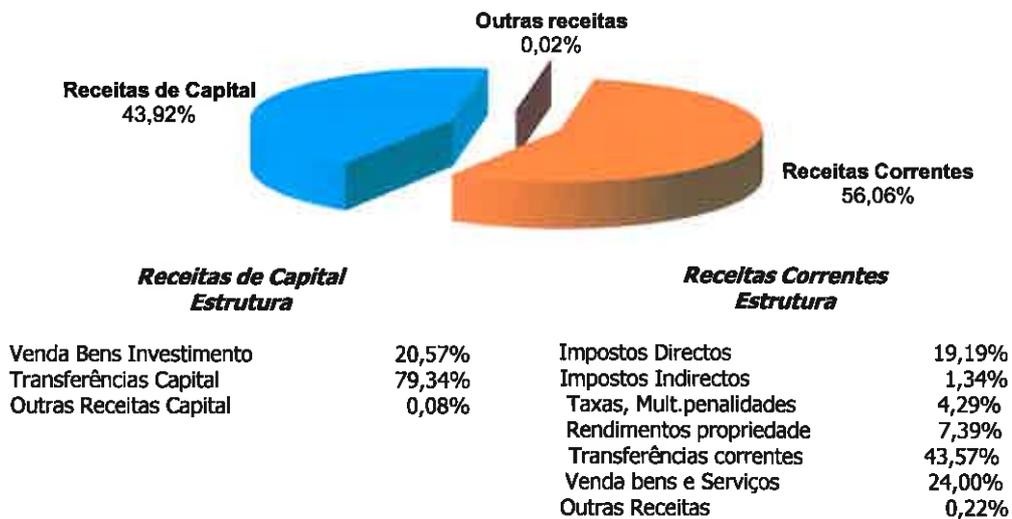
A classificação económica das receitas traduz-se na desagregação das mesmas, ou seja, em receitas correntes e de capital.

As receitas correntes - aquelas que se repercutem no património não duradouro da autarquia - são provenientes de rendimentos no período orçamental e agrupadas em: Impostos directos e indirectos; Taxas, multas e outras penalidades; Rendimentos de propriedade; Transferências correntes; Venda de bens e serviços correntes e Outras receitas correntes.

No que concerne às receitas de capital, ou seja, aquelas que são arrecadadas pela autarquia e que alteram o seu património duradouro, agrupam-se por capítulos com as seguintes designações: Venda de bens de investimento, Transferências de capital, Activos financeiros, Passivos financeiros e Outras receitas de capital.

O Orçamento de receita foi elaborado dando cumprimento às regras previsionais instituídas no ponto 3.3.3 do POCAL. Os valores orçamentados foram sempre arredondados para a centena imediatamente superior. Assim sendo, a previsão para o ano de 2012 em termos de receita ascende a 41.478.900,00 euros e apresentando a seguinte estrutura:

**GRÁFICO 1: Composição do Orçamento de Receita**



**QUADRO 3: Principais fontes de Financiamento do Orçamento de Receita**

<i>Descritivo</i>	<i>valor</i>	<i>Principal fonte financiamento</i>	<i>valor</i>	<i>%</i>
<b>Receitas Correntes</b>				
<b>Impostos Directos</b>	<b>4.462.000 €</b>	Imp.Municip. sobre Imóveis	3.033.800 €	68,0%
		Imp.Unico de Circulação	550.400 €	12,3%
		Imp.Municip.S/Tran.Onerosas Imóveis	876.200 €	19,6%
		Impostos Abolidos	1500 €	0,0%
<b>Impostos Indirectos</b>	<b>311.600 €</b>	Loteamentos e Obras	267.300 €	85,8%
<b>Taxas, Multas e Outras Penalidades</b>	<b>997.300 €</b>	Mercados e Feiras	41500 €	4,2%
		Loteamentos e Obras	69.000 €	6,9%
		Saneamento - Conservação	687.500 €	68,9%
<b>Rendimentos de Proriedade</b>	<b>1.718.800 €</b>	Rendas - Outros	1688.000 €	98,2%
<b>Transferências Correntes</b>	<b>10.131.800 €</b>	Administração Central	9.523.000 €	94,0%
<b>Venda de Bens e Serviços Correntes</b>	<b>6.579.800 €</b>	Venda de bens - Água	1819.100 €	32,6%
		Venda de bens - Electricidade	1019.500 €	15,3%
		Serviços Sociais, Recreat/Cult/Desporto	192.900 €	3,5%
		Serv. Esp.Autarquias - Resíduos sólidos	151300 €	20,6%
		Serv. Esp.Autarquias - Transp. Colectivos	144.200 €	2,6%
		Serv. Esp.Autarquias - Parq. Estacionamento	360.100 €	6,5%
		Rendas	642.300 €	11,5%
<b>Outras Receltas Correntes</b>	<b>60.600 €</b>	Diversas	35.200 €	69,6%
<b>Total (Receitas Correntes)</b>	<b>23.251.900 €</b>		<b>22.192.800 €</b>	<b>95,4%</b>
<b>Receitas de Capital</b>				
<b>Venda de Bens de Investimento</b>	<b>3.747.700 €</b>	Terrenos	3.740.300 €	99,8%
<b>Transferências de Capital</b>	<b>14.453.600 €</b>	Administ. Central - Estado	4.687.900 €	32,4%
		Estado - Part/comunitária proj.co-financiados	9.765.500 €	67,6%
<b>Passivos Financeiros</b>	<b>200 €</b>	Empréstimos de curto, médio e longo prazos	200 €	100,0%
<b>Outras Receltas de Capital</b>	<b>14.700 €</b>			
<b>Outras Receltas</b>	<b>10.900 €</b>			
<b>Total (Receitas Capital)</b>	<b>18.227.000 €</b>		<b>18.193.900 €</b>	<b>99,8%</b>

Valores: euros

A leitura do gráfico 1, complementada pelos quadros anteriores, evidencia o peso de cada tipo de receita no orçamento global, a sua desagregação e as principais fontes de financiamento. Ao analisar os agrupamentos que contribuem mais significativamente para o orçamento de receita e os desvios verificados, comparativamente ao ano anterior, são de salientar as seguintes considerações:



my  
X  
fi  
Just

As **Receitas Correntes** representam 56,06% do Orçamento Municipal:

▲ Dos *Impostos directos*, que representam 19,19% do orçamento corrente, 87,63% são provenientes do Imposto Municipal sobre Imóveis e Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis, com 68% e 19,6%, respectivamente;

▲ Os *Impostos indirectos*, resultantes do sector produtivo, representam 1,34% do orçamento corrente, registando uma redução de 3,14% face ao valor estimado para o ano 2011. A receita proveniente de Loteamentos e Obras representa 85,8% destes impostos;

▲ Os *Rendimentos de Propriedade* apresentam relativamente a 2011, um acréscimo de 0,32%. Estes rendimentos resultam em 97,80% da renda de concessão de utilização da rede eléctrica em baixa tensão paga pela EDP;

▲ As *Transferências Correntes* representam 43,57% das receitas correntes e registam um decréscimo de 0,74% face ao valor orçamentado para 2011. São provenientes em 94% da Administração Central, maioritariamente do Fundo de Equilíbrio Financeiro, Fundo Social Municipal e Participação Fixa no IRS. Será ainda de referir que 617.500,00 euros derivam maioritariamente dos apoios financeiros da DREN, IEFP e DGAL, no que diz respeito às participações nas despesas suportadas com os auxiliares da acção educativa, actividades extra-curriculares, estágios profissionais e transportes escolares. O valor orçamentado para a participação corrente em projectos co-financiados atinge o montante de 35.600,00 euros.

▲ A venda de *Bens e Serviços Correntes* representativos de 24% do orçamento corrente das receitas, aumentam 5,93% face ao ano anterior. A venda de bens e serviços relacionados com a água e os resíduos sólidos são as receitas mais significativas, ou seja, com um peso de 32,6% e 20,6%, respectivamente. As receitas derivadas das rendas contribuem em 11,5% para a formação deste tipo de receitas, estando incluídas as provenientes da habitação, edifícios e outras.

Ao nível das *Receitas de Capital* representam 43,92% do Orçamento Municipal:

▲ A rubrica *Venda de Bens de Investimentos*, nomeadamente Terrenos - com um peso no orçamento de receitas de capital de 20,57% e no valor de 3.747.700,00 euros - regista um acréscimo de 181,13% face ao valor estimado para o ano 2011. Foi considerada uma previsão de receita para 2012 de 72% do valor total dos imóveis.

**QUADRO 4: Listagem de Imóveis a alienar**

Designação	Valor (€)
<b>Descrição dos terrenos</b>	
Zona de Vale de Espinho - Cantarias	170.000,00
Loteamento de S.Tiago	209.100,00
Loteamento da Zona do Campelo	1.467.500,00
Loteamento Forte S.João de Deus (Z2)	1.817.410,00
Loteamento Av. General Humberto Delgado (Z3)	1.510.200,00
<b>Total</b>	<b>5.174.210,00</b>

▲ A rubrica *Transferências de Capital* contribuem com 79,34% para o orçamento de receitas de capital, apresenta um incremento de 16,85% face ao valor estimado para o ano de 2011. Este agregado de receitas é proveniente em quase 100% das transferências da Administração Central, ou seja, 14.453.400,00 euros - sendo que 67,6% são provenientes da comparticipação comunitária em projectos co-financiados e 32,4% provenientes do Fundo de Equilíbrio Financeiro.

Importa salientar que as transferências para o Município relativas à participação nos impostos do Estado representarão em 2012 uma perda de receitas no montante de 2.045.879 euros comparativamente ao valor aprovado no Orçamento de estado para 2010, tal como aparece evidenciado no quadro 5.

**QUADRO 5: Participação do Município de Bragança nos impostos do Estado (em 2010, 2011 e 2012)**

Ano	Descrição	FFF FINAL			F6M	IRS		Total		Desvio verificado entre o valor transferido no ano e o valor aprovado no OE para 2010	
		Corrente	Capital	Total		PVIRS	%	Previsto	Transferido	Valor	%
2010	Orçamento do Estado para 2010 - Aprovado pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril	8.251.270,00 €	5.500.847,00 €	13.752.117,00 €	534.761,00 €	1.296.804,00 €	5	15.583.682,00 €	---		
	Lei n.º 12-A/2010, de 30 de Junho - Aprova um conjunto de medidas adicionais de consolidação orçamental que visam reforçar e acelerar a redução de défice excessivo e o controlo do crescimento da dívida pública previstos no Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC)	7.910.553,00 €	5.273.702,00 €	13.184.255,00 €	612.679,00 €	1.296.804,00 €	5	---	14.993.738,00 €	-589.944,00 €	-3,79%
2011	Orçamento de Estado para 2011 - Aprovado pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro	7.479.712,00 €	4.986.474,00 €	12.466.186,00 €	484.756,00 €	1.293.109,00 €	5	14.244.051,00 €	14.244.051,00 €	-1.339.631,00 €	-8,60%
2012	Orçamento de Estado para 2012	7.031.821,00 €	4.687.880,00 €	11.719.701,00 €	455.728,00 €	1.362.374,00 €	5	13.537.803,00 €	13.537.803,00 €	-2.045.879,00 €	-13,13%


**QUADRO 6: Evolução da Previsão das Receitas Totais por Fontes de Financiamento - dotações iniciais -**

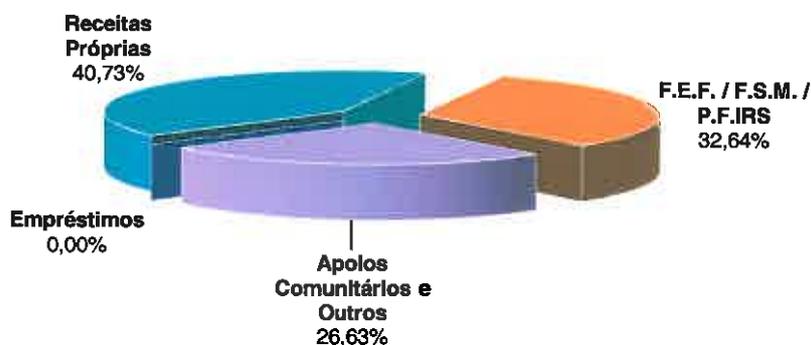
Fontes de Financiamento	2011		2012		Variação em %
	Valor	Estrutura (%)	Valor	Estrutura (%)	
F.E.F. / F.S.M. / P.V.IRS	14.244.300 €	37,91%	13.538.000 €	32,64%	-4,96%
Apoios Comunitários e Outros	8.332.400 €	22,17%	11.047.300 €	26,63%	32,58%
Empréstimos	675.100 €	1,80%	200 €	0,00%	-99,97%
Receitas Próprias	14.326.400 €	38,12%	16.893.400 €	40,73%	17,92%
<i>Total</i>	<i>37.578.200 €</i>	<i>100,0%</i>	<i>41.478.900 €</i>	<i>100,0%</i>	<i>10,38%</i>

Valores: euros

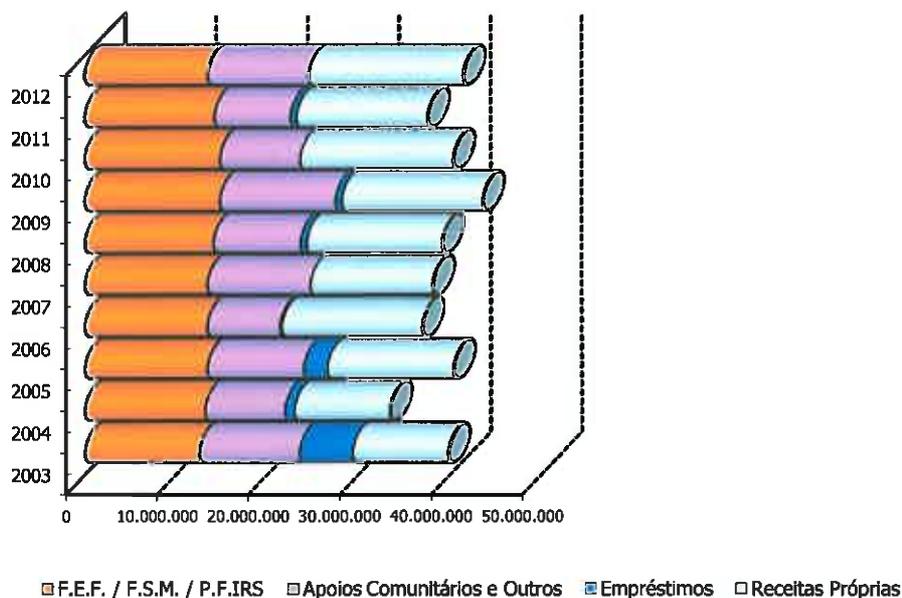
Complementando a análise anterior com a previsão global da estrutura das fontes de financiamento (correntes e de capital), do orçamento para 2012, salientamos alguns aspectos:

- ✦ As transferências provenientes directamente do Orçamento de Estado através dos fundos: Fundo de Equilíbrio Financeiro (F.E.F.), Fundo Social Municipal (F.S.M.) e Participação Variável no IRS (P.V.IRS), e que representam 32,64% dos recursos financeiros da Autarquia encontram-se diminuídas em 2012, perto de 5%;
- ✦ As receitas provenientes de apoios comunitários e outros reflectem um aumento de 32,58%, relativamente ao valor orçamentado em 2011;
- ✦ As receitas próprias, financiando em 40,73% o Orçamento de Receita, aumentam 2.567.000,00 euros.

**GRÁFICO 2: Estrutura do Orçamento de Receita por fontes de financiamento**



Apresenta-se, seguidamente, a evolução das receitas totais previstas por fontes de financiamento num período mais alargado (2003-2012).

**GRÁFICO 3: Evolução das Receitas Totais – dotações iniciais por fontes de financiamento****QUADRO 7: Previsão de receitas provenientes de fundos comunitários e outros contratos para 2012**

(euros)		
Designação dos Projectos	Origem do Financiamento	Valor
Circuito de Manutenção de Santa Apolónia	FEDER	250.000,00
Parque Verde da Coxa	FEDER	120.000,00
Escola de Dança	FEDER	204.000,00
Domus Universitária	FEDER	473.000,00
Casa da Cidade	FEDER	160.000,00
Casa da Seda	FEDER	126.000,00
Criação da Ciclovia da Mãe d'Água	FEDER	160.000,00
Criação da Praça da Nova Mãe d'Água	FEDER	160.000,00
Conservação de Fogos do Bairro de Habitação Social da Mãe d'Água - Melhoria da Eficiência Energética em Habitações de Famílias de Baixos Rendimentos a)	FEDER	400.000,00
Construção da Circular Interior Troço da Mãe d'Água	FEDER	560.000,00
Construção da Circular Interior Ligação Abade Baçal	FEDER	200.000,00
EcoPolls – Reconversão Urbanística do Forte São João de Deus - Construção Sustentável	FEDER	2.800.000,00
EcoDomus	FEDER	1.200.000,00
Ciclo Urbano da Água - Vertente em Baixa - Bragança	FEDER	1.232.000,00
Integração das TIC nos Processos de Ensino e Aprendizagem	FEDER	240.000,00
Melhor Mobilidade	FEDER	60.000,00
POCTEP	FEDER	270.000,00
Recinto de Promoção e Valorização de Raças Autóctones	FEDER	192.000,00
Recinto da Feira de Bragança – Porta da rota da terra fria de Bragança	FEDER	560.000,00
Promoção e Desenvolvimento Empresarial	FEDER	235.764,92
Mejora de la Accesibilidad Territorial II	FEDER	162.827,58
<b>TOTAL</b>		<b>9.765.593</b>





Ao analisar cada um dos agrupamentos que constituem o orçamento da despesa ressaltam as seguintes apreciações:

As *Despesas Correntes* representam 53,68% do Orçamento e destacam-se as seguintes informações:

- ✦ As *Despesas com o pessoal registam* uma diminuição de 0,96% (*i.e.* - 66.800 euros), face ao valor inicialmente estimado para o ano 2011. Tendo por base as dotações corrigidas e reportadas a 30 de Setembro de 2011, que atingem o valor de 7.198.170,00 euros, esta redução situa-se na ordem dos 4,62%;
- ✦ A rubrica *Aquisição de bens e serviços* regista uma diminuição de 3,65%. Em termos desagregados, a aquisição de bens apresenta um aumento de 5,42% e a aquisição de serviços uma redução de 4,98%. Tendo por base a comparação das dotações corrigidas com reporte a 30.09.2011, a rubrica de aquisição de bens e serviços reflecte uma diminuição de 1,31%;
- ✦ Como consequência dos aumentos verificados das taxas de juro praticadas nos mercados financeiros, a rubrica *Juros e outros encargos* ascende a 271.800,00 euros, traduzindo um aumento de 15.600,00 euros face ao valor previsto no ano anterior;
- ✦ A rubrica *Transferências correntes* ascende a 822.200,00 euros, traduzindo uma redução de 197.300,00 euros face ao valor previsto no ano de 2011;
- ✦ As *Outras despesas correntes* no valor de 479.700,00 euros, traduzem um aumento de 111.900,00 euros face ao valor previsto no ano de 2011.

Ao nível das *Despesas de Capital*, representando 46,35% do orçamento e comparativamente ao previsto em 2011:

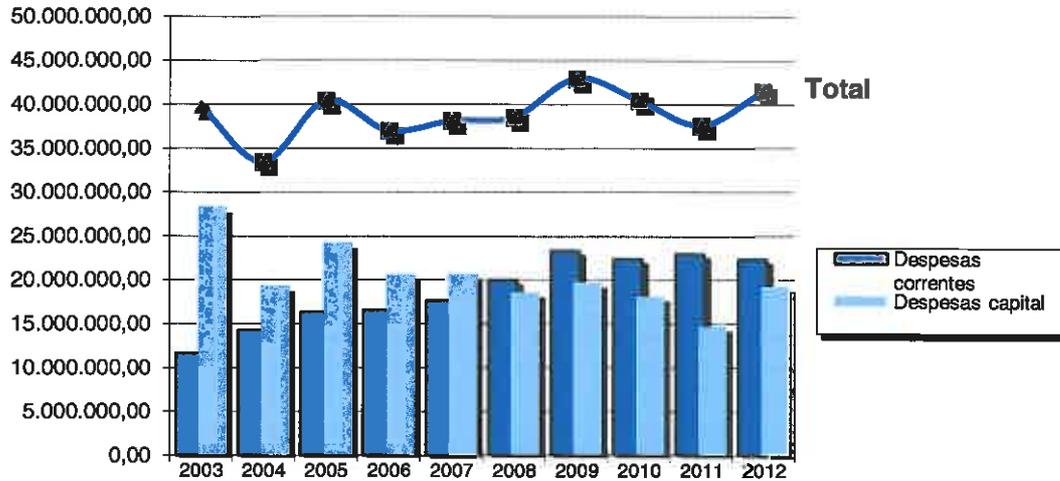
- ✦ A rubrica referente à *Aquisição de bens de capital regista* um aumento de 47,84% (*i.e.* 5.093.000,00 euros). Esta tipologia de despesas representa 81,92% no orçamento das despesas de capital e 37,94% do orçamento global;
- ✦ As *Transferências de capital* demonstram uma redução de 10,53% (*i.e.* 273.400,00 euros);
- ✦ A rubrica de *Activos financeiros* revela uma diminuição de 99,97% (*i.e.* 329.900,00 euros);
- ✦ A rubrica *Passivos financeira evidencia* um incremento de 5,75% (*i.e.* 63.300,00 euros);



mi-  
[Handwritten signatures]

Em termos comparativos a estrutura da despesa prevista comporta-se do seguinte modo:

**GRÁFICO 4: Evolução da estrutura da despesa (2003 a 2012)**



A previsão dos fundos da Autarquia é efectuada pelas unidades orgânicas que a integram, gerando orçamentos previsionais, resultantes da repartição dos meios disponíveis em função dos objectivos traçados pelo executivo camarário. O principal objectivo visa a máxima rentabilização dos meios e/ou recursos em função dos resultados esperados.

Seguidamente apresenta-se, embora muito sinteticamente, a previsão das despesas desagregadas pelas várias unidades orgânicas, bem como pela sua natureza (correntes ou de capital) indiciadoras do tipo de actividade que cada uma desenvolve.

As despesas associadas ao *Departamento de Obras e Urbanismo* absorvem 41,95% do total do Orçamento Municipal. É neste departamento que está concentrada a maior fatia de obras públicas promovidas pela Autarquia, o que justifica a representatividade de cerca de 75%, (i.e. 14.361.000,00 euros) do total as despesas de capital.

À Administração Autárquica, com um peso de 25,32% da despesa, estão associados, além de despesas com o pessoal, os valores inerentes às operações financeiras - encargos correntes da dívida contraída junto de instituições de crédito, aquisições de bens e serviços e as transferências correntes e de capital.

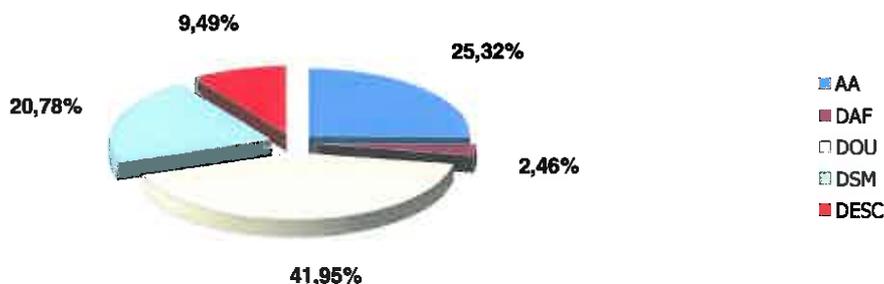


**QUADRO 8: Repartição Departamental da Despesa Total 2012 - por tipo de despesa**

Unidades Orgânicas	Despesas Correntes				Despesas de Capital	TOTAL
	Despesas com pessoal	Aquisição de bens e serviços	Outras Despesas	Total		
<i>Administração Autárquica</i>	<b>1.155.200 €</b>	<b>3.772.100 €</b>	<b>1.197.700 €</b>	<b>6.125.000 €</b>	<b>4.377.900 €</b>	<b>10.502.900 €</b>
Assembleia Municipal	43.300 €	13.900 €	0 €	57.200 €	0 €	57.200 €
Câmara Municipal	1.111.900 €	3.758.200 €	925.900 €	5.796.000 €	3.214.400 €	9.010.400 €
Operações Financeiras	0 €	0 €	271.800 €	271.800 €	1.163.500 €	1.435.300 €
<i>Departamento Administrativo e Financeiro</i>	<b>962.200 €</b>	<b>51.500 €</b>	<b>0 €</b>	<b>1.013.700 €</b>	<b>6.000 €</b>	<b>1.019.700 €</b>
Divisão Administrativa	506.500 €	13.400 €	0 €	519.900 €	3.000 €	522.900 €
Divisão Financeira	455.700 €	38.100 €	0 €	493.800 €	3.000 €	496.800 €
<i>Departamento de Obras e Urbanismo</i>	<b>1.759.700 €</b>	<b>1.278.500 €</b>	<b>0 €</b>	<b>3.038.200 €</b>	<b>14.361.000 €</b>	<b>17.399.200 €</b>
Divisão de Obras Municipais	718.200 €	256.100 €	0 €	974.300 €	13.976.000 €	14.950.300 €
Divisão de Equipamento	512.600 €	987.000 €	0 €	1.499.600 €	250.000 €	1.749.600 €
Divisão de Urbanismo	528.900 €	35.400 €	0 €	564.300 €	135.000 €	699.300 €
<i>Departamento de Serviços Municipais</i>	<b>1.926.900 €</b>	<b>6.241.200 €</b>	<b>0 €</b>	<b>8.168.100 €</b>	<b>451.500 €</b>	<b>8.619.600 €</b>
Divisão de Águas e Saneamento	541.700 €	3.253.700 €	0 €	3.795.400 €	116.000 €	3.911.400 €
Divisão de Ambiente	656.200 €	2.576.900 €	0 €	3.233.100 €	59.000 €	3.292.100 €
Divisão de Mobilidade e Energia	729.000 €	410.600 €	0 €	1.139.600 €	276.500 €	1.416.100 €
<i>Departamento de Educação, Social e Cultural</i>	<b>1.061.700 €</b>	<b>2.471.800 €</b>	<b>376.000 €</b>	<b>3.909.500 €</b>	<b>28.000 €</b>	<b>3.937.500 €</b>
Divisão Sócio-cultural e Turismo	646.300 €	670.000 €	256.000 €	1.572.300 €	15.000 €	1.587.300 €
Divisão de Educação, Desporto e Juventude	415.400 €	1.801.800 €	120.000 €	2.337.200 €	13.000 €	2.350.200 €
<b>TOTAL</b>	<b>6.865.700 €</b>	<b>13.815.100 €</b>	<b>1.573.700 €</b>	<b>22.254.500 €</b>	<b>19.224.400 €</b>	<b>41.478.900 €</b>

Valores: euros

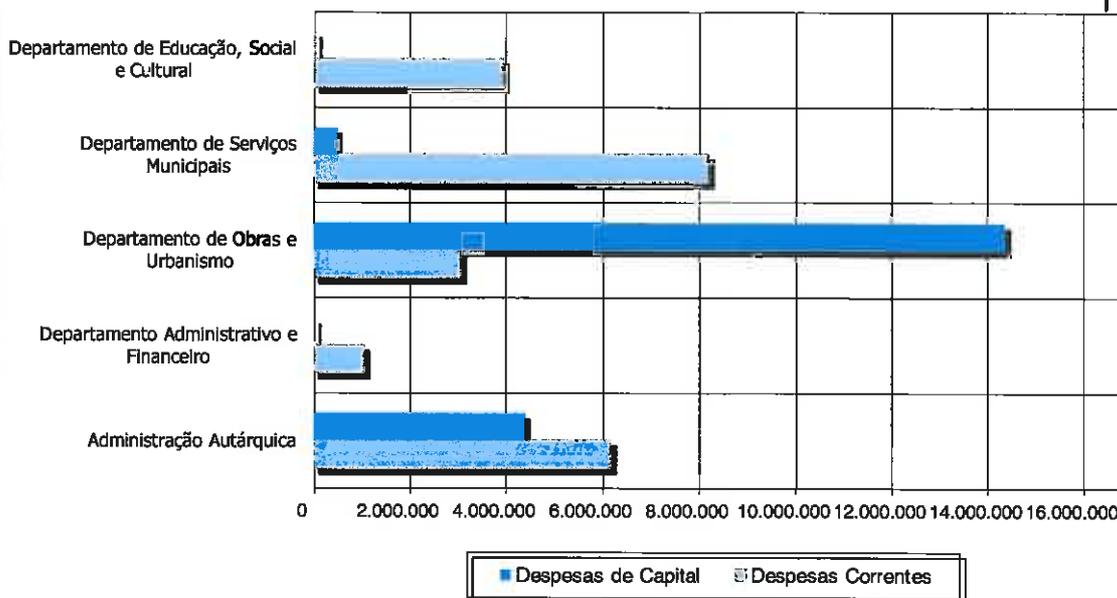
**GRÁFICO 5: Despesa Global por departamentos**





*mm*  
*João*  
*He*  
*just*

**GRÁFICO 6: Despesas Departamentais por natureza**



O quadro 8 evidencia a previsão do esforço financeiro a depender pelas diversas áreas de intervenção (classificação funcional) e que se concentram em três grandes objectivos: as funções gerais, as funções sociais e as funções económicas. No ano de 2012 estas funções encontram-se repartidas por dois grandes documentos de apoio à gestão: o Plano Plurianual de Investimentos e o Plano de Actividades Municipal, vulgarmente designados por PPI e PAM, respectivamente. A análise destes objectivos ou funções deverá ser efectuada de forma conjunta, tendo presente que no PPI se incluem somente despesas da rubrica de investimentos e que no PAM estão retratadas as transferências, correntes e de capital, associadas a determinados objectivos.

Para melhor análise destes importantes instrumentos previsionais é relevante mencionar que, as despesas encontram-se agrupadas segundo a sua classificação funcional, desagregadas em três níveis de detalhe ou hierarquia organizacional: no primeiro nível surgem os objectivos gerais ou grandes funções; no segundo nível definem-se os meios ou, mais correntemente, sub-funções, através das quais se pretendem atingirem os objectivos gerais; o terceiro nível fornece a composição mais pomenorizada das sub-funções ou a forma de as executar. O terceiro nível de detalhe, não incluído no quadro 8, será abordado aquando da explicitação do PPI e do PAM.

**QUADRO 9: Previsão das Grandes Opções do Plano para o ano de 2012**

Descrição	Dotações Iniciais 2012		
	PPI	PAM	GOP'S
<b>Funções Gerais</b>	7.758.500	70.500	7.829.000
Serviços gerais de administração pública	7.752.500	45.500	7.798.000
Segurança e ordem públicas	6.000	25.000	31.000
<b>Funções Sociais</b>	6.666.500	1.356.000	8.022.500
Educação	149.500	1.000	150.500
Saúde	500	33.000	33.500
Segurança e acção sociais	0	6.000	6.000
Habituação e serviços colectivos	5.883.000	240.000	6.123.000
Serviços culturais, recreativos e religiosos	633.500	0	633.500
<b>Funções Económicas</b>	1.627.500	7.000	1.634.500
Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca	1.000	7.000	8.000
Indústria e energia	369.500	0	369.500
Transportes e comunicações	298.000	0	298.000
Comércio e Turismo	959.000	0	959.000
<b>TOTAL</b>	<b>16.052.500</b>	<b>2.167.500</b>	<b>18.220.000</b>

Valores: euros

No que diz respeito à classificação funcional, o Plano de Actividades Municipal prevê transferências no valor de 2.167.500,00 euros e o Plano Plurianual de Investimentos estima um valor de investimentos de 16.052.500,00 euros. Globalmente estes dois documentos evidenciam um esforço financeiro de 18.220.000,00 euros cujo valor é afecto em 42,7% às *funções gerais*, em 44,03% às *funções sociais* e em 13,00% às *funções económicas*.



*Handwritten signatures and initials in the top right corner.*

### 3. Dívida do Município

O endividamento autárquico deve orientar-se por princípios de rigor e eficiência e prosseguir os objectivos orientadores definidos no artigo 35.º da Nova Lei das Finanças Locais (NLFL), aprovada pela Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, designadamente: *Minimização de custos directos e indirectos numa perspectiva de longo prazo; Garantia de uma distribuição equilibrada de custos pelos vários orçamentos anuais; Prevenção de excessiva concentração temporal de amortização e a não exposição a riscos excessivos.*

Considerando que a dívida municipal concorre para a dívida total do Estado, o Sistema Europeu de Contas Regionais e Nacionais de 1995 (SEC 95) obriga à conformidade do conceito de endividamento líquido municipal com o conceito de endividamento líquido estabelecido naquele sistema. Neste sentido, a NLFL derroga a definição do limite de endividamento em termos de fluxos (juros e amortizações) e considera a definição de endividamento municipal enquanto stock de 125% dos recursos próprios mais importantes e correspondentes a receitas do ano anterior provenientes de impostos municipais, participações do município no FEF, participação fixa no IRS, das participações nos resultados das entidades do sector empresarial local e derrama.

Assim, e considerando a impossibilidade de uma previsão concreta do cálculo do endividamento municipal e respectivos limites para o ano de 2012, as informações seguintes permitem desenvolver tanto a análise orçamental do serviço da dívida previsto como, igualmente, o posicionamento actual do município face aos limites impostos com reporte à data de 30 de Setembro de 2011.

#### 3.1. Serviço da dívida

A informação do quadro 9 evidencia a evolução orçamental das despesas com o serviço da dívida desagregadas em encargos financeiros (juros) e passivos financeiros (amortizações de capital).

**QUADRO 10: Previsão do serviço da Dívida**

		Previsões	
		2011	2012
(1)	<b>Amortizações</b>	1.100.100,00	1.163.400,00
(2)	<b>Juros</b>	206.100,00	271.800,00
(3)	<b>Serviço da dívida = (1+2)</b>	1.306.200,00	1.435.200,00

Valores: euros



Comparativamente aos valores inicialmente orçamentados em 2011 prevê-se, para o ano de 2012, um aumento destes encargos no valor de 129.000,00 euros.

O serviço da dívida para o ano de 2012 tem um peso de 3,46%, num orçamento de despesa global de 41.478.900,00 euros.

A projecção estimada da dívida e encargos, decorrentes de empréstimos bancários para o final dos anos de 2011 e 2012 apresenta os seguintes valores:

#### QUADRO 11: Projecção estimada da dívida e encargos para o ano de 2012

Descrição	Ano de 2011		Ano de 2012			Var. 2010/2011	
	Dívida (01.01.2011)	Amortizações	Dívida (31.12.2011)	Dívida (01.01.2012)	Amortizações (31.12.2012)		
Empréstimos contraídos até 31.12.2011	9.264.899	1.090.219	8.174.680	8.174.680	1.163.226	7.011.454	-14,23%
<b>TOTAL</b>	<b>9.264.899</b>	<b>1.090.219</b>	<b>8.174.680</b>	<b>8.174.680</b>	<b>1.163.226</b>	<b>7.011.454</b>	<b>-14,23%</b>

Valores: euros

No final do ano de 2011 prevê-se a amortização de capital no montante de 1.090.219,00 euros correspondente aos empréstimos contraídos até 31.12.2011. Para o ano de 2012 o valor previsional para as amortizações de empréstimos de médio e longo prazos, segundo as instituições de crédito, ascende ao valor de 1.163.226,36 euros.

Mais acresce salientar que o Governo celebrou, em Novembro de 2010, um contrato de empréstimo-quadro (EQ) com o Banco Europeu de Investimento (BEI), para o financiamento de operações aprovadas a co-financiamento pelo FEDER e pelo Fundo de Coesão.

As condições de acesso e utilização do financiamento ao abrigo do empréstimo-quadro, designado por QREN EQ, foram fixadas no Despacho n.º 6572/2011, de 4 de Abril, dos Ministros das Finanças e da Administração Pública e da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento, de 4 de Abril, publicado no DR n.º 80, 2.ª série, de 26 de Abril e que se consubstanciam:

- Financiamento da contrapartida nacional das operações inscritas em PIDDAC, da responsabilidade de entidades beneficiárias da administração central;
- Financiamento reembolsável da contrapartida nacional, das operações a realizar pelas restantes entidades beneficiárias do EQ;
- A taxa de juro prevista é de 3,9% (taxa fixa) e existe excepcionamento aos limites de endividamento conforme iniciativa 4 e 5 do Segundo Memorando de Entendimento entre o Governo da República Portuguesa e a Associação Nacional



de Municípios Portugueses datado de 10 de Fevereiro de 2011, com vista a Promover a Execução dos Investimentos de Iniciativa Municipal no âmbito do Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007-2013 e criar condições para aumentar a execução financeira do QREN;

- d. As regras de acesso para obtenção de novos fundos comunitários foram alteradas tendo por base o Memorando supracitado, e criadas bolsas de mérito a que só acederão municípios com adequada capacidade de execução física e financeira, o que significa maior disponibilidade de recursos próprios – componente nacional de financiamento dos projectos.

O Município tem aprovadas diversas operações que, para a sua célere concretização, necessita de financiar a contrapartida nacional, nomeadamente:

1. NORTE-03-0354-FEDER-000052 - Ciclo Urbano da Água - Vertente em Baixa – Bragança;
2. NORTE-04-0140-FEDER-000021 - EcoPolis - Centro de Referência em Construção Sustentável;
3. NORTE-04-0241-FEDER-000924 - Construção da Circular Interior - Troço da Mãe d'Água;
4. NORTE-04-0241-FEDER-000926 - Melhoria da eficiência energética em habitações do Bairro Social da Mãe d'Água.

As candidaturas das operações foram submetidas na plataforma QREN EQ (IFDR) no dia 22.06.2011. Disso foi dado conta na reunião ordinária da Câmara Municipal realizada no dia 28.06.2011, tendo sido deliberado favoravelmente a sua submissão. Os valores de financiamento candidatado, por cada operação, no âmbito do empréstimo-quadro resultam das condições expressas no n.º 7 do Despacho n.º 6572/2011 dos Ministros de Estado e das Finanças e da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento, e estão indicados no quadro que se segue:

Descrição	Operações				Total
	Ciclo Urbano da Água - Vertente em Baixa - Bragança	EcoPolis - Centro de Referência em Construção Sustentável	Construção da Circular Interior - Troço da Mãe d'Água	Melhoria da eficiência energética em habitações do Bairro Social da Mãe d'Água	
	NORTE-03-0354-FEDER-000052	NORTE-04-0140-FEDER-000021	NORTE-04-0241-FEDER-000924	NORTE-04-0241-FEDER-000926	
Investimento total	1.491.767,00 €	6.500.000,00 €	990.437,88 €	660.128,32 €	9.642.331,20 €
Investimento elegível	1.422.972,00 €	3.500.000,00 €	916.491,65 €	639.393,57 €	6.478.857,22 €
Investimento não elegível	- €	3.000.000,00 €	73.946,23 €	20.732,75 €	3.094.678,98 €
FEDER	1.138.377,60 €	2.800.000,00 €	641.544,16 €	447.575,50 €	5.027.497,25 €
AL	284.594,40 €	700.000,00 €	274.947,50 €	191.818,07 €	1.451.359,97 €
Valor do Financiamento EQ	204.212,70 €	3.050.000,00 €	249.849,94 €	146.538,19 €	3.650.600,83 €



Foi igualmente remetido, em 22.06.2011, ao Sr. Ministro de Estado e das Finanças nos termos e para os efeitos constantes do n.º 6 do artigo 39.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, conjugado com a Iniciativa 5 (utilização do conceito de investimento total na aferição do excepcionamento dos limites de endividamento dos projectos co-financiados) do segundo Memorando de Entendimento entre o Governo da República Portuguesa e a Associação Nacional de Municípios Portugueses para promover a Execução dos Investimentos de Iniciativa Municipal no âmbito do QREN 2007-2013, o pedido de excepcionamento do limite legal para a contracção do empréstimo quadro.

Após o período de apresentação de propostas e de pedidos de financiamento, foi efectuada a sua análise e formulada uma proposta de parecer por parte do IFDR que, tendo por base o valor de rateio disponível pelo Município de Bragança quanto aos limites de endividamento (*i.e.* de 2 734 052 euros), vai no sentido de despachar favoravelmente o pedido de financiamento reembolsável associado à operação QREN identificada com a designação “EcoPolis - Centro de Referência em Construção Sustentável”. Esta proposta de parecer favorável foi-nos comunicada pelo IFDR em 21.10.2011.

Conhecidos o montante – o qual ascenderá ao valor máximo do rateio disponível e comunicado pela Direcção Geral das Autarquias Locais, ou seja, de 2 734 052 euros - e as condições definidas pela CCS (Comissão de Coordenação e Supervisão do QREN-EQ) e antes de assinado o contrato, o processo será novamente agendado para reunião de Câmara com vista à sua aprovação e envio para a Assembleia Municipal, nos termos da alínea a) do n.º 6 do artigo 64.º e para os efeitos previstos da alínea d) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5- A/2002, de 11 de Janeiro.

Perante o atrás exposto e dada a conjuntura económica que o país atravessa importa salientar que alguma diminuição na arrecadação de receitas previstas com a alienação de imóveis será sempre compensada com a obtenção de um empréstimo BEI, nas condições já anteriormente enunciadas.

### **3.2. Limites de endividamento municipal para 2011**

Os limites ao endividamento municipal para o presente ano foram calculados de acordo com o disposto na Lei das Finanças Locais e apresentam os seguintes montantes:

**QUADRO 12: Limites ao endividamento municipal para 2011**

Ano de 2011	Limite EL 2011 (art.º 37.º LFL)
Limite ao endividamento de curto prazo	1.810.258,02
Limite ao endividamento de médio e longo prazos	18.102.580,18
Limite ao endividamento líquido	22.628.225,23

*Handwritten signature and initials:*  
 my.  
 J...  
 H. Just

Durante o ano de 2012 estes limites sofrerão ligeiros ajustamentos tendo em conta as alterações do valor das receitas utilizadas na base do seu cálculo.

**3.3. Situação face aos limites ao endividamento municipal para 2011 (informação reportada a 30.09.2011)****QUADRO 13: Situação face aos limites ao endividamento municipal para 2011**

Designação	Montante (euros)	Observações
Município	Endividamento bancário de curto prazo	0,00 € Empréstimos de curto prazo
	Capital em dívida de médio e longo prazos	8.371.480,62 € Empréstimos de médio e longo prazos
	Endividamento líquido	5.460.960,24 € O endividamento líquido corresponde à diferença entre passivos e activos financeiros. Para efeitos deste apuramento não se consideram as contas 2745, 2749 e 414
Sector empresarial local	Contribuição do sector empresarial local para o endividamento bancário de médio e longo prazos	1.243.985,84 € Valores proporcionais à participação detida pelo Município nos termos do disposto no art. 36º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, alterada pela Lei n.º 67-A/2007, de 31 de Dezembro (OE 2008)
	Contribuição do sector empresarial local para o endividamento líquido	1.073.608,60 € Valores proporcionais à participação detida pelo Município nos termos do disposto no art. 36º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, alterada pela Lei n.º 67-A/2007, de 31 de Dezembro (OE 2008)
Município e Sector empresarial local	Capital em dívida excepcionado dos limites de endividamento	2.239.828,98 € Capital em dívida de empréstimos de médio e longo prazos excepcionados dos limites de endividamento municipal nos termos das alíneas a) e b) do n.º 2 do art.º 61.º da LFL
	Capital em dívida de médio e longo prazos a considerar	7.375.637,48 € Capital em dívida de médio e longo prazos, excluindo montantes legalmente excepcionados
	Endividamento líquido a considerar	4.294.739,86 € Endividamento líquido, excluindo montantes legalmente excepcionados

Os limites foram calculados utilizando a metodologia disponibilizada pela Direcção Geral das Autarquias Locais e reportam-se, exclusivamente, ao endividamento do Município de Bragança e das participações detidas a 100% no capital das empresas do sector empresarial local.

Relativamente ao posicionamento do Município face aos limites calculados podemos concluir que, quanto à *dívida a médio e longo prazos* (empréstimos), cujo limite é de 18.102.580,18 euros – valor equivalente ao total das receitas arrecadas em 2010 por conta dos impostos municipais e fundos municipais previstos no OE de 2011 – apresenta em 30.09.2010 um capital



Município de Bragança

em dívida no valor de 7.375.637,48 euros (já excluído dos montantes legalmente excepcionados), correspondendo a uma taxa de 40,74%.

Quanto à dívida no cômputo do *endividamento líquido*, calculado com base em 125% das receitas utilizadas para cálculo do limite anterior, similarmemente expurgada dos montantes legalmente excepcionados, atinge o valor de 4.294.739,86 euros, ou seja, muito aquém do limite estabelecido e fixado em 22.628.225,23 euros, o que equivale a 18,98% do limite indicado.

As dívidas que, pelo seu valor têm um maior contributo para o endividamento municipal são, comparativamente ao mesmo período do ano de 2010, as seguintes:

	Dívida reportada a 30.09.2011	Dívida reportada a 30.09.2010	Variação	
			Valor	%
Empréstimos a médio e longo prazos	6.371.480,62	9.426.598,62	-1.055.118,00	-11,19%
Fornecedores imobilizado	2.753.950,40	2.822.031,33	-68.080,93	-2,41%
Fornecedores conta-corrente	1.327.169,12	1.991.836,37	-664.667,25	-33,37%
<b>Total</b>	<b>12.452.600,14</b>	<b>14.240.466,32</b>	<b>-1.787.866,18</b>	<b>-12,55%</b>

Valores: euros

O montante das dívidas com empréstimos a médio e longo prazo, fornecedores de imobilizado e de conta-corrente ascendia, em 30.09.2010, a 14.240.466,32 euros. Regista-se um **decréscimo das mesmas - em 30.09.2011 - no valor de 1.787.866,18 euros, ou seja, de -12,55%.**



my  
 João  
 P. Costa  
 H. Just

## 4. Património do Município

### 4.1. Activo Fixo do Município

O Activo fixo bruto do Município de Bragança totalizava, à data de 30 de Setembro de 2011, a importância de 234.815.361,28 euros, correspondendo:

QUADRO 14: Mapa do Activo bruto

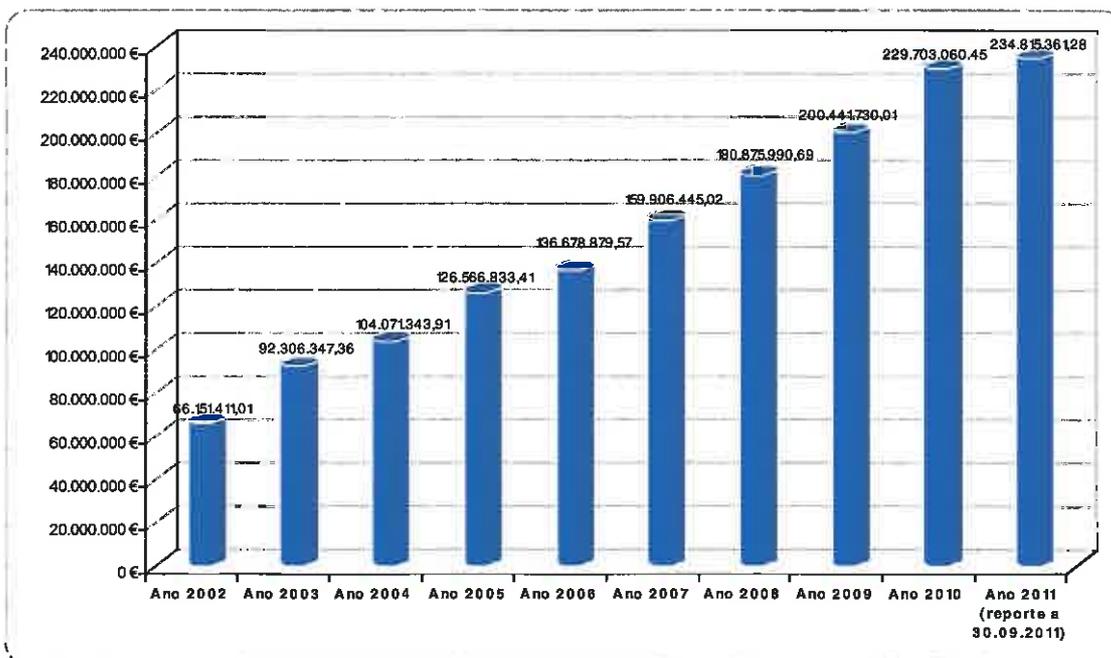
Rúbricas	Em 30.09.2011		Em 01.01.2011	
	Valor	Var. %	Valor	Var. %
<b>De Bens de Domínio Público</b>	<b>147.368.380,43 €</b>	<b>100%</b>	<b>145.017.186,60 €</b>	<b>100%</b>
Terrenos e recursos naturais	5.090.733,20 €	3,51%	4.992.390,96 €	3,44%
Edifícios	468.420,94 €	0,32%	468.261,67 €	0,32%
Outras construções e infra-estruturas	117.935.847,35 €	81,33%	115.967.304,77 €	79,97%
Bens de património histórico, artístico e cultural	1.287.215,28 €	0,89%	1.202.884,35 €	0,83%
Outros bens de domínio público	142.108,48 €	0,10%	142.108,48 €	0,10%
Imobilizações em curso	22.444.055,18 €	15,48%	22.244.236,37 €	15,34%
<b>De Imobilizações Incorpóreas</b>	<b>1.877.403,36 €</b>	<b>100%</b>	<b>1.283.988,82 €</b>	<b>100%</b>
Despesas de instalação	1.714.554,45 €	133,53%	1.145.139,91 €	89,19%
Despesas de investigação e desenvolvimento	162.848,91 €	12,68%	138.848,91 €	10,81%
<b>De Imobilizações Corpóreas</b>	<b>81.950.079,98 €</b>	<b>100%</b>	<b>80.112.387,52 €</b>	<b>100%</b>
Terrenos e recursos naturais	17.869.870,37 €	22,31%	17.132.552,56 €	21,39%
Edifícios e outras construções	48.291.171,21 €	60,28%	48.040.751,11 €	59,97%
Equipamento básico	4.048.582,48 €	5,05%	3.884.921,19 €	4,85%
Equipamento de transporte	4.006.191,92 €	5,00%	3.936.849,92 €	4,91%
Ferramentas e utensílios	1.064.812,90 €	1,33%	1.057.810,68 €	1,32%
Equipamento administrativo	1.961.112,45 €	2,45%	1.924.526,60 €	2,40%
Outras imobilizações corpóreas	111.293,89 €	0,14%	111.086,87 €	0,14%
Imobilizações em curso	4.597.044,76 €	5,74%	4.023.888,59 €	5,02%
<b>De Investimentos Financeiros</b>	<b>3.819.497,51 €</b>	<b>100%</b>	<b>3.289.497,51 €</b>	<b>100%</b>
Partes de capital	2.890.975,40 €	87,89%	2.560.975,40 €	77,85%
Investimentos em imóveis	726.522,11 €	22,09%	726.522,11 €	22,09%
Outras aplicações financeiras	2.000,00 €	0,06%	2.000,00 €	0,06%
<b>Total Geral</b>	<b>234.815.361,28 €</b>		<b>229.703.060,45 €</b>	

Valores: euros

A evolução do Activo fixo bruto traduz um aumento de 255%, comparativamente ao ano de implementação do POCAL e conseqüentemente à primeira seriação dos bens que integraram o Balanço Inicial.



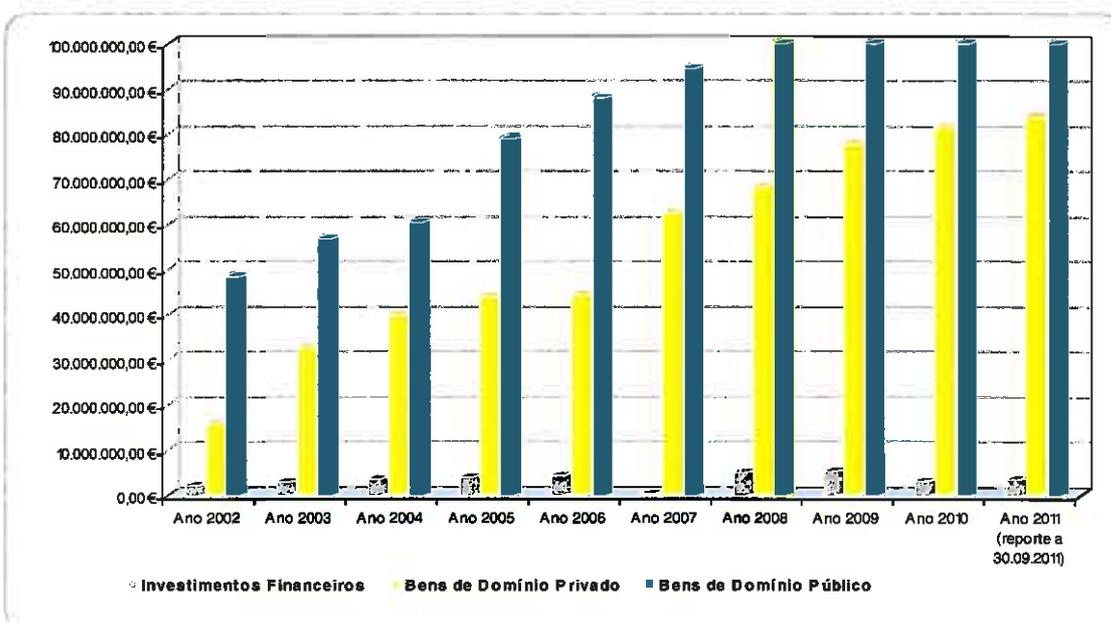
**GRÁFICO 7: Evolução do Activo fixo bruto do Município**



A sua desagregação, à data de 30.09.2010, evidencia uma variação positiva para:

- em Investimentos financeiros de 3,70%, comparativamente a 31.12.2009;
- em Bens de domínio público de 1,08%, comparativamente a 31.12.2009;
- e em Bens de domínio privado de 4,81%, comparativamente a 31.12.2009.

**GRÁFICO 8: Evolução do Activo fixo bruto do Município (desagregado)**





A sua desagregação, à data de 30.09.2011, evidencia uma variação positiva:

- Em Investimentos financeiros de 10,03%, comparativamente a 01.01.2011;
- Em Bens de domínio privado de 2,99%, comparativamente a 01.01.2011;
- Em Bens de domínio público de 1,62%, comparativamente a 01.01.2011.

✓ **No âmbito dos Investimentos Financeiros**

Neste campo verificou-se uma variação positiva de 10,03% durante o ano de 2011, essencialmente fruto dos aumentos de capital social nas entidades societárias participadas, Mercado Municipal de Bragança, E.M. e Terra Fria Carnes, Lda., nas quais o Município detém uma participação de 100%.

Assim sendo:

- **Mercado Municipal de Bragança, E.M.**

Registou-se ao longo de 2011 um aumento de capital na empresa 'MMB – Mercado Municipal de Bragança, E.M.' sendo que, o Município realizou integralmente o reforço no montante de 200.000,00€, passando o valor do capital de 1.648.027,82€ para 1.848.027,82€, aumento esse na modalidade de entradas em dinheiro, mediante a emissão de 40.000 novas acções de 5,00€ cada, a realizar pelo accionista único, Município de Bragança.

O accionista Município de Bragança, após subscrição do aumento do capital social, passa a deter 411.800 acções.

Tendo em linha de conta que está cumprida a sua missão prioritária e de forma assumidamente positiva, entendemos estarem reunidas condições para que se proceda à extinção da empresa e conseqüente integração nos serviços do Município.

Para o efeito foram elaborados os estudos necessários com vista à sua extinção e transferência dos seus activos e passivos para o Município e integração do pessoal numa das unidades orgânicas da Câmara Municipal.

Para que o processo possa ser ultimado aguarda-se - até ao momento - a emissão de um parecer vinculativo da Direcção Geral de Impostos sobre se, em sede de Código do IVA, a transmissão dos bens do activo imobilizado se encontra ou não sujeita a tributação. Este pedido foi submetido em 22.09.2011, via transmissão electrónica, aos serviços centrais da DGI.



#### ⇒ **Terra Fria Carnes, Lda.**

Ainda durante o ano de 2011 foi efectuado um reforço no capital social da sociedade "Terra Fria Carnes, Lda.", no montante global de 130.000,00€.

A sociedade "Terra Fria Carnes, Lda." com 100% do capital detido pelo Município de Bragança desde o ano de 2006 regista, assim, um capital social actual no valor de 635.000,00€.

É de referir ainda que, em reunião ordinária desta Câmara Municipal realizada no pretérito dia 13 de Junho, foi aprovada a proposta de extinção da empresa e de cedência de exploração, tendo sido, igualmente, aprovada na terceira sessão ordinária da Assembleia Municipal realizada no dia 27.06.2011.

#### ⇒ **Municíпия – Empresa Metropolitana de Cartografia E.M., S.A.**

Por deliberação da Assembleia Municipal de 30 de Setembro de 2011, foi aprovada, sob proposta da Câmara Municipal, a venda integral das acções da empresa "Municíпия – Empresa Metropolitana de Cartografia E.M., S.A.". Actualmente, o Município detém 5.000 acções, sendo o seu valor unitário de 6,16€ prevendo-se, assim, um encaixe financeiro no valor de 30.800,00€.

#### ✓ **No âmbito dos bens de Domínio Privado**

Nesta rubrica verificou-se uma variação positiva de 2,99% resultante, essencialmente, da aquisição de terrenos destinados à concretização de projectos de investimento por parte do Município, entre os quais a ampliação da Zona Industrial das Cantarias – 2.ª Fase e a construção do Centro Escolar de Santa Maria, bem como a aquisição de três habitações sitas na rua Eng.º José Bessa, rua Conselheiro Abílio Beça e na Rua Serpa Pinto para a instalação de residências de estudantes. Com o objectivo de reduzir os elevados custos associados à manutenção e reparação de quinze equipamentos que, dada a sua antiguidade, não respondiam aos padrões de eficiência exigidos, foram adquiridas quatro viaturas da categoria de utilitários de baixos custos e consumo para renovação da frota automóvel.

#### ✓ **No âmbito dos bens de Domínio Público**

Neste grupo verificou-se uma variação positiva de 1,62%, aumento que respeita principalmente à aquisição de terrenos, outras construções e infra-estruturas entre os quais a construção da circular interior de Bragança – troço da Mãe de Água.



Município de Bragança

No decorrer do ano de 2011 e até à presente data concluíram-se diversas empreitadas, tais como a repavimentação em diversos bairros da cidade, a execução de passeios, a execução de redes de saneamento básico, a execução de redes de abastecimento de água a várias localidades, a colocação de reservatórios de água e a ligação de furos em aldeias.

ma  
[Handwritten signature]  
[Handwritten signature]

## 5. Recursos Humanos

### 5.1. Introdução

O Governo Português reconhece nas Autarquias Locais um veículo de descentralização de políticas que visam o desenvolvimento económico e social das populações, contudo, estabeleceu 2012 como o ano da *Reforma Administrativa do Poder Local* que irá assentar em quatro eixos de actuação: o Sector Empresarial Local, a Organização do Território, a Gestão Municipal, Intermunicipal e o Financiamento e a Democracia Local (vd. Documento Verde da Reforma Administrativa do Poder Local). Consideram que o modelo de gestão autárquica deve ser objecto de análise e estruturalmente melhorado, permitindo de tal forma o reforço saudável do Municipalismo, bem como a promoção da coesão e competitividade territorial.

O Município de Bragança através dos seus recursos humanos pretende colaborar e participar neste processo de “mudança”, que deverá estar orientado por um lado para a melhoria da prestação do serviço público, aumentando a eficiência e a produtividade dos serviços e por outro lado para a redução dos custos.

É imperioso ter presente que o cidadão actual necessita, reclama e merece um serviço de qualidade e um relacionamento com a Administração Autárquica de maior proximidade, comodidade, segurança e transparência.

### 5.2. Mapa de Pessoal

O Mapa de Pessoal do Município de Bragança elaborado no âmbito do artigo 5.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, contempla para o ano de 2012 as seguintes modalidades da relação jurídica de emprego público.

#### **MODALIDADES DA RELAÇÃO JURÍDICA DE EMPREGO PÚBLICO:**

- 344 Postos de trabalho previstos e ocupados com relação jurídica de emprego público por Tempo Indeterminado;
- 14 Postos de trabalho em regime de Comissão de Serviço;
- 2 Postos de trabalho em regime de Requisição;
- 2 Postos de trabalho previstos e ocupados com relação jurídica de emprego público por Tempo Determinável (Termo Incerto);
- 1 Posto de trabalho previsto e ocupado com relação jurídica de emprego por Tempo Determinado (Termo Certo);
- 1 Equiparação a Bolseiro;

*Handwritten signature and initials*

- 1 Relação jurídica por Tempo Indeterminado, em período experimental no Instituto de Turismo de Portugal;
- 8 Postos de trabalho a preencher com relação jurídica de emprego público por Tempo Indeterminado;
- 2 Postos de trabalho a preencher com relação jurídica de emprego público por Tempo Determinável (Termo Incerto).

#### **TOTAL DE TRABALHADORES: 375**

Da análise ao Mapa de Pessoal para o ano de 2012, comparativamente com o ano de 2011, resulta que nas diferentes modalidades da relação jurídica de emprego público, ocorre um decréscimo de 388 trabalhadores previstos para 375 trabalhadores previstos, que se caracteriza por uma diminuição de 1 posto de trabalho em regime de Requisição; por uma diminuição de 2 postos de trabalho previsto e ocupado com relação jurídica de emprego por Tempo Determinado (Termo Certo); por uma diminuição de 3 postos de trabalho em regime de Mobilidade Interna e por uma diminuição de 12 postos de trabalho a preencher com relação jurídica de emprego público por Tempo Indeterminado.

Outro dado relevante foi o acréscimo de 10 trabalhadores nos postos de trabalho previstos e ocupados com relação jurídica de emprego público por Tempo Indeterminado (334 em 2011 e 344 em 2012), dado este, que assinala com grande expressão a modalidade de Contrato por Tempo Indeterminado (nas carreiras e categorias Técnico Superior, Assistente Técnico e Assistente Operacional), o que nos demonstra a aposta numa política de recrutamento de novos trabalhadores que assenta na estabilidade e segurança do emprego ao nível dos efectivos deste município por contraposição às outras modalidades da relação jurídica de emprego público com um cariz de maior precariedade.

#### **5.3. Reorganização dos Serviços Municipais**

O Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro, estabeleceu um novo enquadramento jurídico da organização dos serviços das autarquias locais, impondo assim aos municípios a revisão das suas estruturas organizacionais, em conformidade com o referido diploma, até 31 de Dezembro de 2010.

A Assembleia Municipal de Bragança aprovou, na sua Sessão Ordinária de 18 de Fevereiro de 2010, com efeitos a 01 de Janeiro de 2011, a moldura organizacional do Município de Bragança – Estrutura Hierarquizada; a Estrutura Nuclear, composta por 5 (cinco) unidades orgânicas nucleares: Gabinete Integrado dos Serviços da Presidência, Departamento



Administrativo e Financeiro, Departamento de Serviços Municipais, Departamento de Obras e Urbanismo e Departamento de Educação, Social e Cultural; o n.º máximo de unidades orgânicas flexíveis 12 (doze) e o n.º máximo de subunidades orgânicas 6 (seis), publicitada no Despacho n.º 5172/2011, Diário da República, 2.ª série, n.º 59, de 24 de Março.

A Câmara Municipal de Bragança, em reunião ordinária de 28 de Fevereiro de 2011, com efeitos a 01 de Janeiro de 2011, aprovou dentro dos limites aprovados pela Assembleia Municipal, a criação das seguintes unidades orgânicas flexíveis:

- Integradas no Departamento Administrativo e Financeiro: Divisão Administrativa, Sector de Expediente Geral e Arquivo, Divisão Financeira e Sector de Taxas, Contencioso, Gestão Patrimonial e Aprovisionamento;
- Integradas no Departamento de Serviços Municipais: Divisão de Mobilidade e Energia, Divisão de Ambiente e Divisão de Águas e Saneamento;
- Integradas no Departamento de Obras e Urbanismo: Divisão de Equipamento, Divisão de Obras Municipais e Divisão de Urbanismo;
- Integradas no Departamento de Educação, Social e Cultural: Divisão Sociocultural e Turismo e Divisão de Educação, Desporto e Juventude.

Foram ainda aprovadas as respectivas competências e atribuições constantes nas fichas de caracterização anexas ao Regulamento Orgânico, publicitada na Deliberação n.º 851/2011, Diário da República, 2.ª série, n.º 62, de 29 de Março.

Por despacho do Presidente da Câmara Municipal, datado de 03 de Março, de 2011, foram criados os seguintes serviços informais:

- Serviço de Mobilidade, na dependência da Divisão de Mobilidade e Energia;
- Serviço de Energia e Telecomunicações, na dependência da Divisão de Mobilidade e Energia;
- Serviço de Espaços Verdes e Cemitérios, na dependência da Divisão de Ambiente;
- Serviço de Manutenção e Limpeza Urbana, na dependência da Divisão de Ambiente;
- Serviço de Águas e Saneamento, na dependência da Divisão de Águas e Saneamento;
- Serviço de Armazéns, na dependência da Divisão de Equipamento;
- Serviço de Equipamento e Oficinas, na dependência da Divisão de Equipamento;
- Serviço de Obras de Administração Directa, na dependência da Divisão de Obras Municipais;
- Serviço de Empreitadas e Fiscalização, na dependência da Divisão de Obras Municipais;
- Serviço de Cadastro e Toponímia, na dependência da Divisão de Urbanismo;
- Serviço de Gestão Urbanística e Fiscalização, na dependência da Divisão de Urbanismo;



- Serviço de Acção Social, na dependência da Divisão Sociocultural e Turismo;
- Serviço de Animação e Equipamentos Culturais, na dependência da Divisão Sociocultural e Turismo;
- Serviço de Desporto e Juventude, na dependência da Divisão de Educação, Desporto e Juventude;
- Serviço de Educação, na dependência da Divisão de Educação, Desporto e Juventude.

*Handwritten notes:*  
mu-  
[Signature]  
[Signature]  
Hi

A estrutura e organização dos Serviços Municipais constante do Aviso n.º 2853/2004 (2.ª Série), publicado no Apêndice n.º 51 do Diário da República n.º 99, de 27 de Abril, fica revogada, total ou parcialmente conforme as condições físicas permitam implementar a estrutura e organização dos Serviços Municipais.

A estrutura e organização dos Serviços Municipais deverá ainda ter presente as linhas orientadoras previstas na Reforma Administrativa do Poder Local constante no Documento Verde da Reforma Administrativa do Poder Local.

A previsão da redução do número de cargos dirigentes constante na Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012, será equacionada em tempo e de acordo com as orientações legais.

#### **5.4. Orçamentação e gestão de despesas com pessoal**

O Decreto-Lei n.º 209/2009, de 03 de Setembro, estabelece que os orçamentos dos Municípios prevêem verbas destinadas a suportar as despesas com pessoal, i.é., os encargos com as remunerações dos trabalhadores que se devam manter em exercício de funções no órgão ou serviço.

O referido diploma, clarificou ainda que compete à Câmara Municipal, decidir sobre o montante máximo de cada um dos seguintes encargos: com o recrutamento de trabalhadores necessários à ocupação de postos de trabalho previstos, e não ocupados, nos mapas de pessoal aprovados; com as alterações do posicionamento remuneratório na categoria dos trabalhadores que se mantenham em exercício de funções e com a atribuição de prémios de desempenho dos trabalhadores do órgão ou serviço.

Nesta conformidade qualquer recrutamento a efectuar no ano de 2012, ficará condicionado à caracterização dos postos de trabalho necessários quer para a execução das actividades de natureza permanente dos serviços e que se opera com recurso à constituição de relações



jurídicas de emprego público por tempo indeterminado, quer para a execução de actividades de natureza temporária e que se opera com recurso à constituição de relações jurídicas de emprego público por tempo determinado ou determinável, constantes no respectivo Mapa de Pessoal, documento que acompanha a proposta de Orçamento, a submeter à aprovação da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal.

#### **5.4.1. Reforço/reajustamento funcional de Recursos Humanos**

No âmbito do recrutamento de trabalhadores nas autarquias locais, a Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro – Orçamento do Estado para 2011, estabeleceu no n.º 8 do artigo 43.º, que às autarquias locais (municípios e freguesias) que não se encontrem em situação de desequilíbrio financeiro estrutural ou de ruptura financeira e ainda que não disponham de uma situação de endividamento líquido superior ao limite de endividamento em 2010, aplica-se o disposto no artigo 10.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de Junho - Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC), *in casu*, o Município de Bragança.

Através da previsão dos n.ºs 2 e 3 do artigo 10.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de Junho, foi possível o recrutamento excepcional de trabalhadores, fundamentada na existência de relevante interesse público no recrutamento, ponderada a eventual carência dos recursos humanos no sector da actividade a que se destina o recrutamento bem como a evolução global dos recursos humanos do município em que o serviço se integra e na impossibilidade de ocupação dos postos de trabalho em causa nos termos previstos nos n.ºs 1 a 5 do artigo 6.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, ou por recurso a pessoal colocado em situação de mobilidade especial ou a outros instrumentos de mobilidade, desde que devidamente autorizado pelo órgão executivo.

No decurso do ano de 2011 ocorreu a desvinculação definitiva ao serviço de 11 trabalhadores (por motivos de aposentação, terminus da relação jurídica de emprego público e falecimento).

**QUADRO 15: Cessação da relação jurídica de emprego público**

CARREIRA	CATEGORIA	SITUAÇÃO	VERIFICADAS
Assistente Operacional	Assistente Operacional – Serviços Gerais	Aposentação	2
Assistente Operacional	Assistente Operacional – Motorista de Pesados	Aposentação	2
Assistente Operacional	Assistente Operacional – Jardineiro	Aposentação	1
Assistente Operacional	Assistente Operacional – Auxiliar do Aeródromo	Aposentação	1
Assistente Operacional	Encarregado Operacional	Falecimento	1
Assistente Técnico	Coordenador Técnico	Falecimento	1
Assistente Técnico	Assistente Técnico - Administrativo	Ingresso no Mapa de Pessoal do Município de Mirandela	1
Assistente Operacional	Assistente Operacional – Maquinista Teatral*	Terminus do Contrato de Trabalho a Termo Certo	2
Técnico Superior	Técnico Superior – área de Gestão	Terminus do Contrato de Trabalho a Termo Certo	1
Técnico Superior	Técnico Superior – área Cultural*	Terminus da requisição	1
Técnico Superior	Técnico Superior – área Engenharia Civil*	Terminus da mobilidade interna	1
<b>TOTAL</b>			<b>14</b>

Os dados do quadro 15 assinalam que no ano de 2011 ocorreu a desvinculação definitiva ao serviço de 11 trabalhadores, nas carreiras de Assistente Operacional, Assistente Técnico, Coordenador Técnico e Técnico Superior. Relativamente aos 3 postos de trabalho\*: 1 posto de trabalho na carreira/categoria de Assistente Operacional – Maquinista Teatral; 1 posto de trabalho na carreira/categoria de Técnico Superior – área Cultural e 1 posto de trabalho na carreira/categoria Técnico Superior – área de Engenharia, decorreram os respectivos procedimentos concursais para constituição de uma relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, vindo os postos de trabalho a serem ocupados por trabalhadores que já constavam no Mapa de Pessoal deste Município, mas com outra relação jurídica de emprego público (Contrato de Trabalho por Tempo Determinado – Termo Certo, Requisição e Mobilidade Interna).

**5.4.2. Recrutamento excepcional de trabalhadores**

A Câmara Municipal de Bragança tendo subjacente a saída definitiva de 11 trabalhadores (por motivos de aposentação, terminus da relação jurídica de emprego público e falecimento), veio a autorizar o recrutamento excepcional de trabalhadores, ao abrigo da previsão dos n.ºs 2 e 3 do artigo 10.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de Junho, cujos postos de trabalho já se encontravam previstos no Mapa de Pessoal para o ano de 2011, por considerar que seriam necessários para a execução das actividades permanentes dos serviços do Município de Bragança e por não implicar aumento da despesa com o pessoal que vier a ser recrutado, existindo pois dotação suficiente no respectivo orçamento municipal

**QUADRO 16: Procedimentos concursais em curso**

CARREIRA	CATEGORIA	ÁREA DE FORMAÇÃO ACADÉMICA/OU PROFISSIONAL	MODALIDADES	POSTOS TRABALHO
Assistente Operacional	Assistente Operacional	Área da Limpeza das Instalações	Por Tempo Indeterminado	2
Assistente Operacional	Assistente Operacional	Área de Manutenção e Limpeza Urbana	Por Tempo Indeterminado	1
Assistente Operacional	Assistente Operacional	Coveiro	Por Tempo Indeterminado	1
Assistente Operacional	Assistente Operacional	Operador de Sistema de Rega	Por Tempo Indeterminado	1
Técnico Superior	Técnico Superior	Área de Gestão	Por Tempo Indeterminado	1
Técnico Superior	Técnico Superior	Área de Sociologia	Por Tempo Determinável – Termo Incerto	1
Técnico Superior	Técnico Superior	Área de Contabilidade	Por Tempo Determinável – Termo Incerto	1
Assistente Operacional	Assistente Operacional	Área da Acção Educativa	Por Tempo Determinado – Termo Certo	1
<b>TOTAL</b>				<b>9</b>

Os indicadores do quadro 16 traduzem que a ocupação dos postos de trabalho faz-se com o predomínio da relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado.

Para o ano de 2012, para além dos procedimentos concursais acima elencados, contemplou-se ainda no Mapa de Pessoal, a criação de 1 Posto de trabalho da carreira/categoria de Técnico Superior - Área de Geografia e Planeamento Regional para o Departamento de Obras e Urbanismo - Divisão de Urbanismo e a criação de 1 Posto de trabalho da carreira/categoria de Assistente Operacional – Área de Operador de Máquinas e Veículos Especiais para o Departamento de Obras e Urbanismo – Divisão de Equipamento, cujos recrutamentos com o recurso à constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, estarão condicionados à aplicação do disposto em sede da Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012.

**5.4.3. Aposentação**

Face às novas medidas de austeridade previstas no Orçamento de Estado para 2011, levou que existisse no País uma verdadeira “corrida” às reformas antecipadas, por parte dos trabalhadores da Administração Pública. Tal realidade ocorre também no Município de Bragança.



*mm*  
*[Handwritten signatures]*

**QUADRO 17: Trabalhadores com pedidos de aposentação voluntária/antecipada**

CARREIRA	CATEGORIA	AGUARDAR
Técnico Superior	Técnico Superior – Área de Recursos Humanos*	1
Técnico Superior	Técnico Superior – Área de Arquitectura	1
Assistente Técnico	Coordenador Técnico	1
Assistente Operacional	Encarregado Operacional – Serviços Gerais	1
Assistente Operacional	Encarregado Operacional – Parque de Máquinas	1
Assistente Operacional	Assistente Operacional – Pedreiro	1
Assistente Operacional	Assistente Operacional – Auxiliar de Aeródromo	1
Assistente Operacional	Assistente Operacional – Jardineiro	1
Assistente Operacional	Assistente Operacional – Cantoneiro de Vias	1
<b>TOTAL</b>		<b>9</b>

Os dados do quadro 17 reflectem que se encontram a aguardar 9 processos, por aposentação voluntária/antecipada, nas carreiras de Técnico Superior, Assistente Técnico/Coordenador Técnico e Assistente Operacional.

A aposentação pode ainda ocorrer por incapacidade absoluta e permanente para qualquer profissão ou trabalho, no Município de Bragança existem um conjunto de trabalhadores a requerer a aposentação por incapacidade.

**QUADRO 18: Trabalhadores com pedidos de aposentação por incapacidade**

CARREIRA	CATEGORIA	AGUARDAR
Técnico Superior	Técnico Superior – Área de Recursos Humanos*	1
Técnico Superior	Técnico Superior – Área de Arquitectura	1
Assistente Técnico	Assistente Técnico - Administrativo	1
Assistente Técnico	Assistente Técnico - Administrativo	1
Assistente Operacional	Assistente Operacional – Auxiliar Administrativo	1
Assistente Operacional	Assistente Operacional – Cabouqueiro	1
Assistente Operacional	Assistente Operacional – Cantoneiro de Limpeza	1
Assistente Operacional	Assistente Operacional – Asfaltador	1
Assistente Operacional	Assistente Operacional – Pedreiro	1
<b>TOTAL</b>		<b>9</b>



Os dados do quadro 18 traduzem que se encontram a aguardar 9 processos, de aposentação por incapacidade, nas carreiras de Técnico Superior, Assistente Técnico e Assistente Operacional.

Da análise em conjunto dos Quadros 3 e 4 resulta que se encontram a aguardar 9 processos por aposentação voluntária/antecipada e 9 processos por aposentação por incapacidade, no total 18 processos de aposentação (1 posto de trabalho na carreira/categoria Técnico Superior (área de Recursos Humanos requer nas duas situações\*), o que significa que a previsão da redução do número de trabalhadores no mínimo de 2% consagrada na Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012, será atingida, sem que outras medidas sejam adoptadas.

#### **5.4.4. Alterações do posicionamento remuneratório**

A Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro – Orçamento do Estado para 2011, consagrou no artigo 24.º que é vedada a prática de quaisquer actos que consubstanciem valorizações remuneratórias dos titulares dos cargos e dos trabalhadores que exercem funções públicas, i.é., as alterações do posicionamento remuneratório, progressões, promoções, nomeações ou graduações em categoria ou posto superiores aos detidos.

As alterações do posicionamento remuneratório que venham a ocorrer após 31 de Dezembro de 2011 não podem produzir efeitos em data anterior àquela.

Estando em causa alterações obrigatórias do posicionamento remuneratório do trabalhador, que tenha, entretanto, acumulado mais de 10 pontos, os pontos em excesso relevam para efeitos de futura alteração do seu posicionamento remuneratório.

Mantêm-se todos os efeitos associados à avaliação do desempenho, nomeadamente a contabilização dos pontos a que se refere o n.º 6 do artigo 47.º da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de Fevereiro.

Encontrando-se o País numa situação de "emergência nacional ", socorrendo-se de um Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF), prevê-se para o ano de 2012, a manutenção das medidas supra referenciadas.

#### **5.4.5. Prémios de desempenho**

A Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro – Orçamento do Estado para 2011, consagrou ainda no artigo 24.º que é vedada a prática de quaisquer actos que consubstanciem outras



mm  
J. J. J.  
H. J. J.  
J. J. J.

valorizações remuneratórias dos titulares dos cargos e dos trabalhadores que exercem funções públicas, i.é., a atribuição de prémios de desempenho.

Encontrando-se o País numa situação de "emergência nacional", socorrendo-se de um Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF), prevê-se para o ano de 2012, a manutenção da medida acima mencionada.

### **5.5. Segurança, Higiene e Saúde no trabalho**

No âmbito da Saúde, Higiene e Segurança no Trabalho, o Técnico Superior de Higiene e Segurança no Trabalho, procedeu à elaboração de um Regulamento Interno de Prevenção e Controlo de Alcoolemia. Aguarda-se ainda o parecer da Comissão Nacional da Protecção de Dados.

Em 2012 dar-se-á continuidade à contratualização dos serviços Saúde, Higiene e Segurança no Trabalho, tendo por objectivo a tomada das medidas necessárias à prevenção de riscos profissionais e na promoção da saúde, higiene e segurança dos trabalhadores do Município de Bragança.

### **5.6. Formação profissional**

A formação profissional surge como um meio privilegiado para a aquisição de conhecimentos e ou reforço das competências por parte dos trabalhadores do Município de Bragança e para o ajustamento às novas exigências do exercício das suas funções, aumentando, deste modo, as suas qualificações técnicas ou profissionais tendo em vista uma melhor prestação do serviço a prestar ao cidadão.

Face à situação de "emergência nacional" porque passa o País, reflectindo-se na diminuição das transferências financeiras da Administração Central para os Municípios, a nossa aposta para o ano de 2012, é a da continuidade do investimento permanente desta autarquia na formação inicial e/ou contínua dos seus recursos humanos, no sentido de dotar trabalhadores e dirigentes das competências técnicas e pessoais que permitam um desempenho profissional adaptável, eficiente e actualizado, com especial destaque para os projectos de Modernização Administrativa.



## 6. Grandes opções do Plano para o ano de 2012

As Grandes Opções do Plano conjuntamente com o Orçamento constituem os documentos previsionais obrigatórios a elaborar pelas Autarquias Locais.

Nas Grandes Opções do Plano da Câmara Municipal de Bragança estão definidas as linhas de desenvolvimento estratégico, incluindo designadamente o Plano Plurianual de Investimentos e o Plano de Actividades Municipal que contempla as actividades mais relevantes da administração autárquica.

Estes documentos reflectem as prioridades definidas com base nos recursos disponíveis, pretendendo-se ajustar as realizações, sob a forma de objectivos específicos, às necessidades socioeconómicas da população concelhia.

O quadro seguinte apresenta resumidamente a evolução das Grandes Opções do Plano no período 2012-2013.

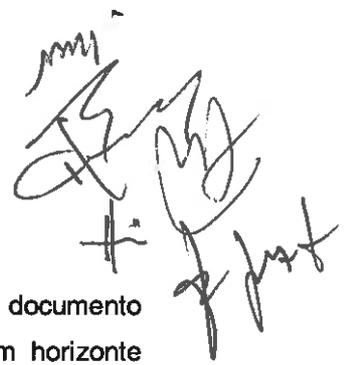
**QUADRO 19: Resumo das Grandes Opções do Plano no período 2011-2012**

Descrição	Grandes Opções do Plano (GOP'S)								
	Plano Plurianual de Investimentos (PPI)			Plano Plurianual de Actividades Municipal (PAM)			Dotações Iniciais (GOP'S)		
	Dotações Iniciais	2012	Var. %	Dotações Iniciais	2012	Var. %	2011	2012	Var. %
<b>Funções Gerais</b>	1.070.000	7.758.500	625,09%	120.000	70.500	-41,25%	1.190.000	7.829.000	557,90%
Serviços gerais de administração pública	1.055.000	7.752.500	634,83%	100.000	45.500	0,00%	1.155.000	7.798.000	575,15%
Segurança e ordem públicas	15.000	6.000	-60,00%	20.000	25.000	25,00%	35.000	31.000	-11,43%
<b>Funções Sociais</b>	7.849.500	6.666.500	-15,07%	1.787.400	1.356.000	-24,14%	9.636.900	8.022.500	-16,75%
Educação	680.000	149.500	-78,03%	31.000	1.000	-96,77%	711.000	150.500	-78,83%
Saúde	500	500	0,00%	0	33.000	0,00%	500	33.500	6600,00%
Segurança e acção sociais	0	0	0,00%	620.000	6.000	-99,03%	620.000	6.000	-99,03%
Habituação e serviços colectivos	6.613.000	5.883.000	-11,04%	581.400	240.000	-58,72%	7.194.400	6.123.000	-14,89%
Serviços culturais, recreativos e religiosos	556.000	633.500	13,94%	555.000	0	-100,00%	1.111.000	633.500	-42,98%
<b>Funções Económicas</b>	2.073.000	1.627.500	-21,49%	540.000	7.000	-98,70%	2.613.000	1.634.500	-37,45%
Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca	5.000	1.000	-80,00%	5.000	7.000	40,00%	10.000	8.000	-20,00%
Indústria e energia	393.000	369.500	-5,98%	300.000	0	-100,00%	693.000	369.500	-46,68%
Transportes e comunicações	1.208.000	298.000	-75,33%	30.000	0	-100,00%	1.238.000	298.000	-75,93%
Comércio e Turismo	467.000	959.000	105,35%	205.000	0	-100,00%	672.000	959.000	42,71%
<b>TOTAL</b>	<b>10.992.500</b>	<b>16.052.500</b>	<b>46,03%</b>	<b>2.447.400</b>	<b>2.167.500</b>	<b>-11,44%</b>	<b>13.439.900</b>	<b>18.220.000</b>	<b>35,57%</b>

Valores: euros

O valor global das Grandes Opções do Plano para o ano de 2012 atinge o valor de 18.220.000,00 euros, dos quais 16.052.500,00 euros referem-se ao Plano Plurianual de Investimentos e 2.167.500,00 euros ao conjunto das acções consideradas como relevantes e que cuja despesa efectuada, como base em normativos estabelecidos no POCAL, não é considerada de investimento.

Relativamente à tipologia económica das despesas que integram as GOP'S, 17.369.000,00 euros são despesas de capital e 851.000,00 são despesas correntes.



## 6.1. Plano Plurianual de Investimentos

O Plano Plurianual de Investimentos para 2012, doravante designado por PPI, é um documento previsional consubstanciado nas Grandes Opções do Plano. Elaborado para um horizonte móvel de 4 anos, na sua estrutura e conteúdo, descreve todos os projectos ou acções que se pretendem realizar no âmbito dos objectivos estabelecidos para o Município, identificando a classificação económica devidamente desagregada, a forma de realização de cada projecto ou acção, a fonte de financiamento de cada projecto ou acção a executar com financiamento externo à própria autarquia, as datas de início e fim dos projectos e acções e, ainda, se se trata de financiamento definido ou não definido. Assim, transforma-se no instrumento de compromisso político que permite, quer aos destinatários finais da actividade autárquica, quer aos órgãos executivo e deliberativo, avaliar o cumprimento desses mesmos compromissos.

Na sua elaboração incluíram-se os compromissos assumidos (estimativa), com fornecedores e empreiteiros, em anos anteriores, e não finalizados até ao término do ano de 2011. Constam, também, projectos que, na sua maioria, beneficiam de apoios financeiros já aprovados.

O quadro 16 estabelece a composição do PPI para 2012, reflectindo a despesa associada à realização de cada um dos projectos ou acções. As diversas áreas de intervenção concentram-se em três grandes rubricas: as funções gerais, as funções sociais e as funções económicas. Nestas, estão previstas intervenções, já com financiamento definido, que ascendem a 16.052.500,00 euros.

Para as funções gerais estão previstos 7.758.500,00 euros, correspondentes a 48,33% do investimento, distribuídos pelos subprogramas *edifícios, material de transporte, maquinaria e equipamento e segurança pública*.

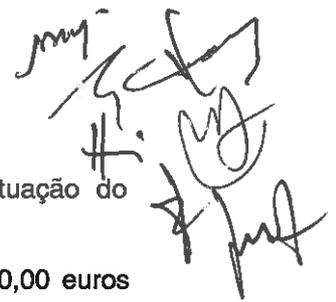
As funções sociais estão dotadas com 6.666.500,00 euros, correspondendo a 41,53% do investimento total. Nestas, estão incluídas áreas de intervenção na *educação pré-escolar, ensino básico, serviços individuais de saúde, habitação, planeamento urbanístico, urbanização, saneamento, abastecimento de água, resíduos sólidos, higiene pública, cemitérios, meio ambiente, cultura e desporto, recreio e lazer*.

O objectivo de funções económicas está dotado com 1.627.500,00 euros, o que corresponde a 10,14% do PPI para 2012. Estão contempladas importantes intervenções ao nível das áreas de *iluminação pública, energia, estabelecimentos industriais, rede viária e sinalização, estacionamento e turismo*.

**QUADRO 20: Plano Plurianual de Investimentos para 2012 – Resumo**

Código Obj./Prog.	Designação das rubricas	Valor do Investimento	% dentro do Obj./prog	% em relação ao total PPI
<b>1</b>	<b>Funções gerais</b>	<b>7.758.500</b>	<b>100,00%</b>	<b>48,33%</b>
<b>1.1.</b>	<b>Serviços gerais de administração pública</b>	<b>7.752.500</b>	<b>99,92%</b>	<b>48,29%</b>
<b>1.1.1</b>	<b>Administração geral</b>	<b>7.752.500</b>	<b>99,92%</b>	<b>48,29%</b>
1.1.1.1	Edifícios	7.390.000	95,25%	46,04%
1.1.1.2	Material de transporte	120.000	1,55%	0,75%
1.1.1.3	Maquinaria e equipamento	242.500	3,13%	1,51%
<b>1.2.</b>	<b>Segurança e ordem pública</b>	<b>6.000</b>	<b>0,08%</b>	<b>0,04%</b>
<b>1.2.1</b>	<b>Protecção civil e luta contra incêndios</b>	<b>6.000</b>	<b>0,08%</b>	<b>0,04%</b>
1.2.1.2	Segurança pública	6.000	0,08%	0,04%
<b>2</b>	<b>Funções sociais</b>	<b>6.666.500</b>	<b>100,00%</b>	<b>41,53%</b>
<b>2.1.</b>	<b>Educação</b>	<b>149.500</b>	<b>2,24%</b>	<b>0,93%</b>
<b>2.1.1</b>	<b>Ensino não superior</b>	<b>149.500</b>	<b>2,24%</b>	<b>0,93%</b>
2.1.1.1	Ensino Pré-escolar	9.000	0,14%	0,06%
2.1.1.2	Ensino Básico	140.500	2,11%	0,88%
<b>2.2.</b>	<b>Saúde</b>	<b>500</b>	<b>0,01%</b>	<b>0,00%</b>
2.2.1	Serviços Individuais de Saúde	500	0,01%	0,00%
<b>2.4.</b>	<b>Habitação e serviços colectivos</b>	<b>5.883.000</b>	<b>88,25%</b>	<b>36,65%</b>
<b>2.4.1</b>	<b>Habitação</b>	<b>1.681.000</b>	<b>28,57%</b>	<b>10,47%</b>
<b>2.4.2</b>	<b>Ordenamento do Território</b>	<b>2.100.000</b>	<b>35,70%</b>	<b>13,08%</b>
2.4.2.1	Planeamento Urbanístico	133.000	2,00%	0,83%
2.4.2.2	Urbanização	1.967.000	29,51%	12,25%
<b>2.4.3</b>	<b>Saneamento</b>	<b>1.644.000</b>	<b>27,99%</b>	<b>10,24%</b>
<b>2.4.4</b>	<b>Abastecimento de água</b>	<b>209.000</b>	<b>3,55%</b>	<b>1,30%</b>
<b>2.4.6</b>	<b>Protecção do meio amb. e conserv. da natureza</b>	<b>249.000</b>	<b>4,23%</b>	<b>1,55%</b>
2.4.6.2	Cemitérios	15.000	0,23%	0,09%
2.4.6.3	Meio Ambiente	234.000	3,51%	1,46%
<b>2.5.</b>	<b>Serviços culturais, recreativos e religiosos</b>	<b>633.500</b>	<b>9,59%</b>	<b>3,95%</b>
2.5.1	Cultura	225.000	3,38%	1,40%
2.5.2	Desporto, recreio e lazer	408.500	6,13%	2,54%
<b>3</b>	<b>Funções económicas</b>	<b>1.627.500</b>	<b>100,00%</b>	<b>10,14%</b>
<b>3.1.</b>	<b>Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca</b>	<b>1.000</b>	<b>0,06%</b>	<b>0,01%</b>
<b>3.2.</b>	<b>Indústria e energia</b>	<b>369.500</b>	<b>22,70%</b>	<b>2,30%</b>
3.2.1	Iluminação pública	49.500	3,04%	0,31%
3.2.2	Energia	167.000	10,26%	1,04%
3.2.3	Estabelecimentos Industriais	153.000	9,40%	0,95%
<b>3.3.</b>	<b>Transportes e Comunicações</b>	<b>298.000</b>	<b>18,31%</b>	<b>1,86%</b>
<b>3.3.1</b>	<b>Transportes rodoviários</b>	<b>180.000</b>	<b>11,06%</b>	<b>1,12%</b>
3.3.1.1	Rede viária e sinalização	170.000	10,45%	1,06%
3.3.1.2	Estacionamento	10.000	0,61%	0,06%
<b>3.3.2</b>	<b>Transportes aéreos</b>	<b>118.000</b>	<b>7,25%</b>	<b>0,74%</b>
<b>3.4.</b>	<b>Comércio e turismo</b>	<b>959.000</b>	<b>58,92%</b>	<b>5,97%</b>
3.4.1	Mercados e feiras	946.000	58,13%	5,89%
3.4.2	Turismo	13.000	0,80%	0,08%
<b>TOTAL</b>		<b>16.052.500</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>

Valores: euros



Do conjunto dos programas de investimento, representativos das áreas de actuação do Município, destacam-se pela expressão que assumem os seguintes projectos:

- **Serviços gerais de administração pública**, que absorve cerca de 7.752.500,00 euros (48,29%), assumem maior relevância os projectos ao nível dos edifícios, nomeadamente:
  - Ecopolis, reconversão urbanística do Forte S. João de Deus – 6.960.000,00 euros;
  - Modernização da gestão, redes e serviços municipais no âmbito das TIC – 300.000,00 euros.
  
- **Habitação e serviços colectivos**, que absorvem cerca de 5.883.000,00 euros (36,65%), assumem maior relevância ao nível da habitação:
  - Domus Universitária – Recuperação de imóveis na zona histórica para residência de estudantes – 750.000,00 euros;
  - Conservação de fogos dos bairros de habitação social – 500.000,00 euros;
  - Aquisição de terrenos e imóveis diversos – 200.000,00 euros.
  
- **Ao nível do ordenamento do território:**
  - Construção da circular interior – troço da Mãe D'Água – 700.000,00 euros;
  - Construção da circular interior – troço de ligação da rotunda da Av. Bragança de Bragança do Pará á Avenida Abade de Baçal – 350.000,00 euros;
  - 2ª fase da ciclovia, ligação ao CCV – 200.000,00 euros;
  - Construção da ciclovia da Mãe D'Água – 200.000,00 euros;
  - Construção da Praça Nova da Mãe D'Água – 200.000,00 euros;
  - Vários projectos e estudos de Planeamento – 193.000,00 euros;
  - Arranjos nos arruamentos da cidade – 150.000,00 euros;
  - Construção da ciclovia na zona envolvente do IPB – 100.000,00 euros.
  
- **Ao nível do saneamento:**
  - Execução de redes e infraestruturas de saneamento básico em Lagomar, Terroso, Gondesende, Frieira, Vila Boa, Parâmio, Freixeda, Quintas de Montesinho e outras – 900.000,00 euros;
  - Construção de ETAR'S em França, Rabal, Rebordãos, S.Pedro e outras Localidades – 640.000,00 euros.
  
- **Ensino Básico**, onde foram inscritas dotações na ordem de 140.500,00 euros, sendo que 100.000,00 euros são destinados à ampliação da Casa da Seda.
  
- **Protecção do meio ambiente**, apresentando com maior destaque o Parque verde da Coxa, com dotações de 150.000,00 euros.



- *Transportes e comunicações*, onde se orçamentam 298.000,00 euros, com maior expressão na rede viária e sinalização – 170.000,00 euros, o que corresponde a 1,06% das despesas orçadas.
  
- *Comércio e Turismo*, orçamentados 1.034.000,00 euros, com maior expressão nos mercados e feiras – 1.021.000,00 euros, o que corresponde a 6,44% das despesas orçadas, destacando-se:
  - Construção do novo espaço para a Feira – 700.000,00 euros;
  - Construção do recinto de promoção e valorização de raças autóctones – 320.000,00 euros.
  
- *Serviços culturais, recreativos e religiosos*, dotada com cerca de 633.500,00 euros, que correspondem a 3,95% da despesa do PPI para 2012, apresentam com maior relevância a reconstrução da Casa da Cidade – Sede de Associações de Santa Maria, com inscrições de 200.000,00 euros e a construção da escola de dança com 256.000,00.

## 6.2. Plano de Actividades Municipal

A par da preparação do PPI e constituindo, também este, a definição das linhas de desenvolvimento estratégico desta autarquia, encontra-se o Plano de Actividades Municipal (PAM) para 2012. Este evidencia, em termos de grandes opções do plano, as transferências financeiras que se farão para outras entidades.

O fluxo financeiro líquido para o conjunto das actividades que não sendo consideradas de investimento são padronizadas como sendo as mais relevantes, constituem uma previsão de financiamento definido no valor de 2.167.500,00 euros, valor sempre condicionado á evolução de realização das receitas próprias.



## QUADRO 21: Plano de Actividades Municipal para 2012 – Resumo

mm  
 [Handwritten signature]  
 [Handwritten signature]  
 H.

Código Obj./Prog.	Designação das rubricas	Valor do Investimento	% dentro do Obj./prog	% em relação ao total PPI
<b>1</b>	<b>Funções gerais</b>	<b>70.500</b>	<b>100,00%</b>	<b>3,25%</b>
<b>1.1.</b>	<b>Serviços gerais de administração pública</b>	<b>45.500</b>	<b>64,54%</b>	<b>2,10%</b>
<b>1.1.1</b>	<b>Administração geral</b>	<b>45.500</b>	<b>64,54%</b>	<b>2,10%</b>
1.1.1.3	Maquinaria e equipamento	45.500	64,54%	2,10%
<b>1.2.</b>	<b>Segurança e ordem pública</b>	<b>25.000</b>	<b>35,46%</b>	<b>1,15%</b>
<b>1.2.1</b>	<b>Protecção civil e luta contra incêndios</b>	<b>25.000</b>	<b>35,46%</b>	<b>1,15%</b>
1.2.1.1	Bombeiros	25.000	35,46%	1,15%
<b>2</b>	<b>Funções sociais</b>	<b>1.356.000</b>	<b>100,00%</b>	<b>62,56%</b>
<b>2.1.</b>	<b>Educação</b>	<b>185.500</b>	<b>13,68%</b>	<b>8,56%</b>
<b>2.1.1</b>	<b>Ensino não superior</b>	<b>2.000</b>	<b>0,15%</b>	<b>0,09%</b>
2.1.1.2	Ensino Básico	1.000	0,07%	0,05%
2.1.1.3	Educação de adultos	1.000	0,07%	0,05%
<b>2.1.2</b>	<b>Serviços auxillares de Ensino</b>	<b>183.500</b>	<b>13,53%</b>	<b>8,47%</b>
<b>2.3.</b>	<b>Segurança e Acção Sociais</b>	<b>442.500</b>	<b>32,63%</b>	<b>20,42%</b>
2.3.2	Acção social	442.500	32,63%	20,42%
<b>2.4.</b>	<b>Habitação e serviços colectivos</b>	<b>240.000</b>	<b>17,70%</b>	<b>11,07%</b>
<b>2.4.1</b>	<b>Habitação</b>	<b>60.000</b>	<b>4,42%</b>	<b>2,77%</b>
<b>2.4.2</b>	<b>Ordenamento do Território</b>	<b>76.000</b>	<b>5,60%</b>	<b>3,51%</b>
2.4.2.2	Urbanização	76.000	5,60%	3,51%
<b>2.4.4</b>	<b>Abastecimento de água</b>	<b>6.000</b>	<b>0,44%</b>	<b>0,28%</b>
<b>2.4.5</b>	<b>Resíduos sólidos</b>	<b>1.000</b>	<b>0,07%</b>	<b>0,05%</b>
<b>2.4.6</b>	<b>Protecção do meio amb. e conserv. da natureza</b>	<b>97.000</b>	<b>7,15%</b>	<b>4,48%</b>
2.4.6.1	Higiene pública	24.000	1,77%	1,11%
2.4.6.2	Cemitérios	70.000	5,16%	3,23%
2.4.6.3	Meio Ambiente	3.000	0,22%	0,14%
<b>2.5.</b>	<b>Serviços culturais, recreativos e religiosos</b>	<b>488.000</b>	<b>35,99%</b>	<b>22,51%</b>
2.5.1	Cultura	297.000	21,90%	13,70%
2.5.2	Desporto, recreio e lazer	191.000	14,09%	8,81%
<b>3</b>	<b>Funções económicas</b>	<b>741.000</b>	<b>100,00%</b>	<b>34,19%</b>
<b>3.1.</b>	<b>Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca</b>	<b>66.000</b>	<b>8,91%</b>	<b>3,04%</b>
<b>3.2.</b>	<b>Indústria e energia</b>	<b>417.000</b>	<b>56,28%</b>	<b>19,24%</b>
3.2.3	Estabelecimentos Industriais	417.000	56,28%	19,24%
<b>3.3.</b>	<b>Transportes e Comunicações</b>	<b>30.000</b>	<b>4,05%</b>	<b>1,38%</b>
<b>3.3.1</b>	<b>Transportes rodoviários</b>	<b>30.000</b>	<b>4,05%</b>	<b>1,38%</b>
3.3.1.1	Rede viária e sinalização	30.000	4,05%	1,38%
<b>3.4.</b>	<b>Comércio e turismo</b>	<b>228.000</b>	<b>30,77%</b>	<b>10,52%</b>
3.4.1	Mercados e feiras	221.000	29,82%	10,20%
3.4.2	Turismo	7.000	0,94%	0,32%
<b>TOTAL</b>		<b>2.167.500</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>

Valores: euros



Visando sempre uma crescente disciplina orçamental, as dotações (de capital ou correntes) inerentes à formação de compromissos, anteriormente assumidos no âmbito das parcerias já contratadas, entre o Município e a administração (central e local), as instituições sem fins lucrativos e as famílias preconiza-se com o apoio dado:

- *Educação*: Apoio à construção do Centro Académico do IPB e nas despesas de funcionamento da Associação Centro de Ciência Viva;
- *Ação social*: Requalificação dos santuários de N<sup>a</sup> Senhora da Serra, N<sup>a</sup> Senhora do Aviso e Outros, reabilitação das habitações de famílias carenciadas, construção de centros de convívio, centros de dia e lares da terceira idade, bem como no apoio destinado à construção de centros sociais e paroquiais;
- *Habitação e Serviços Colectivos*: assumem-se os principais encargos com a construção de sedes de junta de freguesia e apoio à requalificação dos largos das aldeias;
- No subprograma *serviços culturais, recreativos e religiosos*: ao desenvolvimento das actividades promovidas pelas Associações culturais, recreativas e desportivas e à construção e ou beneficiação dos seus equipamentos colectivos;
- No sector dos *estabelecimentos industriais*: Construção do Parque de Ciência e Tecnologia - Brigantia EcoPark, transferências de capital para a Terra Fria carnes, Lda.

Assinala-se, ainda, o apoio atribuído à realização de feiras e certames no Comércio e Turismo e as transferências de capital para o MMB, Mercado Municipal de Bragança, E.M.



## **7. Explicitação do Plano Plurianual de Investimentos e do Plano de Actividades Municipal**

### **Funções Gerais**

#### **1.1. Serviços Gerais de Administração Pública**

##### **1.1.1. Administração Geral**

###### **1.1.1.1. Edifícios**

Para o ano de 2012 estão previstos trabalhos correntes de conservação dos edifícios municipais e a execução de trabalhos de melhoria das condições acústicas das salas de aulas do Conservatório de Música de Bragança, sito no Centro Cultural Municipal Adriano Moreira.

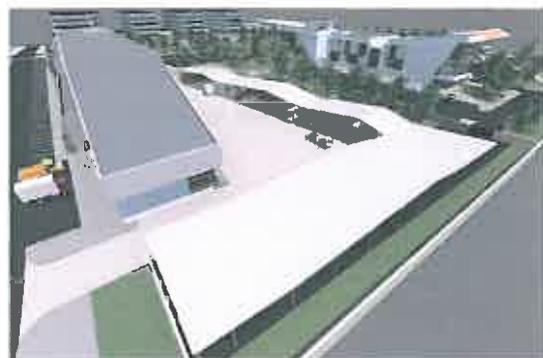
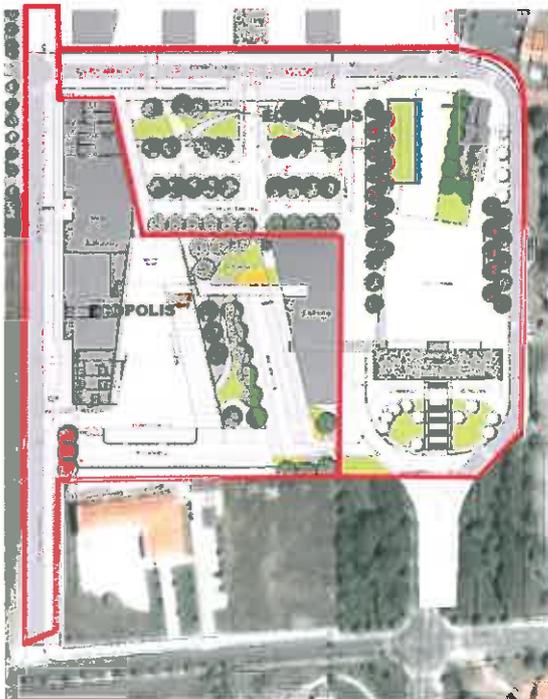
No ano de 1998 a Câmara Municipal iniciou o projecto "Dignificar o Poder Local, Fortalecer a Cidadania", que até ao presente integrou a requalificação e construção, de raiz, de mais de 100 sedes de freguesia e centros de convívio, proporcionando dignidade aos eleitos e condições de atendimento e de convívio aos cidadãos.

Este projecto culminará com a reconversão das instalações do Município de Bragança, no Forte S. João de Deus, numa área de intervenção de 4,5 ha, através da requalificação de dois edifícios, a construção de dois novos, a construção do parque de estacionamento, a praça do município e um novo arruamento a ligar a Rua 22 de Maio à Rua Bragança Paulista.

Assim, as condições de atendimento ao munícipe serão melhoradas com a instalação do Balcão Único, concentrando todos os serviços de atendimento público num amplo e moderno espaço, garantindo a proximidade e comodidade aos munícipes, processo que será acompanhado de diversas iniciativas de modernização administrativa.



Numa primeira fase será implementado o projecto “EcoPolis”, através da construção de um novo edifício onde esteve sedeada a Brigada Fiscal da GNR e serão instalados o Balcão Único de atendimento e respectivas áreas de apoio, o Departamento de Obras e Urbanismo, o Departamento de Educação, Social e Cultural, o Departamento de Serviços Municipais, o Arquivo e outros serviços comuns.





*Handwritten signatures and initials in the top right corner.*

Para instalação dos armazéns, parque de equipamentos e transportes, equipa de obras de administração directa e oficinas será construído um novo, com adequada volumetria e enquadramento urbano, proporcionando a criação de espaços com melhores condições de trabalho e ao mesmo tempo, soltando estes espaços actuais, para estruturas viárias e de lazer.

Este projecto prevê, ainda, a execução de arranjos exteriores, com a criação de estacionamento público, vias de comunicação, passeios e passagens pedonais, espaços verdes, criação de duas cisternas de aproveitamento de águas pluviais, estacionamento coberto, sobre o qual será instalado um parque fotovoltaico com potência até 250 Kva e que permitirá a produção de quase 50% da electricidade que se prevê consumir nos edifícios municipais.

Já o projecto "Ecodomus" prevê uma intervenção no actual edifício principal, onde funciona a Presidência e diversos Serviços, que será mantido e requalificado, para serem instalados o Executivo e o Gabinete de Apoio, alguns gabinetes de trabalho, salas de reuniões e o Departamento Administrativo e Financeiro.

Este edifício permanecerá como memória das últimas obras de reparação e adaptação do Quartel, executadas no final da década de sessenta do século XX.

O edifício onde funcionou a Administração Militar será mantido e beneficiado, mantendo a sua identidade próprio que o caracteriza de um "forte", criando um espaço amplo para ali instalar o Centro de Memórias da presença militar em Bragança.

Na parte exterior será criada a praça do município com possibilidade para eventos ao ar livre, criação de uma fonte água para espaço de fresco e lazer publico, espaços ajardinados e criação de barreiras arbóreas melhorando a sonoridade do espaço em volta e estacionamento público de superfície.

Toda a intervenção seguirá critérios que minimizem o impacto ambiental, reduzindo o uso a recursos não renováveis, permitindo a sua viabilidade económica e, ao mesmo tempo, um adequado conforto dos seus usuários. Assim, este projecto pretende representar o estado da arte de boas práticas na construção, sobretudo na área da Construção Sustentável.





O projecto “EcoPolis”, conjuntamente com o projecto “EcoDomus”, envolve uma previsão de investimento de 10,36 milhões de euros.

No que concerne ao projecto “Ecopolis” foi assinado, no dia 11 de Agosto de 2011, o Contrato de Financiamento Comunitário, com um custo elegível da operação de 3,5 milhões de euros e uma taxa co-financiamento garantida de 70%, sendo expectável que possa atingir os 85%.

Com a reorganização da área interveniente ficará liberta uma parcela de terreno que será destinada à construção de edifícios, constituídos por rés-do-chão mais 4 pisos, sendo o rés-do-chão para comércio e serviços, conforme o futuro o vier a determinar, e os restantes pisos para habitação multifamiliar, com 4 ou 6 fogos por piso, de tipologia T1, T2 e T3, num total de 160 fogos.



A reorganização espacial dos serviços do Município será acompanhada de uma reorganização funcional, através modernização da gestão, redes e serviços municipais, com o objectivo de aumentar a acessibilidade, qualidade e eficiência dos mesmos.

Para a prossecução desse objectivo está em fase de implementação o projecto “Inovar para a Eficiência”, aprovado pelo Programa Operacional da Região Norte (ON2), com um investimento



elegível de 155.409,22€, co-financiado em 80% pelo FEDER. Este projecto visa aumentar a eficácia e eficiência na prestação de serviços aos Municípios, através da introdução das novas Tecnologias de Informação e Comunicação.

No âmbito deste projecto, procedeu-se no decurso do ano de 2011 a uma reestruturação da rede de dados autárquica (LAN), com alterações ao nível da rede interna e também externamente na interligação entre os diversos serviços autárquicos dispersos fisicamente.

Está em execução o projecto de substituição do actual parque de Impressão, cópia, fax e digitalização do Município de Bragança, por equipamentos multifuncionais instalados em rede e em locais estratégicos que possam ser acedidos pelos vários serviços. Com um investimento global de 104.523,01€, para além da uniformização do parque de impressão, cópia, fax e digitalização esta solução permitirá a redução dos custos de impressão, passando para o mesmo valor que a cópia, passando os utilizadores a dispor de equipamentos tecnologicamente mais avançados e produtivos.

#### **1.1.1.2. Material de Transporte**

##### **a) Serviço de Transportes Urbanos de Bragança (STUB)**

A frota do STUB é composta por 17 autocarros, com uma capacidade média de transporte de 48 lugares, sendo a idade média da frota é de 11,5 anos. Com entrada ao serviço de um novo autocarro de pequena capacidade (16 lugares) no início do ano de 2012, a capacidade média de transporte passará a 46 lugares e a idade média da frota para 10,6 anos. Treze autocarros foram adquiridos na última década, razão porque a idade média não é elevada, no entanto o Município dispõe alguns autocarros com idade muito elevada, por no período de 1990/1997, só ter sido adquirido um autocarro. Assim. Prevê-se continuação de renovação gradual do material circulante, com a aquisição, no ano de 2012, dum novo autocarro urbano de média capacidade que irá substituir um autocarro de grande capacidade com 24 anos de idade, de forma a melhorar o conforto dos utentes, adequar os meios à procura, melhorar a segurança e diminuir os gastos relacionados com a manutenção da frota.

A evolução na estrutura urbana da cidade e a procura rural e urbana, assim como o aumento dos custos, obrigam à adopção de um conjunto de medidas que visem a reorganização de alguns percursos e horários, no sentido de servir melhor os utentes e alunos. Algumas destas medidas serão efectivas a partir de Janeiro de 2012.

O aumento exponencial dos combustíveis que se verificou nos últimos anos (+65% nos últimos 6 anos), associado um tarifário desajustado à actual situação dos transportes, veio acentuar a



degradação das contas do STUB. Está em estudo um novo tarifário para implementar progressivamente no início de 2012 e que, ano após ano, deverá permitir corrigir a tendência negativa das contas com uma actualização gradual dos preços em função do serviço prestado, de forma a diminuir o elevado défice de exploração (-80%).

No ano de 2010, o STUB efectuou 478.890 quilómetros e transportou 286.391 passageiros nas 12 linhas diárias e 4 linhas semanais. Prevê-se, para o ano de 2011, que o serviço efectuado pelo STUB seja muito equivalente ao que se verificou no ano anterior. No ano de 2011 foram instalados oito novos abrigos na zona urbana, não se prevendo novos investimentos nesta área, a não ser no âmbito da manutenção.

#### **b) Serviço de Transportes de Turismo**

No ano de 2010, o serviço de transporte de Turismo (dois autocarros) efectuou 227 viagens, percorrendo 59.250 Kms e transportando 8.155 passageiros. Nos dias úteis, o serviço de turismo apoia as actividades extra curriculares e almoços do 1º ciclo de escolaridade, efectuando 9.758 Kms com esta tarefa. Para o ano de 2011 prevê-se que o serviço de turismo seja muito equivalente ao que se verificou no ano de 2010, sendo desejável alguma contenção no próximo ano.

Está em fase de concurso a aquisição de uma nova viatura de turismo, com a lotação de 16 lugares, com um preço base de 75.000,00€, que conjuntamente com as duas existentes permitirá assegurar todo o transporte escolar na cidade (almoços e Actividades Extra-curriculares) sem recurso à contratação externa. Permitirão reduzir de forma significativa, a contratação de serviços de transporte de turismo em eventos de serviços ocasionais.

#### **1.1.1.3. Maquinaria e Equipamento**

No âmbito da actividade desenvolvida pelo Município de Bragança prevê-se a aquisição de equipamentos de substituição. A gestão centralizada da frota, processo promovido no ano de 2011, permitiu obter uma melhor rentabilização das aquisições, das manutenções, das reparações e das utilizações, tendo como orientação critérios de índole económica como: o preço; os custos de manutenção; o consumo, e critérios de protecção ambiental.

Foram adquiridas 4 viaturas ligeiras tipo utilitário de baixo custo e com manutenção pouco dispendiosa para substituição de 12 equipamentos que devido à idade e tipologia apresentam custos de conservação e consumos elevados.

Foi, ainda, incorporada na frota um sistema de localização georreferenciadas e monitorização dos veículos municipais de modo a potenciar a gestão da frota, minimizando o desperdício,



my:  
[Handwritten signatures and initials]

controlando e otimizando percursos e utilização adequada das viaturas, considerando as necessidades reais do serviço, fornecendo informação em tempo real da correcta utilização de recursos do município.

Ao nível do parque de equipamento, com vista à conservação e manutenção da rede viária e do apoio às freguesias, prevê-se a aquisição de mais uma mini-pá carregadora multifunções e de um tractor para utilização com destroçador, assegurando o reforço de meios para a manutenção da rede viária municipal.

As evoluções tecnológicas na área das telecomunicações permitem arranjar formas de minimizar os gastos em telecomunicações. Para tal, depois de terminado o estudo para reestruturação da rede de telecomunicações do Município, com a integração dos serviços da rede fixa e móvel numa arquitectura única, baseada numa rede virtual de comutação disponibilizada por um operador. Não tendo sido possível, por imposição legal, a instalação de uma rede de fibra óptica que interliga todos os edifícios municipais, encontra-se em fase de estudo a introdução de novas soluções tecnológicas baseadas no wireless ou aluguer de canais de banda larga dedicados. Com esta infra-estrutura, espera-se melhorar a qualidade de serviço das comunicações de voz e dados, reduzindo os custos de operação em cerca de 20%. Desta forma, toda a rede de telecomunicações do Município será uma só, independentemente da actual descentralização dos serviços por vários edifícios, com um único número de contacto e uma só telefonista.

As mais-valias do mundo virtual são hoje indiscutíveis. São mesmo um factor essencial para o desenvolvimento de uma sociedade. A modernização administrativa, tão referenciada actualmente, vem reforçar essa viragem, promovendo a adaptação dos processos das instituições públicas às novas formas de comunicar e de interagir.

A expectativa do Município quanto ao processo de modernização administrativa é elevada, e o percurso iniciado há já algum tempo ainda é longo, embora tenham sido já dados passos importantes que têm como enfoque a desburocratização de processos e o acesso dos munícipes a documentação existente em diferentes departamentos. Esta mais-valia para os munícipes, resulta de um processo interno evolutivo ao nível da formação dos recursos humanos no uso das tecnologias de informação e comunicação (TIC) que necessariamente depende de investimentos próprios e de programas específicos de financiamento.

Em 2011 foram lançados diversos projectos que se consideram de grande interesse estratégico que tem metas arrojadas para uma calendarização que se procura implementar cabalmente nos próximos dois anos.



No âmbito do programa Sistema de Apoio à Modernização Administrativa (SAMA), o Município integrou uma candidatura promovida pela Associação de Municípios da Terra Fria do Nordeste Transmontano, que se encontra em fase de implementação. O investimento elegível é de 154.830,00 euros e envolve os seguintes projectos, com excepção do Balcão Único:

- A **Gestão Documental** arrancou, com a implementação do circuito de facturas, depois de uma fase preparatória em 2010, encontra-se integralmente estabilizado e envolve todos os serviços municipais. Ainda este ano iniciar-se-á a implementação do circuito de expediente geral – correspondência recepcionada via CTT. De forma gradual, esta solução elimina a circulação física de documentos, inicialmente facturas e agora documentos recebidos por expediente, diminuindo o tempo de tratamento dos mesmos, aumentando a facilidade de pesquisa e organização e mantendo o controlo centralizado dos documentos.
- **Modernização de Equipamentos (PC'S)** - Está em decurso a preparação de 56 novas máquinas para instalação até final do corrente mês. Com as máquinas substituídas será realizada uma redistribuição, com o objectivo de apetrechar os serviços, libertando as mais antigas. O Município fica dotado de equipamentos adequados para suporte das aplicações, criando-se assim condições para um funcionamento baseado num sistema eminentemente desmaterializado.
- **Intranet Municipal:** A Intranet será a plataforma por excelência de divulgação da informação dentro da organização, permitindo aos serviços consultar informação e efectuar o respectivo atendimento ao público. A nível interno, pretende-se que a Intranet seja o principal veículo de comunicação e distribuição de informação. Com a possibilidade de acesso a informação disponível e actualizada os funcionários reduzem o tempo dispendido na pesquisa de dados, o que se traduz num aumento de produtividade.
- **Balcão Único:** A criação de uma plataforma de atendimento do tipo balcão único vai simplificar as relações entre os munícipes e a Autarquia, através da criação de um ponto único de contacto com os serviços autárquicos. Serviços das diversas unidades orgânicas serão concentrados num único local, permitindo aos munícipes e empresas tratarem de assuntos diversificados numa única interacção e num único local.

Os diversos serviços com atendimento estarão presentes neste espaço, onde os munícipes possam tratar de todos os assuntos que os liga à Autarquia, nomeadamente:

- Obtenção de informação relativa a qualquer procedimento administrativo;



*Handwritten signature and initials:*  
my  
Hi  
q post

- Apresentação de sugestões / Reclamações;
- Entrega de requerimentos;
- Obtenção de informação sobre qualquer processo do seu interesse;
- Requisição de serviços;
- Pagamento de facturação de serviços prestados.

Este projecto, por razões de espaço físico do actual edifício Sede do Município, só é concretizável com novas instalações municipais.

Para além dos projectos supra referidos, encontram-se em desenvolvimento ou foram concluídos, no decurso do ano de 2011, as seguintes iniciativas na área das novas tecnologias de informação e comunicação:

- **Serviços online:** Uma das estratégias de evolução dos sistemas de informação do Município de Bragança passa pela disponibilização de serviços online dirigidos aos seus Municípios e instituições que necessitem de interagir com a Câmara. A disponibilização de serviços online representa um grande desafio dadas as implicações não só ao nível do seu BackOffice, como da reengenharia dos seus processos, e da actualização das suas infra-estruturas. Serão implementados os seguintes serviços: submissão de requerimentos, consulta de processos, pagamento de taxas e licenças.
- **Faqs:** Disponibilizar no site, de forma estruturada, um conjunto abrangente de perguntas frequentes, formuladas sob o ponto de vista dos cidadãos e das empresas – O sistema está já montado no site autárquico podendo ser acedido através da página inicial no link "Faqs: perguntas frequentes". O cidadão pode aí obter resposta às questões com que frequentemente se depara na sua interacção com a Autarquia, tendo ainda a possibilidade de propor novas questões que não estejam aí contempladas.
- **Visitas virtuais e património em 3D:** Consiste na implementação de uma aplicação na Internet que permitirá fazer uma visita virtual à cidade de Bragança. Os locais e pontos de interesse a visitar foram definidos, estando a ser compilados os textos, imagens e documentos a colocar no sistema. Está em fase de contratação o fornecimento do software bem como o desenvolvimento da solução, estimando-se que possa estar em funcionamento dentro de 2 meses.
- No âmbito do Programa "Simplex Autárquico" o Município de Bragança aderiu à iniciativa "**A MINHA RUA**", disponibilizando, assim, um novo serviço de proximidade que permite aos munícipes comunicar as mais variadas situações relativas a espaços públicos e sugerir melhorias directamente à autarquia. Disponível a partir do Portal do Cidadão e do website do Município de Bragança, os munícipes têm a possibilidade de assinalar directamente no mapa ocorrências que queiram ver resolvidas, bem como



associar fotografias, sendo posteriormente informados pela autarquia, através de e-mail, assim que a situação fica resolvida.

- **Sistema de Informação para Executivos:** Foi instalada uma aplicação que funciona em ambiente web e permite o apoio à tomada de decisão do executivo Municipal, disponibilizando a informação sintetizada de uma forma simples e eficiente. Permite a leitura e a análise dos dados em formato de grelha ou através de gráficos e disponibiliza informação do POCAL.
- **GISMAT** – Está significativamente desenvolvido o Sistema de Informação Geográfica (SIG) constituído pelas seguintes aplicações: emissão de plantas de localização, gestão urbanística, infraestruturas de redes municipais, rede viária, património municipal e levantamentos. Com estas aplicações o Município moderniza o serviço interno de atendimento municipal de emissão de plantas de localização, facilita o processo de emissão de pareceres sobre pretensões de licenciamento, permite localizar geograficamente toda a informação referente às redes de Infraestruturas Municipais, caracteriza toda a informação referente à Rede Viária e obtém um conhecimento rigoroso de todo o Património existente.
- **WEBSITE** - Foi implementado um portal interno, através do qual as chefias e os colaboradores, podem gerir tarefas relacionadas com a assiduidade e a pontualidade. Nesta fase, dirigentes e colaboradores podem consultar diariamente a respectiva assiduidade e pontualidade. Este portal vai evoluir nas funcionalidades, estando prevista uma utilização mais activa do sistema, nomeadamente a possibilidade das chefias marcarem férias e corrigirem irregularidades como esquecimento nas marcações e os colaboradores poderem efectuar pedidos de férias e marcar ausências em serviço.
- **RJUE** - Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação, consta da implementação de um módulo que permite a interoperabilidade com o portal do RJUE, relacionar a informação da autarquia com a disponível no portal. Os processos são registados na aplicação de Urbanismo - SIGMA e após o saneamento liminar são submetidos os dados com os documentos anexos, automaticamente no portal.
- **Rede de Dados Municipais** – A rede de dados do Município foi reestruturada. A distância e a dispersão de edifícios dificultavam a comunicação com o centro de dados, provocando incidentes e perturbações nos níveis de serviços dos utilizadores. Com a implementação deste projecto o desempenho da rede melhorou e diminuíram o número de incidentes e o tempo gasto na resolução de problemas e na gestão dos equipamentos.
- **Equipamentos Multifuncionais** - Está em decurso a renovação do parque de impressão, digitalização e cópia. Está contemplada a instalação de 18 equipamentos multifuncionais que substituem grande parte do actual parque de impressão. Esta filosofia baseia-se na concentração de recursos, convergência tecnológica, optimização



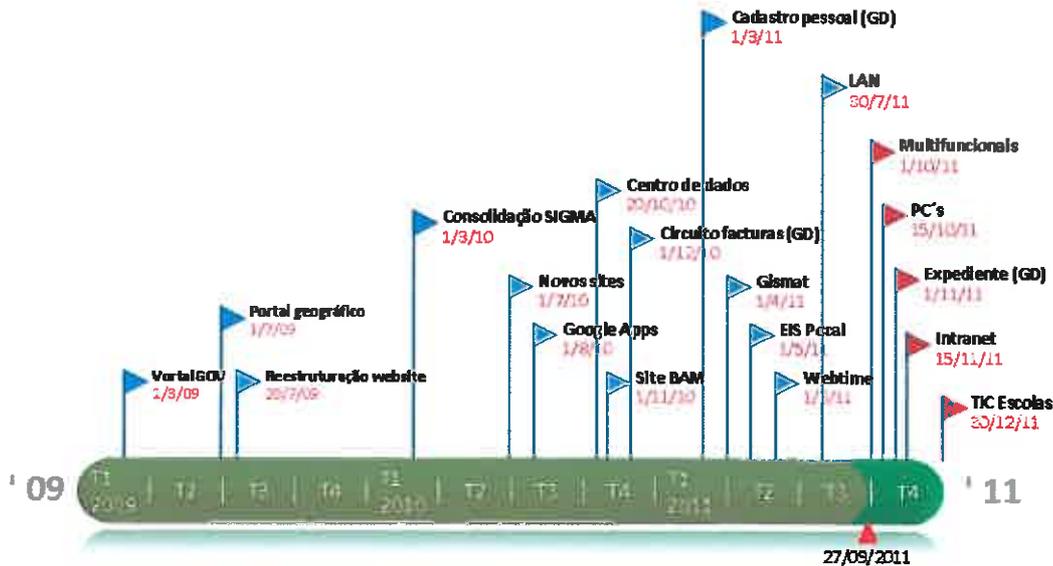
de equipamentos e redução de custos através da utilização intensiva de equipamentos multifuncionais.

*my*  
*Hi*  
*of post*

Em 2012 dar-se-á continuidade aos projectos atrás referidos e iniciam-se novos projectos, nomeadamente:

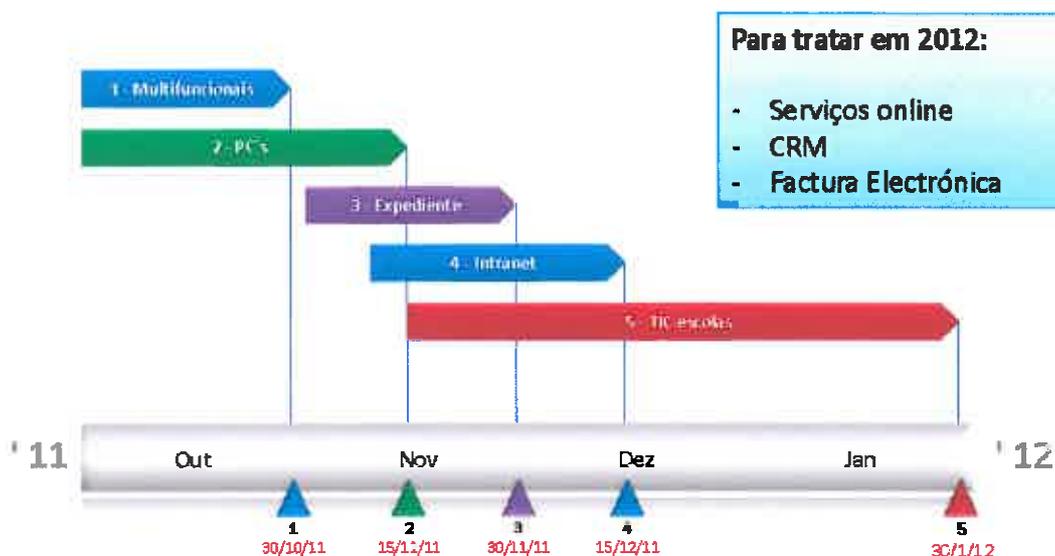
- **CRM (Gestão de Relacionamento com os Clientes)** - Através desta aplicação será possível criar uma visão integrada do município, conhecendo todas as suas interações com a autarquia. Consiste numa plataforma tecnológica que se integra com o backoffice da Medidata e com a aplicação de gestão de documentos. Todas as interações dos municípios com a autarquia passam a ser registadas nesta aplicação nos locais de atendimento dos vários serviços e posteriormente no balcão único.
- **Factura electrónica** - Em termos gerais o que se pretende é avançar para a desmaterialização total do processo de facturação. Recentemente foi implementada a desmaterialização interna do processo. Futuramente pretende-se dar mais um passo permitindo que os fornecedores possam emitir a facturação electronicamente e que os clientes possam aderir à factura electrónica (ex: facturação de águas)

### Projectos de Modernização Administrativa – principais marcos





## Projectos de Modernização Administrativa: Tarefas a executar no curto prazo



## 1.2. Segurança e Ordem Públicas

### 1.2.1. Protecção Civil e luta contra incêndios

#### 1.2.1.1. Bombeiros

O Município de Bragança, ciente da importância que as Associações de Bombeiros Voluntários de Bragança e Izeda desempenham em prol da actividade voluntária e de ajuda humanitária, dará continuidade, à semelhança do que foi feito durante os anos anteriores, ao apoio com as verbas que permitirão fazer face às despesas de funcionamento, pagamento de parte do custo com pessoal permanente e seguros de pessoal e viaturas.

#### 1.2.1.2. Segurança Pública

Para a Câmara Municipal, a segurança pública, face às responsabilidades que ao Município estão atribuídas, está na primeira das prioridades, associada às muitas decisões de investimento nas várias áreas de actuação da Câmara Municipal, bem como da permanente disponibilização de recursos financeiros, humanos e de equipamentos.

No âmbito do projecto comunitário "Melhor Gestão dos Recursos Naturais" prevê-se para o ano de 2012 a aquisição de um espalhador de sal de 5 m<sup>3</sup> para reforço dos meios de protecção civil municipal, apresentando um custo global de 25.000,00€, co-financiado em 80%. A extensão da rede viária Municipal do Concelho de Bragança e de aproximadamente 600 km, sendo este equipamento importante para o reforço dos meios existentes, garantindo resposta mais eficaz em situações de neve e gelo.

## Funções Sociais

*“Somos aquilo que fazemos consistentemente. Assim, a excelência não é um acto mas sim um hábito.”*  
Aristóteles

### 2.1. Educação

#### 2.1.1. Ensino Não Superior

##### 2.1.1.1. Ensino Pré-Escolar

Nesta área, dar-se-á continuidade à política de melhoria das condições de funcionamento dos equipamentos de educação pré-escolar implementada nos últimos anos, reforçados com a entrada em funcionamento de duas novas salas de elevada qualidade nos centros escolares da Sé e de Santa Maria, assegurando, a nível da componente social, a disponibilização dos recursos humanos para as componentes de apoio ao serviço de refeições e de prolongamento de horário, bem como o fornecimento de material de apoio às actividades, procurando satisfazer as necessidades da comunidade escolar.

Com a conclusão, no ano de 2011, do processo de admissão de dois auxiliares de ação educativa para assegurar as componentes lectiva e social das duas novas salas do ensino pré-escolar dos centros escolares, fica assegurado o normal funcionamento de três salas em cada um dos centros.

Em parceria com a Unidade de Cuidados na Comunidade Domus de Bragança do Centro de Saúde de Bragança e contando com a colaboração dos agrupamentos de escolas vamos desenvolver um projecto de Saúde Oral que visa a prevenção da cárie dentária nas crianças em idade pré-escolar, com início no corrente ano lectivo.

Com este projecto pretende-se reduzir a incidência e prevalência das doenças orais nas crianças do ensino pré-escolar, melhorar conhecimentos e comportamentos sobre higiene oral e promover a equidade na prestação de cuidados de saúde oral às crianças e jovens com Necessidades de Saúde Especiais.

Para além das crianças que frequentam os jardins de infância públicos e privados do concelho abrange, também, a restante comunidade educativa a elas associadas (Professores, Encarregados de Educação e Assistentes Operacionais) num total de cerca de 800 alunos em idade pré-escolar, 32 Professores, 800 Encarregados de Educação e 40 Assistentes Operacionais.



### 2.1.1.2. Ensino Básico

Durante o ano de 2012 continuar-se-á o processo de manutenção dos edifícios escolares e de actualização/renovação do equipamento das escolas que, face às características desta área, ao desgaste constante dos materiais e à evolução da tecnologia na Educação, exige um esforço permanente de actualização para que os alunos tenham, no imediato, as melhores condições de aprendizagem.

O processo de revisão da Carta Educativa do concelho, iniciado em 2011, terá continuidade durante o ano de 2012, período em que serão ouvidas diversas entidades ligadas à educação, bem como os órgãos autárquicos, feito um acompanhamento permanente do funcionamento da rede educativa do concelho por forma a obter o máximo de informação que permita realizar uma avaliação do seu funcionamento tendo em vista a introdução dos ajustes que se vierem a manifestar necessários.

No âmbito da implementação de soluções tecnológicas de apoio ao desenvolvimento educativo está em desenvolvimento o procedimento de concurso público com vista à implementação de tecnologias de informação e comunicação em 16 escolas EB1 da cidade (43 salas de aulas) e do meio rural. O valor base do procedimento é de 286.200,00€, estando já garantido o co-financiamento comunitário para execução do projecto, prevendo-se que a implementação seja iniciada em Novembro e seja concluída até Janeiro de 2012.

**Com este projecto, todas as escolas sob tutela da autarquia estarão dotadas com quadros interactivos, computadores com ligação à Internet, impressoras multifunções, videoprojectores, redes locais, software Office, conteúdos didácticos, formação, conforme ilustrado na figura seguinte:**



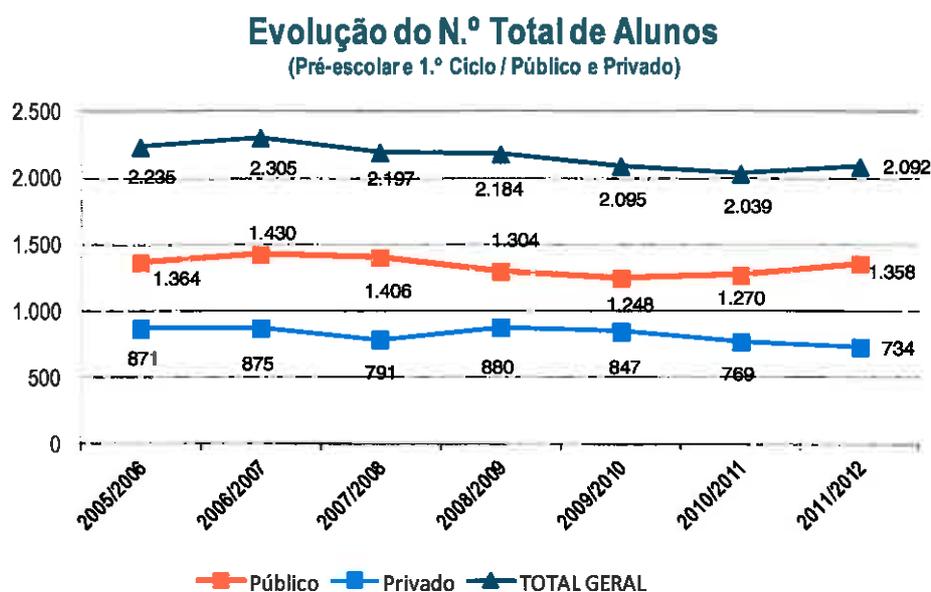


*my.1*  
*[Handwritten signature]*

A “Escola a tempo inteiro” trouxe para a autarquia mais responsabilidades e mais custos nomeadamente a nível do serviço de refeições e das Actividades de Enriquecimento Curricular (AEC’s).

Continuaremos a promover, pelo segundo ano, a festa de encerramento das AEC’s, permitindo a demonstração das actividades desenvolvidas durante o ano lectivo e promover o convívio e a diversão entre alunos, docentes e pais.

No ano lectivo 2011/12 registou-se um aumento de 53 alunos do pré-escolar e ensino básico, conforme gráfico seguinte:



Tendo em conta a conjuntura económica que o País atravessa e as dificuldades sentidas pelas famílias, ao longo dos últimos meses, verificou-se, neste ano lectivo, um acréscimo de pedidos de apoios, o que, conseqüentemente, acarreta um maior investimento por parte da Autarquia. Para o ano de 2012 é esperado um aumento dos pedidos de apoio, em resultado do acréscimo das dificuldades financeiras das famílias.

Assim, em relação aos manuais escolares, foram adquiridos, este ano lectivo, pelo Município de Bragança 777 livros para os alunos de 1.º escalão do abono de família, tendo participado, ainda, com 50 por cento do valor, a aquisição de manuais para as crianças do 2.º escalão do abono de família, apoiando um total de 520 alunos, sendo que, no ano anterior, foram apoiados 441 estudantes.



O programa da generalização das refeições no Ensino Pré-Escolar e no 1.º Ciclo Básico abrange 1.154 dos 1.358 alunos matriculados. De referir, que as crianças abrangidas pelo 1.º escalão beneficiam, também, de um suplemento alimentar constituído por uma peça de fruta, um sumo e uma sandes, a meio do período da manhã.

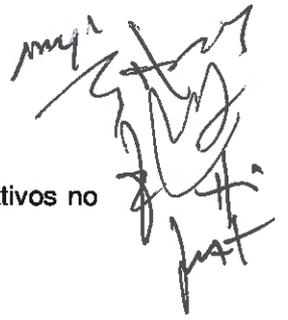
No total, o Município de Bragança prevê no ano lectivo 2011/2012 executar despesa no valor de 919.063,56 euros (no qual se inclui a verba aplicada anualmente pela Autarquia em Transportes Escolares, cerca de 600 mil euros, comparticipada em 13% pelo Ministério da Educação).

Tipo de Apoios	Escalão 1 (seito de pagamento)		Escalão 2 (pagamento de 50%)		Total de Apoios (1.º e 2.º Escalões)		Outros Escalões (sem isenção ou redução)	
	N.º alunos	Valor do Apoio	N.º alunos	Valor do Apoio	N.º Alunos	Valor	N.º alunos	Valor do Apoio
<b>Refeições - Pré-escolar</b>	<b>119</b>	<b>42.110,67 €</b>	<b>46</b>	<b>9.771,59 €</b>	<b>165</b>	<b>51.882,26 €</b>	<b>126</b>	<b>9.355,50 €</b>
Prolongamento de horário pré-escolar - manhã	2	302,00 €	2	151,00 €	4	453,00 €		
Prolongamento de horário pré-escolar - Tarde	64	9.664,00 €	18	1.359,00 €	82	11.023,00 €		
Prolongamento de horário pré-escolar - Manhã e Tarde	32	4.832,00 €	12	906,00 €	44	5.738,00 €		
<b>Prolongamento de horário - Total</b>	<b>98</b>	<b>14.798,00 €</b>	<b>32</b>	<b>2.416,00 €</b>	<b>130</b>	<b>17.214,00 €</b>		
Refeições - 1º ciclo (1.ª fase)	259	82.834,50 €	159	30.549,75 €	418	113.384,25 €	343	11.627,00 €
Refeições - 1º ciclo (2.ª fase - Dados até 15-Set)	54	17.199,00 €	48	8.604,75 €	102	25.803,75 €		
<b>Refeições - 1º ciclo (Total)</b>	<b>313</b>	<b>100.033,50 €</b>	<b>207</b>	<b>39.154,50 €</b>	<b>520</b>	<b>139.188,00 €</b>	<b>343</b>	<b>11.627,00 €</b>
Suplementos Alimentares -1º ciclo (1.ª fase)	259	60.436,36 €				60.436,36 €		
Suplementos Alimentares -1º ciclo (2.ª fase - Dados até 15-Set)	54	12.568,50 €				12.568,50 €		
<b>Suplementos Alimentares -1º ciclo (Total)</b>	<b>313</b>	<b>73.004,86 €</b>				<b>73.004,86 €</b>		
Manuais Escolares - 1º ciclo (1ª fase)	259	9.456,94 €	159	3.975,00 €	418	13.431,94 €		
Manuais Escolares - 1º ciclo (2ª fase- Dados até 15-Set)	54	2.160,00 €	48	1.200,00 €	102	3.360,00 €		
<b>Manuais Escolares - 1º ciclo (Total)</b>	<b>313</b>	<b>11.616,94 €</b>	<b>207</b>	<b>5.175,00 €</b>	<b>520</b>	<b>16.791,94 €</b>		
						<b>298.081,06 €</b>		<b>20.982,50 €</b>
					<b>Total de apoios</b>			<b>319.063,56 €</b>
					<b>Transportes escolares</b>			<b>600.000,00 €</b>
					<b>Valor da despesa em educação, que acresce à manutenção, gestão e investimento no parque escolar</b>			<b>919.063,56 €</b>

Ao longo dos últimos anos, tem-se vindo a renovar algum mobiliário nas escolas de 1º ciclo. Com a reafecção do mobiliário das escolas que encerraram, substituiu-se o mobiliário em estado mais degradado de outras escolas. Durante o ano de 2012, será dada continuação ao processo de renovação/substituição de algum mobiliário que se encontre em más condições.

Pretende-se continuar a contribuir para um ensino de qualidade e mais participativo por parte de todos os agentes ligados à Escola, agrupamentos, pais/encarregados de educação e Ministério da Educação, pelo que o município marcará presença nos conselhos gerais dos três Agrupamentos de Escolas e das duas Escolas Secundárias do Concelho através dos seus três representantes.

Ainda neste âmbito, o Conselho Municipal de Educação continuará a ser privilegiado como um espaço de trabalho, de reflexão, debate e partilha de opiniões e saberes que nos permitam



com mais certeza, encontrar as soluções mais adequadas para os problemas educativos no concelho de Bragança.

Pensando na formação e educação dos jovens, continuar-se-á o plano de divulgação das actividades dirigidas ao público escolar, realizadas no Centro Cultural Municipal Adriano Moreira/Biblioteca Municipal, no Teatro Municipal, no Museu Ibérico da Máscara e do Traje e no Centro de Arte Contemporânea Graça Morais promovendo, no âmbito do serviço educativo, “pacotes” de actividades a propor às escolas do concelho abrangendo actividades a desenvolver de forma integrada nos diversos equipamentos culturais do município que vão desde as visitas jogo e guiadas às exposições, aos espectáculos musicais e teatrais direccionados para este público, passando por ateliês de máscaras, escrita, dança e leitura, e pelas oficinas pedagógicas, oferecendo, deste modo, um serviço educativo transversal aos vários equipamentos culturais.

No âmbito do protocolo assinado com o Plano Nacional de Leitura, com o objectivo de elevar os níveis de literacia dos portugueses através da promoção da leitura, dar-se-á continuidade ao trabalho em rede com as escolas do concelho na elaboração de um catálogo conjunto de modo a não haver repetição de obras nas várias bibliotecas escolares do concelho, na definição de um plano de actividades conjunto entre as bibliotecas escolares e a biblioteca municipal, promovendo o intercâmbio e a interacção dos objectivos comuns, no âmbito do SABE.

Continuaremos a apoiar actividades e projectos das várias escolas do concelho que sejam considerados pedagógicos e relevantes para a comunidade educativa, como a publicação de livros elaborados pelos alunos, produção de exposições, deslocação de escritores nacionais às escolas e acções de formação para o público escolar.

Na área socioeducativa, continuaremos a desenvolver acções através da concessão de apoios (transportes, alimentação e manuais escolares) aos alunos carenciados do concelho. Os alunos deslocados das suas residências na área rural, devido à concentração de escolas, terão assegurado o transporte e a alimentação. Todos os alunos do 1º ciclo terão oportunidade de frequentar três actividades de enriquecimento curricular – Inglês, Educação Musical e Atividade Física e Desportiva.

Complementando o apoio prestado no âmbito do ensino básico, aos alunos e às famílias do concelho, não podemos deixar de destacar as Férias Culturais e Desportivas, realizadas durante o mês de Julho, que têm vindo a proporcionar, a mais de quatro centenas de jovens dos 6 aos 16 anos, novas experiências e hábitos de vida saudáveis associados a momentos de diversão e de vivências culturais e desportivas. É um projecto importante de ocupação dos



tempos livres dos jovens, nas semanas que se seguem ao encerramento das actividades lectivas, e, conseqüentemente, de apoio às famílias.

A preocupação da ocupação dos jovens em momentos de pausa lectiva e a necessidade de diversificar a oferta das actividades concretizar-se-á, em 2012, para além das Férias Culturais e Desportivas no mês de Julho, num programa de serviço educativo com visitas guiadas e oficinas pedagógicas realizadas de forma integrada no Teatro Municipal, no Museu Ibérico da Máscara e do Traje, Centro Cultural Municipal Adriano Moreira/ Biblioteca municipal e no Centro de Arte Contemporânea Graça Morais, nas pausas lectivas do Natal e da Páscoa.

Nos últimos anos tem-se registado uma procura crescente para participação neste programa, sendo um importante projecto de ocupação dos tempos livres dos jovens, nas semanas que se seguem ao encerramento das actividades lectivas, e, conseqüentemente, de apoio às famílias, a que será dada continuidade em 2012.

Conhecendo a dificuldade que os alunos do interior sentem na aquisição de novas oportunidades, na participação em programas de actividades de investigação científica e formação especializada na área das Ciências (IGC), a C.M.B celebrou, em 2009, um protocolo com o Instituto Gulbenkian de Ciência e posteriormente com as escolas secundárias da cidade, com a finalidade de atribuir seis estágios aos melhores alunos da área de Biologia (dois alunos em cada escola secundária), a realizar nas instalações do IGC, contribuindo com os custos da deslocação e alojamento durante o período dos estágios. Foi um projeto pioneiro, e com avaliação extremamente positiva, levando o IGC a alargá-lo a mais concelhos, no entanto serão guardadas anualmente três vagas para alunos do concelho de Bragança e registado, no nome do programa, referências a Bragança – Brigaciência.

Em 2011, a participação dos alunos no estágio ocorreu no início do mês de Agosto, em vez de ser na pausa lectiva da Páscoa, tendo sido registada com agrado esta alteração quer por parte dos alunos quer do IGC. No ano de 2012, o estágio decorrerá neste período e três alunos terão a oportunidade de estar, em Oeiras, partilhando novas experiências na área de Biologia, confrontando-se com cientistas, professores, investigadores e criando laços que poderão enriquecer as suas vivências e, por conseguinte, enriquecer os seus currícula e o seu futuro. Paralelamente estão em preparação visitas de professores da área de Biologia ao IGC.

O **Conservatório de Música de Bragança**, criado pela Câmara Municipal de Bragança e sob gestão da Fundação "Os Nossos Livros", é um estabelecimento de ensino especializado da música que tem vindo, desde o ano lectivo 2004/05 a marcar a sua presença de forma positiva e complementando a educação de jovens e adultos na área artística. O Conservatório iniciou com 85 alunos inscritos, distribuídos por 5 instrumentos: Violino, Violoncelo, Piano, Guitarra e Gaita-de-foles.



*Handwritten signature and initials*

No corrente ano lectivo, o Conservatório conta com 172 inscrições e oferece três opções de curso. Curso de Iniciação Musical – Pré-escolar: destinado a crianças de 4 e 5 anos; Curso de Iniciação Musical – Preparatório: destinado a crianças dos 6 aos 9 anos; Cursos Básico, em regime supletivo e articulado: destinado a crianças a partir dos 10 anos e Cursos em regime Livre.

Os cursos básicos de Instrumento estão repartidos pelas classes de Piano, Violino, Violoncelo, Guitarra, Flauta Transversal, Clarinete e, a partir deste ano lectivo, Viola de Arco.

A Classe de Gaita-de-Foles é uma aposta clara do Conservatório, na tentativa de preservar as tradições da região onde o Conservatório está implantado e, também, marcar a identidade única no país neste tipo de estabelecimentos de ensino.

Devido à especificidade deste tipo de ensino, os Professores contratados são especializados na área artística.

A partir do ano lectivo de 2009/2010 os alunos que apresentam os requisitos exigidos pelo Ministério da Educação podem frequentar o Curso básico em regime articulado. O acesso é gratuito e o curso é financiado pelo Fundo Social Europeu através do POPH, sendo o plano de estudos do Conservatório articulado com o plano curricular da escola de ensino regular que os alunos frequentam.

Neste ano lectivo de 2011/2012 estão em funcionamento três turmas neste regime (5º, 6º e 7º ano) num total de 70 alunos no Agrupamento de Escolas Paulo Quintela.

Pelo quarto ano, o Conservatório tem a cargo a coordenação das Actividades de Enriquecimento Curricular no 1º ciclo na área de ensino de Música. Desta forma, o Conservatório leva, a todas as crianças que frequentam as escolas do 1º ciclo do concelho de Bragança, o ensino da música.

O Conservatório desenvolve cursos e projectos especiais em sistema de parcerias com instituições, entidades, empresas e órgãos públicos possibilitando o livre acesso da população à produção artística, contribuindo para democratizar os valores da cultura e da arte na comunidade.

O Conservatório de Música de Bragança é suportado financeiramente pelas propinas pagas pelos alunos, pelos subsídios do Ministério da Educação, via Fundo Social Europeu e Câmara Municipal de Bragança.

O Centro Ciência Viva de Bragança tem como objectivo primordial a divulgação científica, abrangendo as mais diversas áreas do conhecimento e investigação. Esta comunicação de ciência acontece através da difusão dos conteúdos das exposições permanentes, com módulos dedicados ao Ambiente e Energias Renováveis, no Edifício Principal, para promoção de



alterações nos comportamentos da sociedade face à conservação de recursos e, na Casa da Seda, módulos onde se dá a conhecer um património histórico e cultural referente à Indústria da Seda, que vigorou no séc. XV ao XVIII em Bragança, e questões relativas à Biologia do bicho-da-seda, como espécie animal de características e morfologia únicas.



As actividades desenvolvidas paralelamente às exposições contribuem significativamente e de forma inequívoca, para difundir outras áreas da ciência que não estão presentes na exposição permanente, mas que têm um papel fundamental no desenvolvimento científico actual, como por exemplo as Nanotecnologias.

Para o ano de 2012 estão programadas actividades práticas como oficinas e workshops para públicos homogéneos, que se incluem na mesma faixa etária ou no mesmo nível de escolaridade, e heterogéneos, especialmente famílias. O vínculo com os alunos e professores das Escolas do distrito é promovido pela realização de concursos escolares e Mostra de Ciência, onde a partilha e divulgação dos projectos desenvolvidos nas escolas, têm um papel de destaque na agenda destas actividades.

A realização de actividades, como os Cafés de Ciência, a Semana da Ciência & Tecnologia, a Noite do Investigador e o Casulo das Histórias, conferem a 2012 uma programação de continuidade, apostando em eventos que têm receptividade comprovada por parte do público e



*my  
Bragança  
hi just*

que se inserem nos programas da Agência Nacional Ciência Viva e em iniciativas de cariz europeu, com o apoio da Câmara Municipal de Bragança. Como objectivos específicos para 2012 destacamos:

- Aumento do número de visitantes na exposição e nas actividades, comparativamente a 2011;
- Participação em projectos nacionais e internacionais de divulgação científica;
- Difusão contínua de conteúdos no âmbito do projecto Media Ciência;
- Aumento do número de alunos e professores envolvidos nos concursos escolares;
- Formação contínua da equipa, assistindo às oportunidades de formação disponibilizadas pela Ciência Viva e pela European Network of Science Centres and Museums.

No âmbito do Plano de Acção "Bragança Activa – Requalificação e Dinamização do Centro Histórico", estão em curso as obras de ampliação da Casa da Seda, com um custo global de 97.181,61€. Esta intervenção permitirá aumentar a capacidade do actual auditório onde se realizam os "Cafés de Ciência", criar uma pequena biblioteca e gabinetes de apoio e arquivo, passando o edifício a dispor de melhores condições às muitas actividades educativas desenvolvidas para jovens em idade escolar, comunidade académica e visitantes em geral.



No âmbito do Plano de Acção "Bragança Activa – Requalificação e Dinamização do Centro Histórico", foram iniciadas as obra de requalificação e ampliação da Escola de 1.º Ciclo do Loreto para implementação da Escola de Dança, com um custo global de 257.303,34€.

Com a criação desta Escola pretende-se promover a prática da arte da dança e a inclusão social, em particular dos mais jovens.





## **- Educação de Adultos**

A educação de adultos, ensino especial e outros, continuará a ter do Município o necessário envolvimento em parcerias existentes, nomeadamente na integração de alunos estagiários dos Cursos de Educação e Formação e em estrita articulação com os serviços do Ministério da Educação e Ciência, bem como de alunos estagiários do IPB.

Será mantido o apoio a outros projectos desenvolvidos pelas escolas do nosso concelho ao nível do 2º e 3º ciclos, ensino secundário e ensino superior, apoiando as iniciativas que surjam nesse sentido, nomeadamente nos cursos EFA.

No presente ano lectivo o Município de Bragança está a apoiar dois dos melhores alunos do Instituto Federal do Pará (IFPA), que se encontram a frequentar os Cursos de Especialização Tecnológica (CET) de Promoção Turística e Cultural e Secretariado e Assessoria Administrativa, no Instituto Politécnico de Bragança (IPB). Este intercâmbio, que visa premiar o empenho destes estudantes, surge no âmbito do convénio de cooperação entre o Município de Bragança e a Prefeitura Municipal de Bragança do Pará, cidade homónima e irmã, o Instituto Federal do Pará e o IPB. Posteriormente, prevê-se que em 2012 dois jovens naturais do Concelho de Bragança e a frequentarem o IPB vão poder estudar no IFPA.

### **2.1.2. Serviços auxiliares de ensino**

No ensino superior, o Município de Bragança apoiará a construção do Centro Académico do IPB, através da concessão de um apoio financeiro (verba prevista no PAM), conforme deliberação da Câmara Municipal de 10 de Agosto de 2009. O projecto permitirá centralizar num único edifício, com as melhores condições logísticas, as sedes da Associação Académica do IPB, da Associação de Estudantes Africanos em Bragança, da Associação de Apoio ao Aluno Estrangeiro, as Tunas Masculina e Feminina do IPB e o Teatro de Estudantes de Bragança.

## **2.3. Segurança e Acção Social**

### **2.3.2. Acção Social**

Os problemas sociais constituem uma das nossas grandes preocupações, estando conscientes da urgência de um trabalho intenso no sentido de criar um concelho mais solidário, construindo e apoiando a construção de infra-estruturas necessárias ao reforço da coesão social.



mi  
Handwritten signature and initials

As situações de exclusão social, o envelhecimento da população rural, a desertificação do espaço rural, os problemas sociais com que as famílias se deparam no quotidiano, acarretam uma pressão social permanente sobre os serviços sociais, que, aliada ao facto de se ter assumido a propriedade e gestão dos bairros de habitação social, traduzem uma maior responsabilidade e aumento de serviço, dificultando respostas rápidas e eficazes aos problemas com que os munícipes se deparam.

É nosso objectivo prioritário otimizar a estratégia de intervenção social e gestão da habitação social como serviço de proximidade à população em articulação com o conjunto de instituições existentes a nível local, como forma de combate às diferentes formas de pobreza, co-responsabilizando todas as entidades, através da rede social.

Pretendemos consolidar o amplo processo de partilha de responsabilidades e apostar na promoção de respostas mais adequadas e próximas das necessidades dos munícipes, nas áreas prioritárias da acção social, acção social escolar, habitação social, melhorias das condições de habitabilidade, voluntariado e rede social e medidas de apoio social já promovidas como o Cartão do Munícipe e regularização de dívidas.

Continuaremos a desenvolver acções que permitam o convívio e a inclusão de sectores mais fragilizados da nossa sociedade, como o Encontro de Imigrantes do concelho de Bragança, de forma a aproximar e a integrar os imigrantes aqui residentes e fazê-los sentirem-se parte da nossa comunidade. Em 2011, este encontro contou com a participação de 193 pessoas de mais de 20 nacionalidades diferentes. Pretende-se, em 2012, continuar esta linha de troca de experiência e a colaboração com outras instituições que prestam apoio ou se relacionam com estas comunidades.

De igual forma, com a realização de mais uma edição do Encontro de Gerações, que, do inicial Encontro de Idosos, evoluiu, naturalmente, para um Encontro de Gerações dada a abrangência intergeracional que foi conseguindo, procura-se estabelecer uma relação de maior proximidade entre a população sénior do nosso concelho e, através deles, uma relação entre familiares e amigos de várias gerações. Para a organização destes momentos de animado convívio e de alegre confraternização o município continua a contar com a colaboração das entidades que desde a primeira hora são parceiras imprescindíveis, como as Juntas de Freguesia, as IPSS do Concelho de Bragança, os Bombeiros Voluntários, a Delegação da Cruz Vermelha Portuguesa e o Centro de Saúde de Bragança.

Nesta linha, e dado o êxito da 1.ª edição organizada no ano transacto, pretende-se, em parceria com a equipa do Contrato Local de Desenvolvimento Social – Centro Social e Paroquial dos Santos Mártires, e contando com a colaboração de diversas outras entidades,



organizar a II Feira de Emprego, Educação e Solidariedade Social de Bragança, iniciativa inovadora que pretende constituir-se como um espaço de oportunidades de divulgação, de apresentação de ofertas de formação, de emprego e de respostas sociais e, também, para pessoas que se encontrem numa situação de desemprego ou precariedade profissional.

Reconhecendo a importância do trabalho em parceria para conseguir responder aos problemas sociais da população que são da responsabilidade de todas as forças interventoras da sociedade, manteremos a representação e colaboração na Comissão de Protecção de Crianças e Jovens, com a gestão do gabinete destinado exclusivamente à comissão, todo o apoio logístico e a disponibilização de um técnico administrativo a tempo inteiro de modo a acompanhar e apoiar o serviço administrativo e os técnicos que acompanham os casos sinalizados, para além do acompanhamento técnico prestado por dois técnicos do Serviço de Acção Social que integram a Comissão Restrita.

No decorrer de 2012 continuarão a ser desenvolvidas acções de formação parental direccionadas a famílias desestruturadas, tendo em vista trabalhar competências pessoais que se reflectam no seu quotidiano e que pretendem suprimir problemáticas como a negligência, a má gestão doméstica e a ausência de competências parentais, entre outros.

Seguindo esta linha, o município integra dois projectos de intervenção social no âmbito do acompanhamento de jovens e de famílias: o Programa Escolhas com o Projecto Pontes de Inclusão dinamizado pela Casa de Trabalho e o Contrato Social de Desenvolvimento Local dinamizado pelo Centro Social dos Santos Mártires.

Dar-se-á continuidade à participação no Núcleo Local de Inserção para intervenção em processos do Rendimento Social de Inserção e acompanhamento de beneficiários que tenham subscrito Programa de Inserção (PI) que incluam acções na área da melhoria habitacional/realojamentos.

Por outro lado, esta autarquia assegurará igualmente a sua participação e representação na Plataforma Supra Concelhia de Alto Trás-os-Montes (Plataforma da Rede Social – NUT's III). A Rede Social, centro de planeamento e execução de políticas sociais, tem em implementação o PDS – Plano de Desenvolvimento Social do Concelho de Bragança - 2010-2012, no âmbito do qual o Município de Bragança está a elaborar a Carta Social do Concelho de Bragança, o Guia de Boas Práticas de Intervenção Social do Concelho de Bragança e uma Plataforma Informática de Monitorização de Apoios Sociais, que prevemos estarem concluídos no 1.º trimestre de 2012.



mm  
[Handwritten signatures]

Continuaremos a apoiar as Instituições Particulares de Solidariedade Social, no esforço que estas vêm desenvolvendo para que Bragança se assuma como concelho solidário.

No âmbito da acção social escolar, o município tem vindo a fazer um trabalho intenso no sentido de proporcionar um conjunto de medidas de apoio, aos alunos e famílias, destinado a garantir a igualdade de oportunidades de acesso e sucessos escolares a todas as crianças do concelho. Com esta ferramenta de natureza económica que, no seu todo ou em parte, suporta as despesas em educação dos alunos nela inscritos (transportes, alimentação e manuais escolares) continuaremos a desenvolver acções de apoio aos alunos mais carenciados do concelho.

Aos alunos deslocados das suas residências na área rural, devido à concentração de escolas, continuará a ser assegurado, gratuitamente, o fornecimento de transporte e de alimentação.

Após a abertura Banco Local de Voluntariado com protocolo celebrado com o Conselho Nacional para a Promoção do Voluntariado, alguns cidadãos a título individual e instituições participaram em actividades culturais/sociais/ambientais e em projectos das diferentes instituições/entidades, promovendo, assim, a cidadania e a consciência colectiva.

Em 2012, procurar-se-á estabelecer parcerias com outras entidades no sentido de dar um novo impulso a este projecto, reorganizando o seu funcionamento interno, por forma a criar condições à dinamizando acções de formação e de sensibilização, à elaboração de documentos de divulgação e à realização de actividades de promoção do Banco Local de Voluntariado perspectivando uma maior envolvência dos cidadãos e instituições locais.

### **2.3.2.1. Outros apoios no âmbito social e de cidadania**

No projecto “*apoio à construção e conservação de equipamento de instituições e outras do interesse do concelho*”, plasmado no PAM, estão considerados os investimentos infra identificados, a realizar nos próximos 2 anos:

- Apoio à construção de centro de apoio ao Santuário de Santa Rita de Cássia, em Terroso;
- Apoio à construção de um centro de actividades ocupacional da ASCUDT para instalação de oficinas de trabalho no sentido de melhorar a auto-confiança e a qualidade de vida dos utentes. Para a execução desse projecto a ASCUDT tem assegurado o financiamento de 142.444,35€ (120.000,00€ referente à aprovação da candidatura ao programa EDP Solidária 2011 e 22.444,35€ do IEFP), sendo o investimento global de aproximadamente 208.000,00€ , pelo que o Município de Bragança assegurará o diferencial, ou seja, 65.500,00€;



- Apoio à requalificação da envolvente da igreja das Quintas da Seara.

Para apoio à construção de Centros de Convívios das Freguesias (Proj. 7/2007 do PAM) prevê-se, no período em referência, a execução de trabalhos de melhoria em edifícios sítos nas seguintes aldeias: Zoio (conclusão), Caravela (2.ª fase da ampliação), Vilarinho de Cova de Lua (beneficiação), Vila Franca (ampliação), Vila Nova (requalificação da antiga escola primária) e Rebordainhos (requalificação do edifício do posto médico e centro de convívio) e Gimonde (conclusão).

No PAM estão previstos os apoios financeiros para a requalificação dos edifícios das Sedes de Freguesia de Salsas (requalificação da cobertura do edifício, no seguimento dos trabalhos de beneficiação em curso) e Rebordãos (remodelação parcial, sendo os trabalhos necessários por razões de conforto e segurança).

O Centro Social de S. Pedro de Sarracenos irá executar obras de melhoria e ampliação das actuais instalações do lar de idosos, de forma a aumentar a capacidade instalada e dar resposta, com a dignidade e conforto que os utentes merecem, à crescente procura dos serviços prestados pela instituição. O valor global das obras a executar é de 297.803,03€, co-financiadas em 50% pelo programa POPH.

Prevê-se, também, a atribuição de apoio financeiro para obras de construção de muro para vedação do Lar de Idosos de Baçal e apoiar as obras de ampliação a realizar no Lar de Idosos de Izeda.

O Município de Bragança apoiará, ainda, o esforço da comunidade para o pagamento das obras de construção da igreja dos Santos Mártires e conclusão da 1.ª fase de acabamentos do Centro Social e Paroquial de S. Tiago, projecto já apoiado na 1.ª fase de construção.

No âmbito do protocolo assinado com a Direcção Regional de Cultura do Norte, relativo à intervenção de requalificação e reabilitação da Igreja de Santo Cristo de Outeiro, integrada na candidatura designada de "Património Religioso do Leste Transmontano, o Município de Bragança comparticipará 50% da contrapartida nacional, no valor estimado de 46.454,15€.

Procedeu-se, no PAM, à criação de novo projecto que contempla o apoio para requalificação da pavimentação do percurso da procissão dos Santuários da Senhora da Serra e da Senhora do Aviso.



## **2.4 Habitação e Serviços Colectivos**

### **2.4.1 Habitação**

Numa altura em que, ao nível da União Europeia, as regiões assumem um protagonismo crescente na definição e implementação de estratégias de desenvolvimento, assentes no conhecimento e na inovação e tendo as empresas como peça central, a Região de Bragança não se pode afastar desta realidade.

Ciente dessa realidade e de que as novas acessibilidades a Bragança constituem uma oportunidade para a fixação de novas actividades económicas, o Município de Bragança pretende criar uma Área de Localização Empresarial, através da ampliação da Zona Industrial das Cantarias, moderna e dotada de um conjunto de valências que a torne atractiva para a localização de empresas, bem como para a criação de novas iniciativas empresariais de base tecnológica, não enquadráveis no perfil do Parque de Ciência e Tecnologia, pode ajudar a diversificar e fortalecer o tecido empresarial do Concelho e contribuir para o seu desenvolvimento económico e social.

No sentido de serem criadas as condições necessárias para a execução do projecto e uma futura candidatura a fundos comunitários, em 2011 foram adquiridos terrenos no valor de 391.483,48€, prevendo-se que no decurso do ano de 2012 se proceda à aquisição de novos terrenos, perfazendo um valor superior da 500.000,00€. O projecto de execução está feito e em fase de elaboração o estudo de Impacto Ambiental. O custo estimado para o investimento (terrenos, projecto e obras) é de cerca de seis milhões de euros.

Na área da acção social, foram iniciadas em Setembro de 2011 as obras de Melhoria da Eficiência Energética no Bairro Social da Mãe d' Água, representando um investimento de 611.733,59 euros, participado pelo FEDER.

As obras, que têm um prazo de execução de dez meses, abrangem oito blocos, num total de 124 apartamentos, habitados por 316 pessoas e contemplam a instalação de novas caixilharias, substituição e isolamento das coberturas, isolamento das paredes exteriores com injeção de lã mineral, isolamento das caixas de estore e pintura da envolvente exterior, comunicações e segurança.

Ao promover esta intervenção, integrada no Programa Nova Mãe d' Agua – Requalificação e Reintegração Urbana da Zona da Mãe d' Água, o Município de Bragança visa melhorar a eficiência energética das habitações, reforçar a atractividade daquela zona, aumentar o conforto e a qualidade de vida dos habitantes e a qualidade ambiental, diminuir a factura energética dos inquilinos e valorizar o património municipal, bem como fomentar a coesão e a inclusão sociais.



Intervenção concluída



Em execução (Out. 2011)

Trata-se de um conjunto de intervenções através do qual se espera alcançar uma redução de 52 por cento no que toca ao consumo energético, de aquecimento e arrefecimento, o que corresponde a uma diminuição nos gastos em cerca de 577 euros, anuais, por fracção, valor que as famílias não dispensarão para o nível de conforto agora assegurado. O ambiente também é favorecido com este investimento.

Nos últimos seis anos, e sobretudo desde que é proprietário do património habitacional transmitido pelo Instituto de Gestão e Alienação de Património Habitacional do Estado, o Município de Bragança tem dado prioridade à recuperação e beneficiação de fogos que permitam uma intervenção social focalizada no reforço da política de realojamentos, visando, assim, proporcionar melhores condições de vida às famílias, especialmente às que integram filhos menores de idade, situações de monoparentalidade e/ ou de dependência e com elementos idosos.

Esta intervenção vem de encontro aos objectivos da Câmara Municipal de Bragança que, só nos últimos seis anos, já realojou 36 famílias carenciadas em imóveis do Município que são reabilitados e adequados às suas necessidades.

Durante 2012, o município pretende continuar a reforçar a sua actuação neste âmbito, reconhecendo a importância que uma habitação condigna tem no que toca à igualdade de oportunidades e, mesmo, inclusão social, particularmente na actual conjuntura económica.

Nesta data o Município dispõe de 270 fogos de habitação social, sendo que, no Bairro Social da Mãe d' Água existem 124 fogos, no Bairro Social da Coxa 114 e no Bairro Social da Previdência 32.

De referir que a renda social, com um valor médio de 20,05 euros, variando entre um mínimo de 2 euros e um máximo de 181,28 euros.



mm  
Handwritten signatures and initials

Pretende-se dar continuidade aos processos da actualização dos valores anuais das rendas ao abrigo do Regime de Renda Apoiada, considerando que há vários anos não ocorrem actualizações para mais ou menos, conforme os rendimentos, o que pode ser gerador de injustiças. As receitas obtidas ajudarão à realização de melhorias habitacionais e reabilitação de imóveis destinados a habitação social.

Na área da requalificação urbana, tem sido de grande significado a intervenção levada a cabo pela Câmara Municipal, na última década, período em que se dotou de adequados instrumentos de planeamento - Plano de Urbanização, Plano de Pormenor da Zona Histórica e Plano Estratégico de Mobilidade Urbana, e pelas intervenções concretizadas através do Programa POLIS, dos programas PROCOM e URBCOM, e do programa de recuperação de fachadas e coberturas de edifícios na Cidadela, através do INTERREG, programas de construção de novas infra-estruturas e de requalificação urbana do espaço público da Zona Histórica, incluindo a construção do corredor verde do Fervença.

A somar aos projectos de recuperação e reabilitação de edifícios da Zona Histórica para instalação de equipamentos municipais como o Centro de Arte Contemporânea Graça Morais, Casa da Seda, Museu Ibérico da Mascara e do Traje, Posto de Turismo da Cidadela, Biblioteca Municipal, Centro Cultural Adriano Moreira e Conservatório de Música e a sede portuguesa da Fundação D. Afonso Henriques, o apoio à recuperação e reabilitação de edifícios como o da Sede da Junta de Freguesia de Santa Maria e da Sede da ACISB e Turismo Porto e Norte de Portugal e a construção de equipamentos como o Centro de Ciência Viva: projectos que para além de contribuírem de forma significativa para a melhoria da imagem da Zona Histórica asseguram relevantes actividades culturais, educativas e de outros serviços e, por isso, o aumento de actividades e a criação e fixação de postos de trabalho na Zona Histórica.

Nesta linha orientadora o Município de Bragança entende que contrariar a desertificação da zona histórica da cidade implica que as pessoas fixem residência no Centro, em particular a população mais jovem e, por isso, através do Programa "Bragança Activa – Requalificação e Dinamização do Centro Histórico", desenvolvido no âmbito da Candidatura ao Programa Político de Cidades - Parcerias para a Regeneração Urbana, incluiu como uma das acções, a operação "Domus Universitaria" com os objectivos de reabilitar edifícios na Zona Histórica, destinados a Residências estudantis, contribuindo para o reforço e estreitamento das relações dos estudantes com a comunidade local residente na Zona Histórica e ser indutor de um ambiente mais favorável à reabilitação de edifícios, por parte da iniciativa privada, e fixação de novas actividades económicas.

Os objectivos deste projecto são: - Valorizar a qualidade da paisagem urbana da Zona Histórica, reabilitando edifícios municipais para a instalação de residências de estudantes



## Município de Bragança

Erasmus, estudantes Bolseiros, bem como Estudantes e Estagiários sob enquadramento de Protocolos próprios que o Município de Bragança compreende, no âmbito de Geminações e outros, ou ainda estudantes presentes em Cursos de Verão promovidos, no sentido de garantir a presença de população, na sua maioria jovem e qualificada, na Zona Histórica, intervindo no perfil socioeconómico da população residente e na criação de dinâmicas culturais e sociais; - Fomentar, correlativamente, a actividade económica e a confiança dos proprietários de edifícios da Zona Histórica no sentido de procederem à beneficiação e ocupação do edificado, num processo sustentado de revitalização do edificado da Zona Histórica, apostando na construção sustentável, na eficiência energética e utilização das energias renováveis.

Na primeira fase (que representa um investimento de 931.341,95€, participado em 80 por cento por fundos comunitários), estão a decorrer as obras de reabilitação de dois edifícios, sítos nas Ruas Eng. José Beça e Serpa Pinto, e adaptados para acolherem 41 estudantes.



Numa segunda fase, o Município de Bragança prevê requalificar, também no âmbito do “Domus Universitária”, integrado desse programa, um terceiro imóvel, na Rua Abílio Beça, destinado a 12 alunos. Esta intervenção representa um investimento na ordem dos 270 mil euros.



O projecto “Domus Universitária” deve prosseguir de modo a instalar no Centro Histórico cerca de 150 alunos do ensino superior.



## **2.4.2. Ordenamento do Território**

### **2.4.2.1. Planeamento Urbanístico**

No âmbito do Planeamento Urbanístico pretende-se melhorar a informação geográfica municipal, base fundamental para um ordenamento territorial mais eficiente e sustentável, pelo que se procederá à actualização da ortofotocartografia do Concelho, por forma a ter disponível mais e melhor informação de apoio aos vários serviços técnicos do Município e aos cidadãos em geral.

Um Sistema de Informação Geográfica nada mais é do que a transposição do mundo real para o mundo digital, utilizando-se ferramentas da informática e da Cartografia. Por meio dos Sistemas de Informações Geográficas é possível realizar análises complexas e flexíveis, já que integram e interagem dados de diversas fontes, havendo a possibilidade de cruzamento de muitos dados provenientes de fontes diferentes.

A actividade do Sector de informação Geográfica pode resumir-se em dois grupos de actividades:

- 1) Recolher e operacionalizar todas as informações pertinentes e passíveis de serem georreferenciadas (toponímia, números de polícia, Planos Municipais de Ordenamento do Território, equipamentos, entre outros);
  
- 2) Distribuir através de plataformas variadas a informação recolhida e tratada.

A distribuição de informação actualmente disponível assenta na disponibilização de Planos Municipais de Ordenamento do Território na página Web do Município para os cidadãos . Por motivos de limitação da plataforma existente não é possível apresentar mais informação, pelo que futuramente o SIG vai fazer uso de novas plataformas (Webgis, ficheiros Google Earth e outros) mais flexíveis e com capacidade de disponibilizar de forma mais eficiente a informação ao cidadão.

Na rubrica Outros Estudos e Projectos estão incluídos encargos com projectos em desenvolvimento, nomeadamente os 15% referentes ao acompanhamento das obras, dos projectos a seguir identificados:

- Reconversão Urbanística do Forte São João de Deus (EcoPolis - Centro de Referência em Construção Sustentável);
  
- Domus Universitária – Residências de Estudantes Universitários;



- Adaptação a loja de Turismo e Espaço Memória da presença Sefardita do Edifício contíguo ao C.A.C;
- Execução da circular interior do troço da Mãe d'Água à Av. Abade de Baçal;
- Ampliação da Zona Industrial das Cantarias.

Prevê-se, ainda, a elaboração do estudo de sondagens e estudos Arqueológicos da Torre Velha em Castro de Avelãs. Este projecto será desenvolvido pelo Departamento de História, Arqueologia e Artes da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra por forma a avaliar, numa primeira fase, o potencial científico e patrimonial da Torre, através da execução de escavações arqueológicas no local, numa área em torno de 250 m<sup>2</sup>, e tratamento de toda a informação recolhida. Os resultados obtidos serão cientificamente publicados em livros ou revistas da especialidade, sendo ainda objecto de divulgação junto do público em geral, mediante o recurso a plataformas editoriais e a meios de difusão social do Município de Bragança.

#### **2.4.2.2. Urbanização**

No âmbito desta rubrica está incluída a despesa relativa à pavimentação do Bairro do Campo Redondo e outros trabalhos em curso, prevendo-se a realização de novos investimentos em arruamento da cidade, nomeadamente beneficiação do pavimento na Avenida Abade de Baçal, Bairro Novecentista, entre outros trabalhos correntes de conservação de ruas e passeios.

No âmbito do projecto Nova Mãe d'Água – Requalificação e Reintegração Urbana da Zona da Mãe d'Água, no âmbito do Programa Política de Cidades – Parcerias para a Regeneração encontram-se em curso as obras de construção da Ciclovia da Mãe d'Água e da Praça da Nova Mãe d'Água, adjudicadas pelo valor total de 872.605,36 euros (co-financiado por fundos comunitários em 70 por cento).

A Ciclovia da Mãe d'Água, com uma extensão de cerca de um 1,4 km, partirá da actual Estação Rodoviária, fundindo-se com o canal da antiga linha de caminho-de-ferro até à Avenida Abade de Baçal e, posteriormente, interligar-se-á com a Ciclovia do Fervença.



*Handwritten signatures and initials in the top right corner.*



Praça Nova da Mãe d'Água (em obra)

Já a Praça da Nova Mãe d'Água (a que será atribuído o topónimo Praça Cónego Valdemar Pires) será um local qualificado e confortável para o encontro e convívio das populações de



todas as idades, espaço de inquestionável qualidade num bairro com escassos espaços públicos de lazer.

No decurso do 1.º trimestre de 2012 irá proceder-se à conclusão financeira do projecto, prevendo-se a inauguração deste espaço no dia 25 de Abril de 2012, cumprindo a tradição de nesta data simbólica proceder à inauguração de uma ou mais obras.

Ainda no âmbito do Programa Política de Cidades – Parcerias para a Regeneração Urbana, encontra-se em execução a construção da Circular Interior da Mãe d'Água – 1.ª fase, com uma extensão de cerca de 1 km e um custo global de 778.092,85€, co-financiado por fundos comunitários. Esta intervenção visa a prossecução dos seguintes objectivos: - Promover uma maior articulação da Zona da Mãe d'Água com a restante Cidade, através da construção da segunda fase da Circular Interior de Bragança; - Melhorar a ligação da Zona da Mãe d'Água à Cidade, tornando-a mais permeável e constituindo o seu prolongamento natural; - Reforçar a atractividade da Zona da Mãe d'Água; - Aumentar a qualidade de vida dos habitantes da Zona da Mãe d'Água.





*Handwritten signature and initials*



No que concerne às obras da 2.<sup>a</sup> fase da Ciclovia na zona Polis até ao Centro Ciência Viva prevê-se que as mesmas estejam fisicamente concluídas até ao final do ano, no entanto haverá, ainda, a emissão de facturas até ao final do ano que apenas serão liquidadas no decurso do 1.<sup>o</sup> trimestre de 2012.



Numa 2.<sup>a</sup> fase prevê-se que sejam iniciadas as obras de ligação do referido troço da Circular Interior à Avenida Abade de Baçal, a executar pela antiga linha férrea, com uma extensão de aproximadamente 400 metros.

Neste sector, e apesar do enorme avanço ocorrido nos últimos anos, prevê-se a requalificação de três espaços públicos nas aldeias de S. Julião, Freixeda e Maças, através do apoio financeiro às respectivas Juntas de Freguesia.



### 2.4.3. Saneamento

Neste subprograma é avaliada e tratada a resolução dos problemas da drenagem e tratamento das águas residuais domésticas, quer no que diz respeito aos sistemas em baixa quer ainda no que se refere às redes em alta, no Concelho, bem assim como o que diz respeito à fase de gestão, conservação e manutenção das redes em funcionamento.

Nas actividades realizadas tem existido uma crescente preocupação na melhoria da qualidade, quer ao nível dos meios quer dos materiais mas também no modo de operar. Tal, aplicou-se aos trabalhos que envolveram recursos internos mas também aos que foi necessário contratualizar. Desta forma, a aposta centrou-se na selecção de produtos e serviços, fornecidos e prestados, com rigor e qualidade.

Com os trabalhos realizados e em fase de execução, fundamentalmente desde o ano de 2002, a situação no Concelho, em termos de populações e localidades servidas com rede de saneamento e tratamento de águas residuais, será a seguinte:

	Actual	1997
<b>Número de localidades servidas</b>	85	41
<b>População servida(hab.)</b>	34 284	26 924
<b>% localidades servidas</b>	78,0%	36,0%
<b>% população servida</b>	92,6%	79,2%
<b>Número de localidades não servidas</b>	24	73
<b>% população não servida</b>	7,4%	20,8%
<b>% localidades não servidas</b>	22,0%	64,0%
<b>% população com tratamento de saneamento</b>	91,6%	10,4%

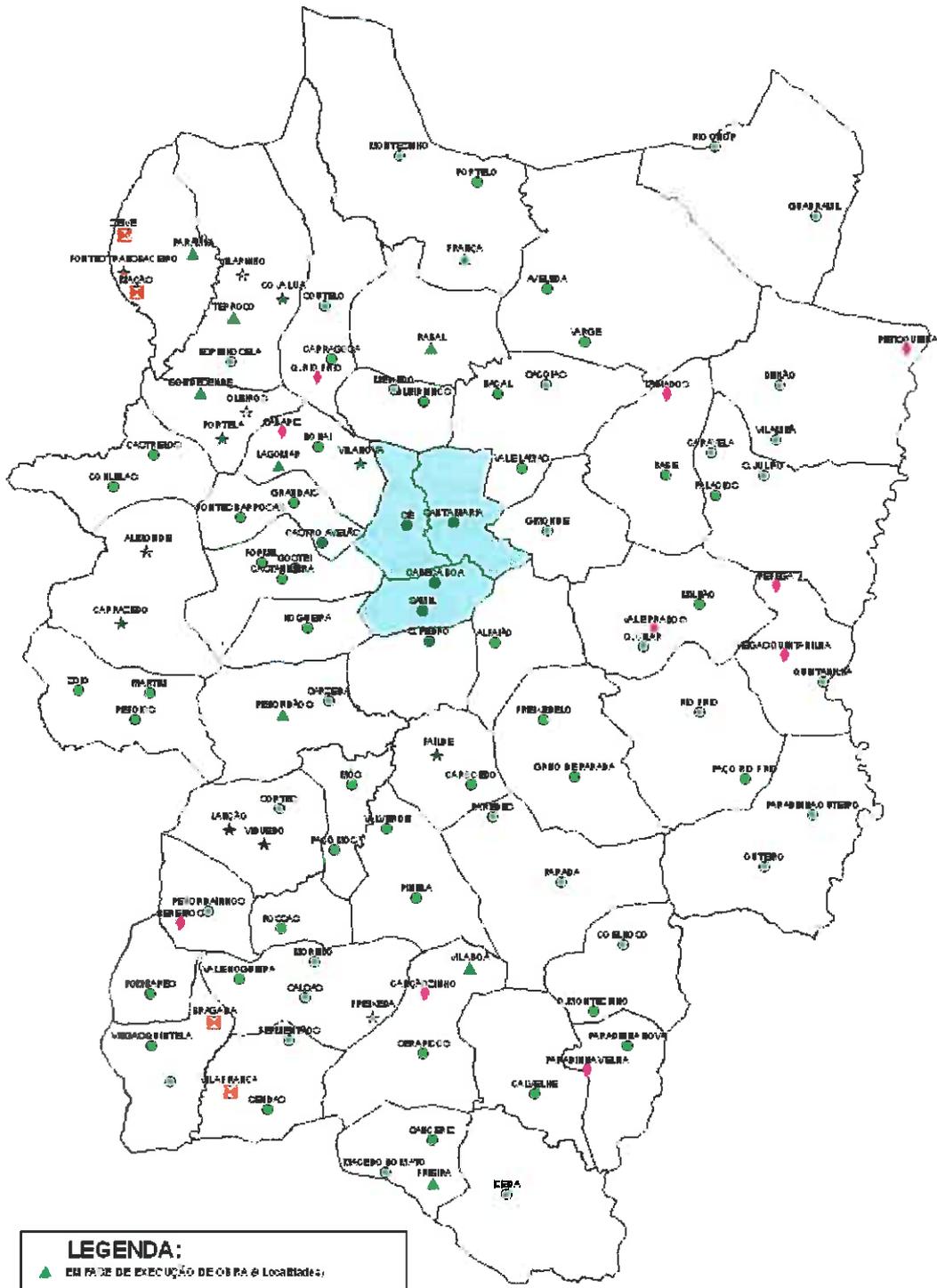
No âmbito das redes de saneamento e tratamento de esgotos foi concretizado o maior ciclo de investimentos, renovando redes (exemplo do Centro Histórico de Bragança), construídas novas redes, emissários e estações elevatórias e de tratamento. Duplicou-se o número de aldeias com a construção de redes de drenagem. Em 1997 o tratamento de esgotos era assegurado a 10,4% da população enquanto que actualmente é de 91,6%, sendo a média nacional de 70%. Também neste âmbito no Município se deu um grande salto com importantes ganhos ambientais e de qualidade de vida.

Considerando que o respectivo plano estratégico Nacional, com prazo de concretização previsto até final 2011 (prorrogado até ao ano de 2013), definia como meta, para cada Concelho do País, que fosse atingindo um nível de atendimento, para o saneamento das águas residuais de 90%. Tal meta foi já ultrapassada no nosso Concelho, onde o índice de atendimento é de 92,6%, e como já referido de 70% a nível nacional.



Índices de atendimento das redes de saneamento executadas e previstas

my: [Signature]  
# [Signature]  
of [Signature]



**LEGENDA:**

- ▲ EM FASE DE EXECUÇÃO DE OBRAS (Localidades)
- ◆ NÃO TEM SANEAMENTO (Localidades)
- EM FASE DE ELEIÇÃO DE PROJECTO (Localidades)
- ★ TEM PROJECTO DE SANEAMENTO EXECUTADO (Localidades)
- TEM SANEAMENTO (Localidades)





Ainda em carteira para oportuna concretização, encontram-se também executados, os projectos de saneamento para as seguintes localidades: Vilarino, Faílde, Fontes de Transbaceiro, Cova de Lua, Freixeda, Carrazedo, Alimonde, Lagomar, Vila Nova, Gondesende, Oleiro, Portela, Frieira; Mosca, Parâmio; Fontes de Transbaceiro, Vila Boa, Lanção, Viduedo e ainda para remodelação do sistema de emissários e de tratamento de águas residuais na localidade de S. Pedro.

Um forte investimento foi assim dirigido, desde 1997, numa perspectiva estruturante, tendo em vista garantir o cumprimento de dois objectivos prioritários: dar cumprimento ao previsto no plano estratégico nacional e concretizar a despoluição dos rios Sabor e Fervença, melhorando por estas vias a qualidade de vida das populações do Concelho. Assim, envolvendo obras de construção, ampliação e remodelação de redes de drenagem e tratamento de águas residuais, foram investidos no Concelho, durante a última década, cerca de sete milhões e meio de euros.

Foi também preparada, no âmbito do Sistema Multimunicipal de Águas de Trás-os-Montes a Alto Douro, uma nova perspectiva para o tratamento de esgotos em alta para alguns aglomerados do concelho, e a ampliação da ETAR da cidade, processo já concluído e que está já a beneficiar algumas localidades da área rural como é o caso do Castro de Avelãs; Castanheira; Formil; Gostei; Nogueira e Donai. Também por esta via foi possível contribuir para a despoluição do rio Fervença e com ela a reabilitação de ambas as margens do rio, na zona Polis, criando na cidade de Bragança um importante e atractivo espaço urbano de lazer e convívio.

No que diz respeito à previsão de trabalhos a realizar durante o ano de 2012 e 2013, caso se obtenham apoios comunitários, absolutamente necessários ao investimento, os seguintes grupos de obras:

- Conclusão dos projectos de saneamento para as localidades de Zeive, Vila Franca, Bragada, Maças e Paradinha Velha;
- Execução das redes de saneamento nas seguintes localidades: Carrazedo, Lagomar, Terroso, Gondesende, Frieira, Vila Boa;
- Conclusão da remodelação dos equipamentos de tratamento nas seguintes localidades: França, Rabal, e Rebordãos;
- Execução das redes de saneamento nas seguintes localidades: Faílde, Alimonde, Freixeda;



my  
H. J. J. J.  
g. J. J. J.

- Construção de emissários e estações de tratamento de águas residuais nas localidades de S. Pedro dos Serracenos, Zeive, Vila Franca, Bragada, Maças, Cova de Lua, Vila Nova, Oleiros, Lanção e Paradinha Velha;
- Ampliação da rede de saneamento para drenagem das ruas João Fernandes e Ana Garcia (com ampliação de emissários);
- Remodelação da tubagem de descarga da ETAR de Vila Meã.

#### 2.4.4. Abastecimento de água

Neste subprograma foram inscritas verbas para a manutenção e ampliação de redes de abastecimento e distribuição de água, a executar quer por obras de administração directa quer por empreitadas.

Tal como decorre do ponto anteriormente apresentado, desde o ano de 2002, com a execução das obras de drenagem e tratamento de águas residuais domésticas, nas localidades descritas, foram simultaneamente executadas novas redes de abastecimento de água, substituindo as anteriormente instaladas. Estas redes foram dotadas de caixas para instalação de contadores, tendo em vista assegurar o processo de contratualização de água na área rural, iniciado no ano de 2006.

Até ao final do mês de Outubro de 2011 foram realizados um total de 9.135 contratos referentes á área rural do Concelho, dos quais 266 efectuados em 2011 (Labiados, Parâmio, Maças, Fontes de Transbaceiro, Zeive).

Para terminar o processo referente á facturação de água na área rural resta dar continuidade á contratualização destes serviços nas localidades de Cova de Lua, Terroso e Vilarinho. Tal situação ocorrerá logo que concluídos os trabalhos de colocação de caixas de contador no exterior, na localidade de Vilarinho, os quais se encontram em fase final de conclusão da respectiva empreitada

Assim, envolvendo obras de construção, ampliação e remodelação de redes de captação, adução, armazenamento, tratamento e distribuição de água, foram investidos no Concelho, durante a última década, cerca de nove milhões e meio de euros.

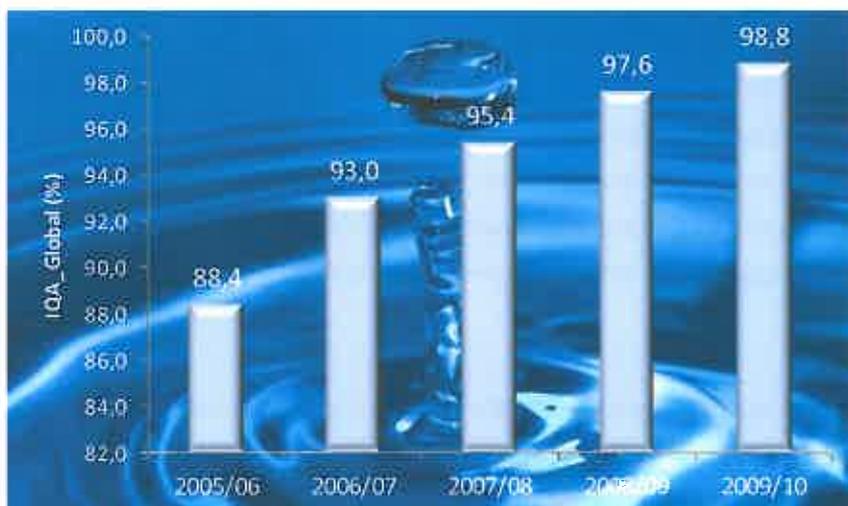
Relativamente ao controlo de qualidade da água para consumo doméstico, cujos serviços têm vindo a ser executados, durante os últimos anos (2008 a 2010), pelo Laboratório Regional de Trás os Montes, foi, a partir de Março do corrente ano, assegurada nova contratação da



prestação de serviços, por um período de cinco anos, assegurada através de concurso Público Internacional.

Importa referir ter sido atribuído, pelo Instituto Regulador das águas e Resíduos, para o ano de 2005, um índice de qualidade da água distribuída no Concelho de Bragança de 88,4%. Relativamente ao ano de 2006, o mesmo índice foi de 93%. No ano de 2007, ainda de acordo com o IRAR, o mesmo índice de qualidade da água subiu para 95,4%. Para o ano de 2008 o referido índice foi de 97,6, confirmando uma tendência de subida, desde o ano de 2005 (primeiros resultados conhecidos e fundamentados), para valores de elevada qualidade, o que revela, apesar das crescentes imposições legais impostas pelo regulador, uma resposta á altura das exigências. O último indicador de qualidade atribuído pela entidade reguladora foi de 98,8%, tal com decorre do gráfico seguinte.

**GRÁFICO 9: Índice da Qualidade da Água, distribuída no Concelho de Bragança**



No que diz respeito a perspectivas de realização de obras durante o ano de 2012, destacam-se:

- Elaboração dos projectos de renovação das redes de abastecimento de água nas localidades do Zeive, Vila Franca, Bragada, Maças e Paradinha Velha;
- Renovação das redes de abastecimento de água às seguintes localidades: Carrazedo, Lagomar, Terroso, Gondesende, Frieira, Vila Boa;
- Execução trabalhos de reabilitação em reservatórios de água e instalação de equipamentos de medição e televigilâncias;



*my  
S  
by  
of  
just*

- Colocação de central hidropressora na localidade de São Pedro dos Sarracenos;
- Instalação de um sobrepessor na em Samil para adução de água ao reservatório da Freguesia (S. Judas);
- Instalação de centrais para filtragem de ferro e manganês, dissolvidos na água, em zonas de abastecimento, sempre que ultrapassados os respectivos limites legais;
- Execução de furos de captação e água para reforço de abastecimento nas localidades: Paradinha Nova, Paradinha Velha, Réfega Vale de Lamas e Moredo;
- Remodelação da adução e instalação de reservatórios nas localidades de Espinhosela (em execução) e Martim (a executar em 2013);

Finalmente, e no que diz respeito ao processo de reforço do abastecimento de água á cidade de Bragança (Aproveitamento Hidráulico do Alto Sabor – construção da barragem de Veiguinhas)

Nos anos 80 a Câmara Municipal de Bragança desenvolveu um projecto de reforço do abastecimento de água a Bragança recorrendo às águas superficiais da Serra de Montesinho designado por Aproveitamento Hidráulico do Alto Sabor (AHAS), tendo por base os estudos elaborados pela então DGSEB – Região de Saneamento Básico de Trás-os-Montes, Estudos de Planeamento, anos de 1978 e DGRAH, Nordeste Transmontano, ano de 1982.

Com as obras já iniciadas, em 17 de Setembro de 1989, foi assinado Contrato-Programa entre o Ministério do Planeamento e da Administração do Território, representado pelo Director-geral dos Recursos Naturais (DGRN) e a Câmara Municipal de Bragança com vista ao financiamento da totalidade do investimento, e conclusão no ano de 1993.

O Contrato-programa foi revisto a 26 de Agosto de 1994 visando a actualização física e financeira do investimento, no âmbito da linha de Assistência Técnica para a preparação de projectos de execução do QCA 1994/1999, e a utilização da totalidade das verbas previstas concentrando-as na execução de cinco fases, excluindo o escalão de Veiguinhas.

No Contrato-Programa ficou escrito o compromisso de, no prazo de um ano, ser feita a reavaliação para integrar novamente a construção da Barragem de Veiguinhas, o que não ocorreu com grave prejuízo para o Município.



Em 1997 foi iniciado o primeiro EIA do Projecto de Execução da Barragem de Veiguihas pela empresa Hidrotécnica Portuguesa, tendo sido solicitada a sua reformulação em 18 de Agosto de 1998.

Apresentados os estudos adicionais pedidos, a 26 de Outubro de 1999, foi proferido novo despacho no sentido de ser realizado novo EIA para reinício do processo de AIA.

Em Maio de 2000, foi entregue novo EIA para reinício do processo, estudo que respondia a todos os esclarecimentos solicitados pela Comissão de Avaliação. Em Julho de 2000 foi entregue uma nova versão do Resumo Não Técnico do EIA. Em Agosto de 2000, a DRAOTN exigiu nova reformulação do EIA de forma a respeitar nova legislação que tinha entretanto entrado em vigor. Em Dezembro de 2000, a reformulação do EIA foi enviada para o PNM, para apreciação prévia, tendo-se obtido resposta passados quase sete meses apesar da insistência da CMB. Em Outubro de 2001, a DGA voltou a declarar a desconformidade.

No ano de 2002, o processo foi retomado pela empresa Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro e reiniciados os Estudos de Proposta de Definição de Âmbito (PDA) do Estudo do Impacto Ambiental, a cargo da empresa Prósistemas, que apresentou várias alternativas, concluindo pela eliminação de algumas. Na sequência deste PDA, foi sujeito a procedimento de AIA, em 2004, o EIA relativo ao projecto da "Origem de Água para Reforço do Abastecimento ao Concelho de Bragança e Limítrofes" em que foram apresentadas hipóteses alternativas à barragem de Veiguihas – Parâmio e Castrelos – além da alternativa de captação na albufeira do Azibo.

Em fase de audiência prévia, o Gabinete do Ministro do Ambiente e do Ordenamento do Território solicitou novos elementos de análise dos impactes ambientais, estudos entregues pela empresa Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, e que continuaram a evidenciar Veiguihas como a solução mais económica e de menor impacto ambiental. A 04 de Março de 2005 foi emitida uma Declaração de Impacte Ambiental (DIA) desfavorável à implementação das alternativas de Veiguihas, Parâmio e Castrelos, e favorável condicionada ao abastecimento de Bragança e limítrofes a partir da Barragem do Azibo. O projecto alvo de DIA favorável condicionado não foi executado pelo proponente por o considerar economicamente inviável.

Em 2009, foi iniciado novo estudo de AIA relativo ao projecto da "Reserva de Água de Montesinho" e outras alternativas. O proponente empresa Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro decidiu retirar o EIA para estudo mais aprofundado das questões que estavam a ser colocadas no âmbito de reuniões prévias e que se ligavam a questões já resolvidas aquando da aprovação dos Estudos de Definição de Âmbito e por isso não retomadas.



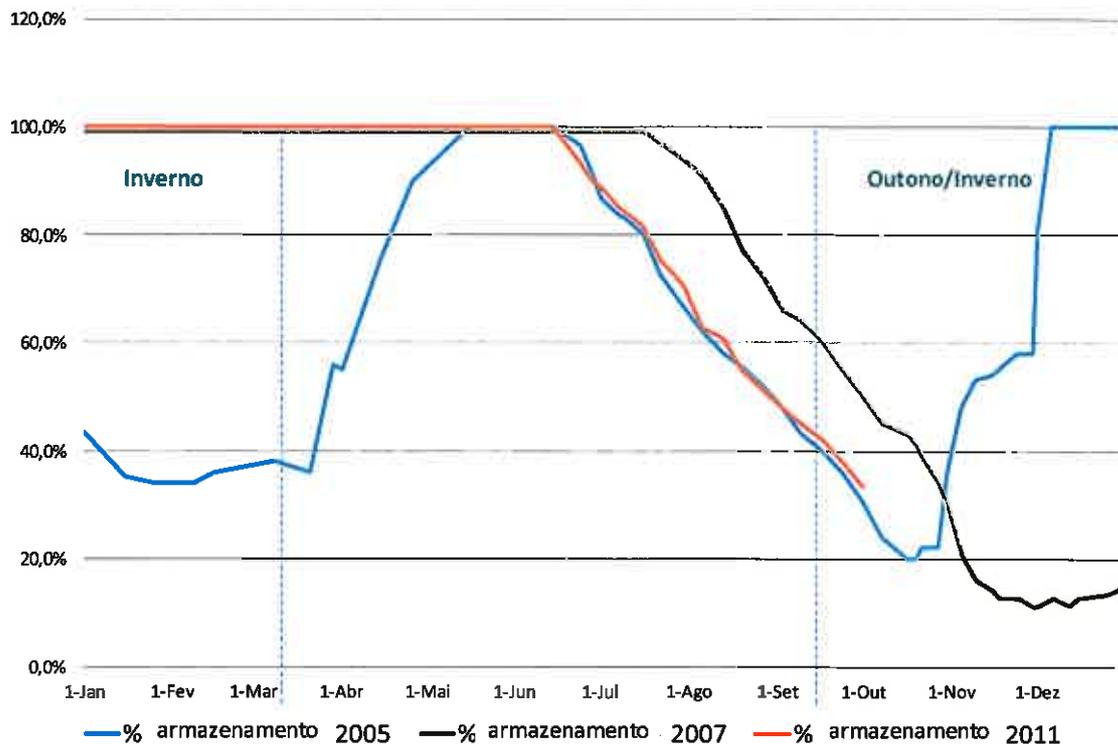
*Handwritten notes:*  
m  
f  
H: part

O procedimento de AIA do projecto de "Reforço do Abastecimento de Água a Bragança" (Processo de AIA n.º 2345) foi iniciado a 14/10/2010 e recebeu declaração de desconformidade em 30 de Novembro de 2010 decisão mantida após Audiência Prévia, em 14 de Janeiro de 2011 pela CA.

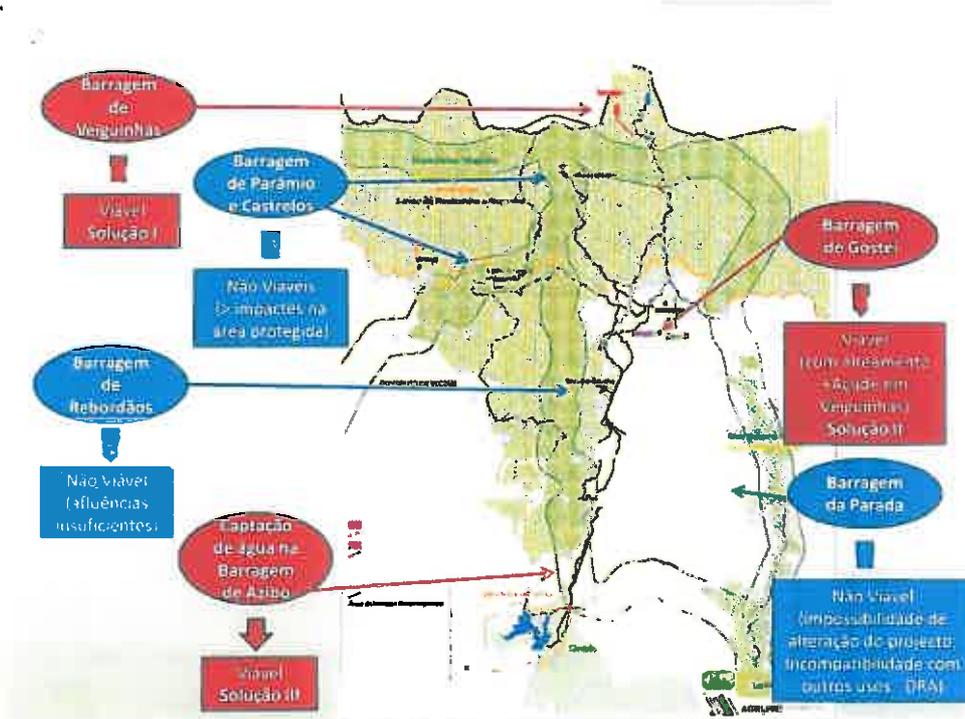
No ano de 2011 foi submetido novo estudo de impacto ambiental e elementos adicionais tendo a 10 de Outubro de 2011, sido declarada a conformidade do EIA para Consulta Pública, a decorrer a partir de 31 de Outubro a 30 de Dezembro de 2011.

Reconhecido o problema estrutural deste sistema, que sucessivamente, nos anos de 2002, 2005, 2007 e 2011, levaram a uma quase total ruptura no abastecimento de água á cidade de Bragança, obrigando à implementação de um plano de contingência de custos muito elevados e que não resistiria a uma situação de rotura, por falta de meios de transporte a nível nacional e de custo insustentável.

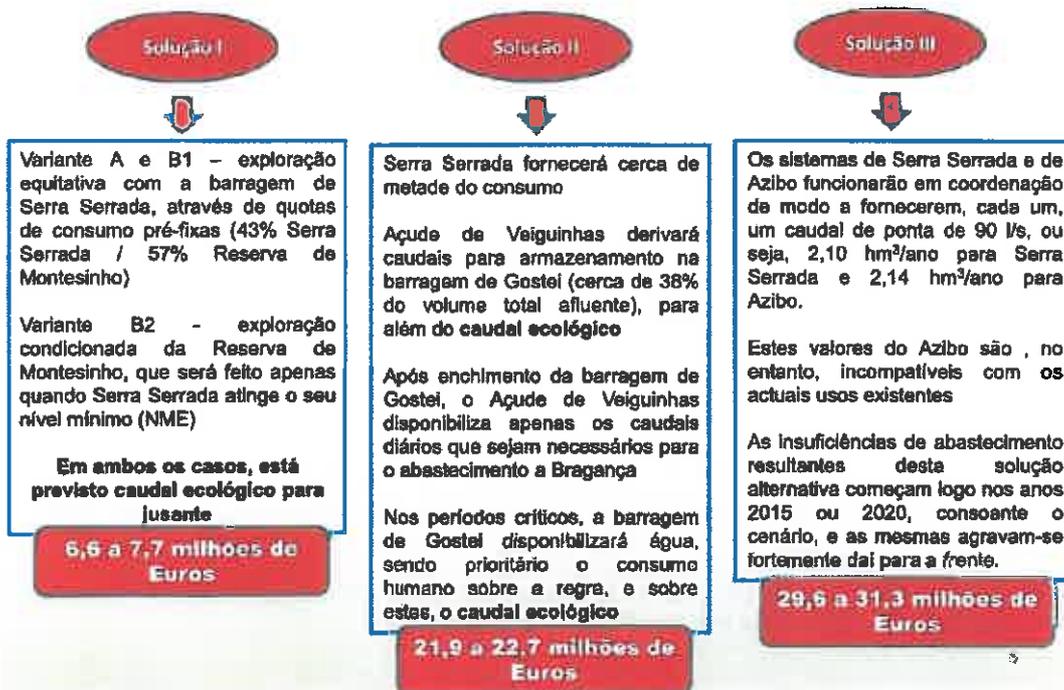
**GRÁFICO 10: Reserva de água na Barragem de Serra Serrada nos anos de 2005, 2007 e 2011**



Nota: Os graves problemas de abastecimento de água ocorrem no período de Outono e Inverno, quando o tempo de seca se prolonga e existe pouca água armazenada.



### ALTERNATIVAS AVALIADAS (Características de Funcionamento e Custos Previstos)

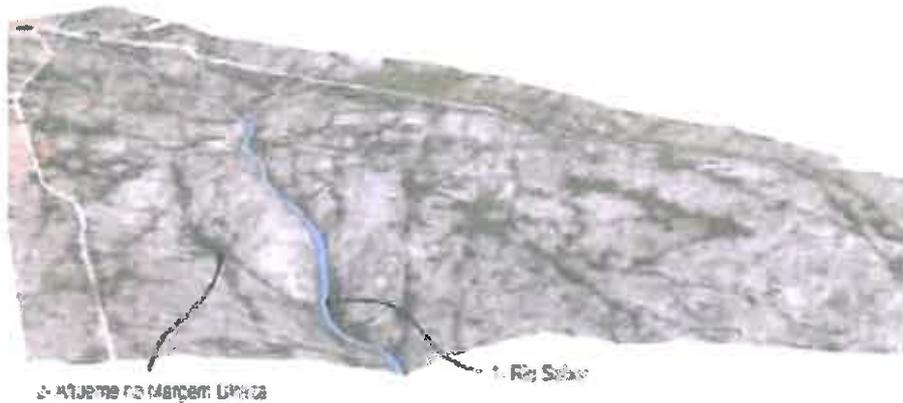




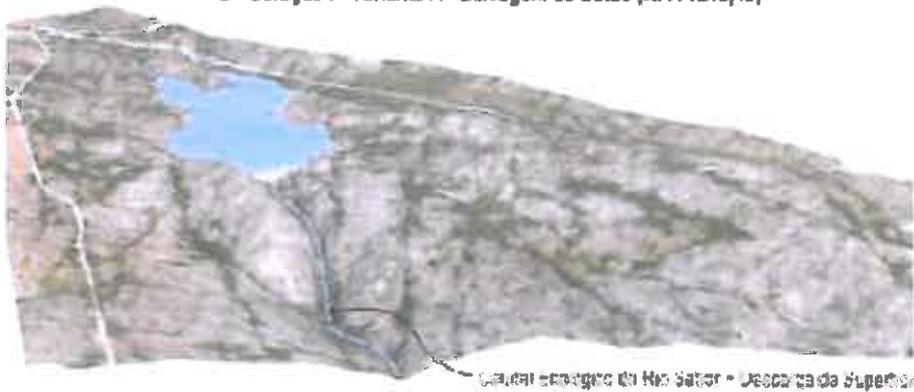
Município de Bragança

### Solução: Barragem de Veiguiñas

#### A - Situação Actual



#### B - Solução I - Variante A - Barragem de Batão (NPA 1213,10)



#### C - Solução I - Variante B - Barragem de Enrocamento (NPA 1217,50)



FIG. P. 3

Soluções Alternativas  
Fotografia Aérea sobre o  
Modelo Digital do Terreno



AISEI, PRC

*Handwritten notes:*  
 mi  
 Hi  
 f  
 Just

Após a avaliação das soluções com viabilidade para o reforço do abastecimento de água a Bragança, feita numa área de 15 km<sup>2</sup>, o estudo confirmou não existir qualquer alternativa, economicamente e ambientalmente sustentável, fora do Parque Natural de Montesinho e das



áreas protegidas. O município tem a maioria da sua área protegida, o que sendo um benefício, não pode representar a eliminação de acesso a bens fundamentais à vida e ao desenvolvimento das actividades económicas.

A população cresceu, superando as projecções inicialmente feitas, a actividade industrial do projecto, a população estudantil superou as projecções, as alterações climáticas são hoje mais evidentes e desfavoráveis, e por isso o problema agravou-se.

Bragança necessita resolver com carácter de prioridade este problema secundado no ano de 1994, quando Veiguinhas foi retirada do Contrato Programa assinado no ano de 1989 para execução da totalidade do Sistema Integrado do Alto Sabor.

Estão a decorrer as obras de construção da charca do Eiró, promovidas pela Junta de Freguesia, com um investimento global de 24.970,00€, co-financiada em 70% pelo programa PRODER. O Município de Bragança apoiará financeiramente essa obra através da atribuição da verba prevista no presente plano e orçamento, assim como a concessão de um apoio financeiro.

#### **2.4.6. Protecção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza**

O ambiente é um factor central do desenvolvimento sustentado, interessa por razões estratégicas às pessoas de todas as condições e idades, tem pois de estar presente nas decisões de gestão do Município, que tem a particularidade de 60% da



sua área total estar classificada como área protegida. Trata-se de uma mais valia, factor de desenvolvimento e garantia de novas funções económicas em áreas que incorporem recursos humanos mais qualificados. Temos pois que continuar a adoptar e a exigir uma postura exemplar na protecção e defesa do ambiente, sensibilizando os cidadãos para uma postura cívica progressivamente mais exigente.

O embelezamento de espaços públicos, criando condições de usufruto e enquadramento paisagístico, será uma continuidade, apostando pela consolidação dos espaços já existentes e



pela requalificação de espaços livres (Bairro da Previdência, Zona da Mãe d'Água e Bairro da Coxa) e de enquadramento. As espécies autóctones terão preponderância nas intervenções a efectuar, contribuindo para o desenvolvimento sustentável, na medida em que são espécies adaptadas ao clima rigoroso, escassez de água e reduzida manutenção. Serão ainda plantadas espécies que contribuam para uma diversidade e riqueza cromática dos espaços verdes.

Numa perspectiva de melhoria da imagem dos espaços verdes e redução dos custos com a aquisição de flores de época, a Câmara Municipal dará continuidade ao processo de substituição de canteiros de flores anuais por arbustos, os quais são inteiramente produzidos no Viveiro Municipal.

Os espaços verdes da cidade de Bragança correspondem actualmente a 11,8 m<sup>2</sup>/habitante, valor acima dos 9 m<sup>2</sup>/habitante estabelecidos pela Organização Mundial de Saúde, e que face ao valor de 1,49m<sup>2</sup>/habitante registado em 1998, demonstra uma orientação inequívoca para uma melhoria do ambiente e espaço público, criando uma cidade verde e amiga do ambiente, orientação que continuará a ser uma aposta de futuro e que já se encontra regulamentada pelo Plano de Urbanização.

O estudo de avaliação da satisfação dos utilizadores dos espaços públicos identificou como área prioritária de intervenção para potenciar a utilização e desfrute dos espaços verdes, a instalação de módulos de informação sobre os espaços verdes, identificando equipamentos, percursos pedonais, espécies existentes, etc. A disponibilização desta informação aos munícipes contribuirá para um aumento do sentimento de segurança, do conhecimento dos espaços e sensibilização para a sua preservação. A disponibilização desta informação durante o ano 2011 aos munícipes, contribuiu para um aumento do sentimento de segurança, do conhecimento dos espaços e sensibilização para a sua preservação. No site do Município já é possível descarregar toda a informação relacionada com o Manual de Boas Práticas em Espaços Verdes, disseminando o conhecimento e a informação, melhorando a sustentabilidade concelhia.

A cidadania desempenha um papel essencial na preservação dos espaços verdes, espaço público e equipamentos. Assim, face a inúmeras situações de vandalismo, iremos proceder à execução de sinalética específica, as acções de sensibilização serão acentuadas e a responsabilização dos infractores será imediata.

A gestão e manutenção dos espaços verdes do Município, inclui duas áreas de actuação: a manutenção com pessoal próprio e o recurso à contratação em regime de prestação de serviços.



Neste âmbito, 67% dos espaços verdes estão contratualizados correspondendo a uma área total de 312.461m<sup>2</sup>. No ano 2012, os espaços verdes objecto de contratualização serão vistoriados através da implementação de novas metodologias de acompanhamento, verificação e validação dos serviços prestados, melhorando a imagem dos espaços verdes.

A defesa da floresta da área concelhia terá no Gabinete Técnico Florestal, em funcionamento no âmbito de Protocolo entre a Autarquia e a Direcção Geral de Recursos Florestais, um importante elo de ligação às entidades competentes e proprietários florestais, assumindo a elaboração, execução e actualização anual do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, já aprovado em Comissão Municipal de Defesa da Floresta, e dos programas e projectos deles derivados.

O Sistema de Informação Geográfica desse Gabinete será continuamente actualizado, favorecendo as análises espaciais e consulta imediata de informação que, em casos de emergência, se reveste de extrema importância.

Bragança, capital de distrito é um exemplo de boa imagem urbana, em todos os sectores, sendo particularmente valorizados os espaços verdes, limpeza urbana, planeamento e mobilidade. Será implementada uma Matriz de Sustentabilidade Concelhia, em estreita colaboração com a Agência de Ecologia Urbana do Eixo Atlântico, a qual, através da análise de vários indicadores relacionados com os espaços verdes, água, resíduos, energia, qualidade do ar, etc, permitirá aferir a sustentabilidade do concelho e implementação da Eco Cidade.

O Plano Estratégico para a Eco Cidade de Bragança, documento central da política municipal em termos ambientais, continuará a ser o referencial da actuação dos serviços.

No seguimento do Plano de Acção da Agenda 21, terá continuidade a monitorização da matriz de indicadores de sustentabilidade concelhia, adoptando as necessárias correcções que contribuam para atingir os valores definidos de sustentabilidade.

O esforço humano e financeiro da Autarquia na continuidade e consolidação destes padrões elevados, minimizando as acções de vandalismo em equipamento, deposição indevida de resíduos, acidentes na via pública e destruição do espaço público, será acompanhado por uma justiça contributiva por parte dos cidadãos, ajustando as despesas municipais às receitas, procurando o necessário equilíbrio financeiro e sustentabilidade.

O Município de Bragança foi galardoado em 2011, pelo quinto ano consecutivo, com a Bandeira Verde ECOXXI. Este galardão reconhece as boas práticas relativamente a políticas de sustentabilidade, indo ao encontro dos princípios da Agenda 21, na vertente da promoção da educação para a sustentabilidade, em conjunto com a aferição de outros parâmetros de qualidade ambiental. O Município de Bragança tem vindo a registar uma melhoria significativa



*Handwritten signatures and initials in the top right corner.*

nos 23 parâmetros de análise, fruto da aposta clara e inequívoca na adopção de estratégias de sustentabilidade, a qual terá continuidade no ano 2012.

O programa Eco Escolas tem sido fomentado e apoiado pelo Município de Bragança, verificando-se um incremento na participação das escolas no referido programa, contribuindo para o fomento de actividades de índole ambiental, tendo sido galardoadas quatro escolas do concelho no ano 2011.

#### **a) Resíduos sólidos**

No final da década de 80 e durante quase toda a década de 90, os RSU's recolhidos nos Municípios do Nordeste Transmontano tinham como destino final as 12 lixeiras municipais existentes na região, produzindo fenómenos de poluição atmosférica, contaminando águas superficiais e subterrâneas e a possibilidade de proliferação de pragas e doenças. Com a implementação do Plano Estratégico de Resíduos Sólidos Urbanos (PERSU), estes locais foram selados e recuperados paisagisticamente, entre 1997 e 2002.

Assim, para fazer face à gestão de RSU e com o objectivo de gerir o Sistema Unificado de Gestão de Resíduos do Nordeste Transmontano, as Associações de Municípios da Terra Quente Transmontana, da Terra Fria do Nordeste Transmontano e do Douro Superior constituíram a empresa intermunicipal Resíduos do Nordeste em 1 de Janeiro de 2004.

O Município de Bragança participa na Resíduos do Nordeste através da Associação de Municípios da Terra Fria do Nordeste Transmontano.

A actividade do sector de serviços de resíduos caracteriza-se por um conjunto de etapas bem definidas, mas que variam muito conforme a tipologia do Sistema. O sector de serviços de resíduos compreende as actividades de recolha, tratamento e destino final dos RSU. A prestação do serviço inicia-se com a recolha dos resíduos, que pode ser indiferenciada (recolha e transporte de resíduos para a estação de transferência e posteriormente para o aterro sanitário) ou selectiva (recolha e transporte de resíduos para a estação de triagem) sendo depois necessário garantir a sua valorização ou outro destino adequado.

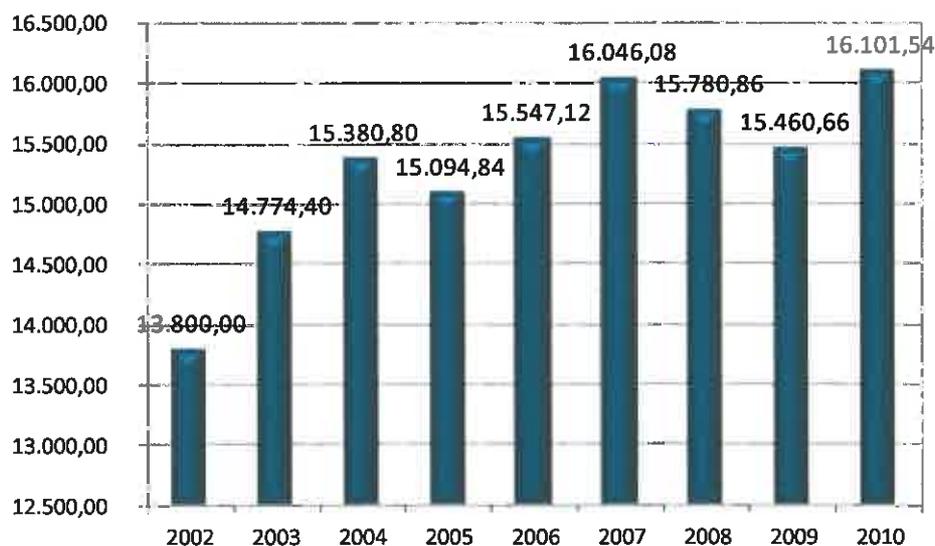
O nível de cobertura da população com serviços de recolha de RSU é actualmente de cerca de 100%, o que corresponde a uma melhoria muito significativa e permitiu atingir no Município de Bragança a meta de 100% prevista no PERSU, havendo, no entanto, necessidade de renovação contínua e de redefinição estratégica do Sistema.



Durante os últimos anos a Resíduos do Nordeste – EIM, tem prosseguido a consolidação do Sistema de Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos do Nordeste Transmontano, nomeadamente através do tratamento e valorização dos resíduos provenientes do Município de Bragança.

O serviço de recolha indiferenciada de resíduos e a exploração da Estação de Transferência de Bragança, incluindo a respectiva manutenção, limpeza e conservação das instalações, tem decorrido com normalidade, registando-se um aumento de RSU recolhidos em Bragança (Gráfico 10), o que corresponde a uma capitação de 1,27 kg/hab.dia no ano 2010. Este aumento foi verificado em todos os Municípios que fazem parte da Resíduos do Nordeste – EIM, reforçando a necessidade de sensibilização da população para a redução na produção diária de resíduos.

**GRÁFICO 11: Evolução da Recolha Indiferenciada (2002-2010)**

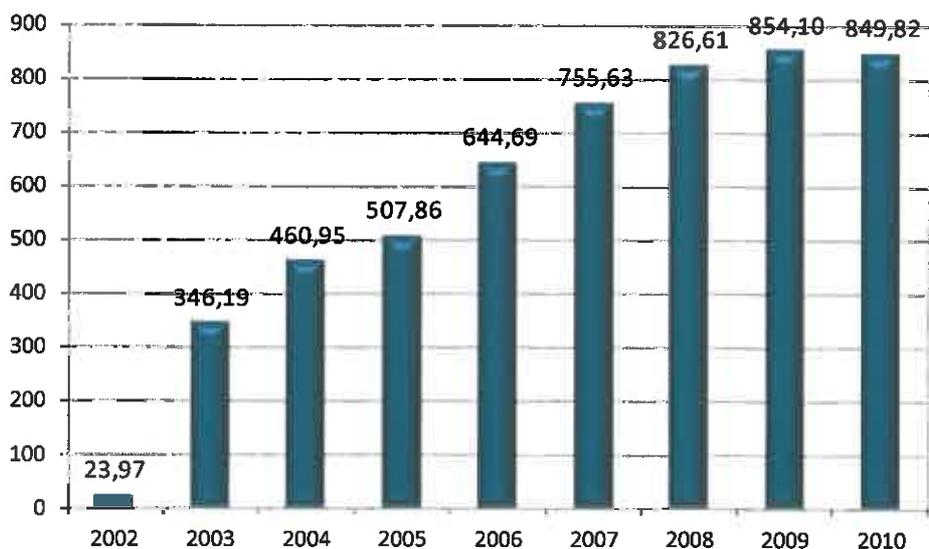


A recolha selectiva tem registado uma evolução positiva no Município de Bragança (Gráfico n.º 11), correspondendo a um acréscimo de 60% relativamente a 2005, sendo que presentemente o rácio de ecopontos é de 1/289 por habitante (sendo a média nacional de 1/500), estando instalados no concelho 120 ecopontos. A capitação de recolha selectiva aumentou para 24,04 kg/hab.ano, sendo de realçar que no ano 2005, a capitação era de 13,36 kg/hab.ano.



*Handwritten notes:*  
mi  
#  
of  
part

**GRÁFICO 12: Evolução da Recolha Selectiva (2002-2010)**



A sustentabilidade económica das tarifas associadas aos RSU's e, simultaneamente, a implementação do princípio do poluidor-pagador, são duas das linhas de actuação definidas pelo Governo no PERSU II. A Autarquia procedeu durante no ano de 2007 à elaboração, discussão pública, aprovação e publicação do Tarifário de RSU, indexado ao consumo de água, melhorando a sustentabilidade do tarifário, o qual tem vindo a reduzir o saldo negativo nos últimos anos.

Este cenário tem tendência a alterar-se quer pela adesão de novos consumidores quer pela adopção de comportamentos mais correctos no que concerne à produção de resíduos e gestão do consumo de água.

A NORDESTE ENERGIA – Energias Renováveis, Lda, sociedade por quotas estabelecida entre a Resíduos do Nordeste e Paínhas, S. A., está a aproveitar o biogás do Aterro Sanitário, estimado em 300,00 m<sup>3</sup>/h, correspondendo a uma potência eléctrica de cerca de 500kW/h. O investimento para a Central de Valorização Energética foi de 1.150.000,00€.

De acordo com o disposto no artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 178/2006, de 5 de Setembro, o PERSU II – Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos 2007 – 2016, estabelece as prioridades a observar no domínio dos RSU, as metas a atingir e acções a implementar e as regras orientadoras da disciplina a definir pelos planos multimunicipais, intermunicipais e municipais de acção.

O PERSU II estabelece que o cumprimento das metas comunitárias em matéria de reciclagem e valorização para fluxos específicos de resíduos, como as embalagens, os REEE e outros, ou



ainda o cumprimento dos objectivos comunitários de desvio de resíduos biodegradáveis de aterro, requerem um esforço adicional ao nível da recolha selectiva e da triagem, bem como na construção e/ou qualificação de determinadas infra-estruturas de valorização de resíduos.

Neste âmbito a Resíduos do Nordeste e os municípios parceiros candidataram a fundos comunitários e viram aprovado o projecto para a construção da Unidade de Tratamento Mecânico e Biológico por Digestão Anaeróbia, com um preço global de 25.334.194,85€, sendo o financiamento assegurado em 70%



pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER). Ao Município de Bragança corresponderá uma participação de 397.708,71€, estando prevista a inauguração e entrada em funcionamento durante o ano 2012.

A Unidade de Tratamento Mecânico e Biológico por Digestão Anaeróbia apresenta-se como a solução técnica mais apropriada para o Sistema Intermunicipal de Resíduos do Nordeste, permitindo a gestão integrada dos RSU produzidos, maximizando a valorização material e de sub-produtos (composto e energia) e minimizando tanto a quantidade como a volatilidade de resíduos depositados em aterro, uma vez que apenas resíduos inertes são encaminhados para este fim. O Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos 2007-2016 (PERSU II) considera prioritários este tipo de investimentos, enaltecendo a qualidade desta solução técnica e colocando no Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), no geral e no Programa Operacional Temático Valorização do Território (POVT), em particular, a responsabilidade pelo apoio financeiro a projectos desta natureza e especificidade.

Actualmente a Resíduos da Nordeste, EIM, deposita em aterro cerca de 94% do total de RSU produzidos anualmente, o que configura uma situação ineficiente e não desejável do ponto de vista de destino de resíduos produzidos na região. O Projecto deverá permitir reduzir significativamente a quantidade de resíduos depositada em aterro para níveis inferiores a 50% do total de RSU produzidos, melhorando assim a eficiência do processo e consequentemente a qualidade de vida dos habitantes.

A instalação da Unidade de Tratamento Mecânico e Biológico por Digestão Anaeróbia é uma oportunidade para a Região de Trás-os-Montes, em termos económicos, ambientais e sociais, pois constitui um foco de empregabilidade (criação de 30 novos postos de trabalho) e um potencial mercado inovador através da comercialização do composto orgânico produzido,



restabelecendo a economia da região e produção de energia eléctrica através da valorização do biogás gerado no sistema. Por outro lado, a produção de composto orgânico com qualidade demonstrará os benefícios acrescidos e ainda desconhecidos na fertilidade dos solos, nomeadamente na reabilitação de áreas degradadas/abandonadas na Região.

Durante o ano 2012, iremos promover a circulação e estada do RoadShow da Resíduos do Nordeste, exposição interactiva móvel que pretende sensibilizar a população para 5 temáticas ambientais: Resíduos, Energias Alternativas, Água, Poluição Atmosférica e Ruído, sensibilizando a comunidade estudantil para a necessidade de adoptar comportamentos ecológicos e sustentáveis.

O funcionamento do Eco Centro será potenciado, estabelecendo a Câmara Municipal de Bragança, a Resíduos do Nordeste – EIM e a CESP, uma estratégia conjunta de divulgação e informação desta infra-estrutura, complementar ao reforço de sinalética e alteração do horário de funcionamento efectuado durante o ano de 2008 e 2009. Serão reforçadas as acções de promoção na utilização do Eco Centro, nomeadamente através da realização de sorteios e concursos.

A rede de papeleiras urbanas será alargada e redistribuída, procurando uma maior capacidade e cobertura, minimizando as situações de disseminação de pequenos resíduos nos passeios e arruamentos, contribuindo para uma cidade mais limpa. O Município de Bragança adoptou um novo modelo de papeleira, mais urbana, funcional e com maior capacidade, que tem demonstrado níveis de eficiência consideráveis, nomeadamente nos novos arruamentos e Centros Escolares.

Procedeu-se à colocação de um Depositário, contentor para recolha de pequenos resíduos eléctricos e electrónicos, no Mercado Municipal de Bragança, o qual tem contribuído para uma maior consciencialização dos munícipes para o devido encaminhamento dos resíduos, nomeadamente os eléctricos e electrónicos.

O Regulamento Municipal de Resíduos Sólidos Urbanos tem sido acompanhado de acções de sensibilização contínuas e, em casos pontuais, têm-se procedido ao levantamento de autos de contra-ordenação.

A imagem que existia, de veículos em fim de vida (VfV) abandonados na berma das estradas, nos campos e até mesmo dentro das nossas localidades, causando um forte e negativo impacto e desvirtuando a paisagem transmontana, está de um modo geral ultrapassada, pela acção continuada de recolha e desmantelamento implementada pela Autarquia. Reduzem-se assim, os problemas ao nível paisagístico, evitam-se graves problemas ambientais, como a contaminação dos solos e das linhas de água, nomeadamente através do derrame de óleos e



outros contaminantes existentes nos automóveis. Sensível a esse problema, o Município de Bragança vai continuar a promover a retoma periódica de veículos em fim de vida (VFV), no âmbito do Protocolo celebrado aos 23 dias do mês de Fevereiro de 2006, entre a Resíduos do Nordeste, EIM e a Valorcar – Sociedade de Gestão de Veículos em Fim de Vida, Lda.

Pretende-se durante o ano de 2011, encontrar uma solução de deposição de resíduos de construção, orientada para a pequena obra de conservação e assegurar condições de eliminação de pequenos depósitos de entulho, colocadas nas manchas florestais.

## 1. Higiene Pública

A segurança e higiene pública será uma preocupação contínua, aumentando o número de canídeos errantes capturados e minimizando o abandono e desrespeito pela Legislação em vigor, procedendo a acções de sensibilização e informação, bem como de acções conjuntas com a PSP e GNR.

A Associação Brigantina de Protecção dos Animais, entidade que desenvolve um importante trabalho em prol dos animais abandonados em Bragança, já possui um Canil para a recolha de animais abandonados e alojamento temporário, executado através de Protocolo de Colaboração estabelecido entre o Município e a Associação, fomentando a adopção de canídeos e a redução dos canídeos errantes.



A legislação relativa a canis, nomeadamente o Decreto-lei n.º 317/85, I Série de 2 de Agosto, Lei n.º 92/95, I Série-A de 12 de Setembro, Decreto Lei n.º 276/2001, I Série-A de 17 de Outubro e ainda o Decreto Lei n.º 315/2003, I Série-A de 17 de Setembro, levaram à elaboração do projecto de um Canil Intermunicipal para os concelhos de Bragança, Vimioso e Miranda do Douro, permitindo criar condições para uma gestão mais eficiente de uma infra-



estrutura moderna e de qualidade, contribuindo para um aumento da segurança em espaço público e higiene pública. Com a entrada em funcionamento do Canil Intermunicipal em 2011, as ações de captura de canídeos errantes, as condições de alojamento temporário e as condições para tratamentos específicos, contribuíram para uma melhoria significativa do serviço de veterinária, nomeadamente ao nível das capturas e condições de estada dos animais.

## 2. Manutenção Urbana

A acessibilidade ao espaço público será alvo de trabalhos de manutenção urbana, procedendo à continuação dos rebaixamentos de passeios junto a passadeiras, pinturas rodoviárias e colocação de sinalização.

Durante o ano de 2012 proceder-se-á a trabalhos de conservação e pintura dos bancos do Jardim António José de Almeida, bem como de todas as floreiras e bolas do centro urbano, melhorando a imagem da cidade e conservação dos bens públicos.

Todas as situações de vandalismo e danos em espaço público, nomeadamente na retirada de sinalização vertical, quebra de vidros de abrigos dos STUB's, danos nos pilaretes, etc., serão imediatamente repostas.

Os trabalhos de sinalização horizontal serão melhorados, através da utilização de novos produtos para pintura rodoviária e, em paralelo, pela implementação de um planeamento mais eficiente dos trabalhos.

Serão reinstalados e requalificados alguns parques infantis da cidade, melhorando a segurança na utilização dos equipamentos e condições de acesso da população aos mesmos. Este esforço municipal, à semelhança do executado nos últimos anos na requalificação e instalação de novos parques infantis, pretende fomentar a cidadania e reforço das relações pessoais entre os munícipes.

Face ao elevado número de utilizadores dos equipamentos de manutenção física, a Câmara Municipal irá proceder à substituição integral dos equipamentos mais danificados e utilizados, melhorando as condições de segurança na sua utilização.

#### **2.4.6.2. Cemitérios**

O apoio às Juntas de Freguesia em matéria de regulamentação e análise de projectos de construção ou ampliação de cemitérios continuará a ser uma prioridade para o ano de 2012.

Nos cemitérios do Toural e Santo Condestável, a finalização dos trabalhos de digitalização e georeferênciação de todo o cadastro relativo à gestão cemiterial, permitirá uma análise mais eficiente dos processos, mantendo a base de dados continuamente actualizada e, em complemento, permitirá a identificação através de sinalética discreta, dos talhões, sepulturas e capelas.

Terão continuidade os trabalhos de pavimentação do Cemitério do Toural e serão plantadas árvores nos alinhamentos dos talhões, permitindo o ensombramento e embelezamento dos talhões inferiores.

No cemitério do Santo Condestável, serão executados trabalhos de reparação da capela de repouso e serão concluídos os muros de suporte no patamar inferior. Estes investimentos irão contribuir decisivamente para a melhoria das infra-estruturas do Cemitério Municipal. Irão ainda ser instaladas sepulturas aeróbias e ossários no patamar inferior do cemitério, disponibilizando um serviço acrescentado aos munícipes, minimizando as despesas inerentes aos actos fúnebres por parte das famílias enlutadas.

No meio rural prevê-se a atribuição de apoios financeiros às Juntas de Freguesia para execução de obras de ampliação e melhoria dos cemitérios de Izeda, Fermentãos e Formil.

#### **2.4.6.3. Meio Ambiente**

Sendo o Ambiente uma área transversal e complementar, diversas acções de requalificação urbana, saneamento e abastecimento de água, manutenção urbana, terão uma componente de sustentabilidade ambiental, indo ao encontro do estipulado na Agenda 21 Local e conceito de Eco Cidade.

O investimento na recolha e tratamento dos resíduos sólidos urbanos dos últimos anos permitiu evoluir para uma situação estável, contribuindo para o aumento da higiene e salubridade pública, sendo Bragança frequentemente citada na Comunicação Social e por cidadãos, como uma cidade limpa e amiga do Ambiente.



*mm  
H.  
of just*

O Plano Verde da Cidade contribuirá para a adopção de uma estratégia de sustentabilidade para os espaços verdes públicos e privados, sendo um elemento base para a definição de espécies, espaços, práticas e metodologias. A elaboração e disponibilização aos munícipes do Manual de Boas Práticas, simples e didáctico, contribuirá para o aumento da consciência e práticas ambientais sustentáveis.

A constituição de um Plano de Indicadores de Sustentabilidade Urbana para as cidades do Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular permitirá aferir e analisar a coesão social, ambiental e territorial dos espaços urbanos, trabalho a ser desenvolvido no âmbito da Agência de Ecologia Urbana do Eixo Atlântico. Esta Agência terá como objectivo delinear estratégias coerentes de sustentabilidade urbana, através de estudos temáticos, análises estatísticas e multi-critério.

Durante o ano 2012 serão revistos e adaptados as Posturas Municipais relativas aos "Parques, jardins e arvoredos" e "Divagação de animais", assim como o Regulamento Municipal sobre a "Actividade de comércio a retalho exercida pelos feirantes na área do Município", aprovados na década de 90, optimizando a sua aplicabilidade e ajuste à realidade.

Integrado no Plano de Acção "Bragança Activa", está previsto para 2012 a construção do Parque Verde da Coxa, cujas obras estão orçadas em 199 mil euros.

Esta intervenção permitirá requalificar uma área que dá continuidade ao parque já existente, dotando-a com um conjunto de infra-estruturas adaptadas ao meio ambiente, como uma Charca e caminhos pedestres, pensando na preservação da natureza.





## **2.5. Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos**

### **2.5.1. Cultura**

Desde 1997 o Executivo tem definido como objectivo estratégico a implementação de uma política cultural capaz de escrever uma boa página da história do município, no sentido de enriquecer o património cultural concelhio, promovendo as artes do teatro, da música, da dança, da pintura e da escultura, promover o associativismo, robustecer a participação dos cidadãos, a cidadania e a democracia.

Bragança dispõe hoje de 5 museus, 3 bibliotecas públicas, Conservatório de Música, Escola de dança (obras em execução) e Teatro Municipal. A cidade cumpre assim de forma capaz o seu papel de ancoragem regional, no quadro do reforço da hierarquia urbana.

Nos próximos anos a programação cultural será concretizada num complexo exercício de equilíbrio entre a diminuição de recursos financeiros e a necessária regularidade e qualidade da programação, garantindo sustentabilidade nos diversos equipamentos e iniciativas culturais mais relevantes.

A Câmara tem vindo a desempenhar um papel dinamizador, coordenador e de apoio ao associativismo, mantendo um diálogo permanente e disponibilizando, dentro das suas possibilidades, os meios físicos, técnicos, financeiros e humanos necessários ao bom desenvolvimento de actividades que possam divulgar a riqueza cultural da região.

Paralelamente à preservação e defesa da nossa cultura, da nossa identidade, é essencial o conhecimento de outras realidades e outras culturas, pelo que deverá continuar a ser uma preocupação o garantir um relacionamento equilibrado com entidades e municípios, fomentando, nesta medida, a circulação de obras de arte, artistas e espectáculos que garantam um acréscimo cultural ao nosso concelho.

As parcerias têm sido implementadas, com sucesso, no Teatro Municipal com as diferentes parcerias e coproduções que trazem à cidade vários Festivais, no Museu Ibérico da Máscara e do Traje que tem tido um grande número de visitantes, cerca de 10.128 visitantes em 2011 (número real recolhido até final de Outubro), que referem este espaço como único e incomparável e no Centro de Arte Contemporânea Graça Morais com as várias parcerias que têm proporcionado, à população brigantina, excelentes exposições.

A nível das actividades culturais, importa, também, destacar a dinamização dos espaços de exposições, no Centro Cultural Municipal Adriano Moreira, com um número considerável de visitantes, com 3.897 visitantes em 2011, (número recolhido até final de Outubro), onde estiveram patentes excelentes exposições de artistas locais e nacionais, destacando as



*Handwritten signature and initials in the top right corner.*

exposições dos artistas António Santos, Marco Costa, Paulo Moura, de S. Tomé e Príncipe os artistas emergentes Eduardo Malé, René Tavares, Alex Keller e Adilson , "À descoberta das nossas raízes com Graça Morais", as exposições da Comemoração do Dia do exércitos, entre outras.

Para o próximo ano prevê-se a realização de exposições dos artistas Cala, José Arias, Jorge Pimentel, Manuel Trovisco, a Bienal do Eixo Atlântico, das escolas do concelho que, assim, têm a oportunidade de mostrar o trabalho realizado durante o ano lectivo; o Dia da Poesia, em colaboração com as escolas; o Festival de tunas feminina e masculina; o Festival da Lombada; o Festival de Folclore; o Festival Ibérico de Música Popular e o da Corda Perfeita, realizados estes últimos no Castelo, em colaboração com a Junta de Freguesia de Santa Maria; os concursos de presépios e de contos de Natal.



O melhor do mundo são as crianças dizia o poeta e é nas crianças que está o futuro; daí ser tão importante criarmos condições para que as crianças da nossa comunidade cresçam felizes e sobretudo cresçam bem formadas. A formação cultural é um pilar na formação geral do indivíduo. Alterando o formato do Dia Mundial da Criança, pensamos criar uma rede de eventos dedicados às crianças, intitulado Tempo para a Infância, onde elas sejam também sujeitos de criação. Escolhemos os primeiros dias de Junho, para organizar, em colaboração com as escolas dos vários níveis de ensino, várias actividades: espectáculos de teatro, dança, magia, ateliers que poderão proporcionar às crianças momentos de convívio, de fruição e de aprendizagem, nos vários espaços culturais (Teatro Municipal, Centro Cultural Adriano Moreira,



Biblioteca Municipal, Centro de Arte Contemporânea Graça Morais e Museu Ibérico da Máscara e do Traje) e outros.

Pensando, ainda, no público jovem e em colaboração com as Associações de Estudantes das escolas do concelho, organizar uma noite na altura do carnaval dedicada aos jovens.

Foi encontrado um novo formato para a anterior Feira do Livro a que chamamos de "Artes e Livros" onde serão dinamizados encontros com escritores, dando especial atenção aos escritores integrados na Academia de Letras de Trás-os-Montes; oficinas de escrita criativa; de ilustração; exposições bibliográficas; "provas de livros"; mesas redondas à volta dos livros; "livros aos molhos"; recitais e outras actividades em espaços públicos.

É nosso objectivo consolidar os projectos existentes e que aparecem, já, como referência do concelho e suporte da nossa identidade como as Festas da Cidade, que têm dinamizado o centro da cidade, nomeadamente a Praça Camões com espectáculos musicais e transformando este espaço num ponto de encontro.

A integrar as festas da Cidade, a Festa da História tornou-se um momento alto do mês de Agosto, com uma adesão surpreendente por parte dos artesãos da nossa região que marcaram presença com maior qualidade e inovação. Em relação ao número de visitantes, tem-se notado, de ano para ano, um aumento considerável, tendo havido, neste quinto ano da sua realização, um forte aumento da população visitante.

Em 2012, pretende-se alargar o espaço e o período da Festa da História, trazer novas temáticas e actividades que enriqueçam este evento, procurando, também, a participação da população da cidade, nomeadamente a população estudantil e os grupos de teatro existentes na cidade.

O Museu Ibérico da Máscara e do Traje já conquistou o seu espaço em termos de oferta turística na vertente cultural, tornando-se para o efeito um dos pontos de passagem obrigatórios para quem visita a cidade.

O trabalho desenvolvido tem sido uma constante quer em termos de divulgação quer em termos de actividades que propiciem o seu conhecimento e sensibilização para a temática que representa.

Entendemos que a missão deste espaço é sensibilizar, formar e educar para a criação de hábitos, para a instalação de rotinas para o lazer, contribuindo assim para um melhor conhecimento da máscara, dos trajes e das festas a ela associada.



Tratando-se de um equipamento cultural dotado de uma exposição permanente, o plano anual de actividades para 2012 tem como meta principal o aumento de visitantes, a conquista de novos públicos, a criação de actividades que potenciem a visita e sirvam de alavanca para uma maior e melhor divulgação do museu. Continuar-se-á o investimento do espólio com máscaras/trajes de populações em que as manifestações ligadas à temática ressurgiram.

Tentar-se-á, também, alargar o âmbito do Museu e o conhecimento /estudo sobre estas representações a nível europeu. Para a concretização desta proposta, a C.M.B., com a colaboração da Academia da Máscara, tem vindo a contactar entidades como Associações, Museus Etnográficos e Ayuntamentos de Espanha de forma a complementar o conhecimento nesta temática. Paralelamente, continuar-se-á a procurar outras manifestações da máscara, na expectativa de criar um projecto que envolva outros países europeus em que a temática da máscara está representada.

Tendo em atenção a importância de divulgar as nossas tradições e face às solicitações por entidades, municípios fora do nosso concelho, em 2012 pretende-se criar uma exposição itinerante ligadas à temática da Máscara que possa circular por escolas e outros espaços.

Em colaboração com a Academia Ibérica da Máscara pretende-se continuar com um Plano de Actividades que potencie a divulgação e o conhecimento das tradições ligadas com esta temática, integrando conferências e exposições.

Pretende-se realizar exposições temporárias ligadas à máscara e aos artesãos representados no museu. Cada mês ou mês e meio irão estar expostas algumas das peças mais representativas do artesão convidado. Esta iniciativa irá permitir dar a conhecer o trabalho desenvolvido pelos artesãos, assim como criar uma maior proximidade entre o artesão e o visitante do museu, exposições temporárias ligadas à temática da terra, onde se poderão expor pequenas peças de artesanato sob a temática de utensílios e meios para trabalhar a terra, podendo haver articulação com os museus rurais de Palácios, Caravela, Mós, Babe e Rio Frio para expor algumas das peças existentes nestes museus de modo a promover, também, estes espaços e potenciar a sua visita.

Integrando o Serviço Educativo do Departamento de Educação, Social e Cultural, far-se-ão, ao longo do ano, oficinas/ateliers com os alunos das escolas do concelho ligadas a eventos ou exposições que estarão patentes em outros espaços, visitas guiadas e outras actividades de modo a dar a conhecer aos mais jovens as nossas tradições.

O Centro de Arte Contemporânea Graça Morais, nos três anos de actividade, tem projectado culturalmente e turisticamente a nossa cidade a nível nacional. Este espaço tem sido, desde a



sua inauguração, em Junho 2008, uma referência a nível do seu espólio e, obviamente, a nível da sua arquitectura. É amplamente procurado pelos visitantes que se deslocam a Bragança e pelo público escolar que tem aderido amplamente, inscrevendo-se nas visitas guiadas. Até Outubro de 2011, foram realizadas 122 visitas guiadas.

Continuará a desenvolver a sua principal missão que é a sensibilização e promoção do conhecimento da arte contemporânea nacional e internacional, em geral, e da obra da pintora Graça Morais, em particular, através de um programa de exposições temporárias (colectivas e individuais), reforçado por outras iniciativas de âmbito pluridisciplinar, como as oficinas de prática artística, visitas guiadas, palestras, publicações, oficinas, concursos. Na missão do equipamento, está também a constituição de uma colecção de arte, feita a partir de aquisições ou doações.

Á semelhança do ano transacto, o programa expositivo de 2012 procurará manter a mesma incidência na obra de alguns dos artistas mais significativas da contemporaneidade. Procurará pautar-se pelo mesmo patamar de qualidade que temos vindo a apresentar até aqui. A par de exposições individuais, isto é, centradas na obra de alguns dos artistas mais significativos da contemporaneidade portuguesa, como Alberto Carneiro ou Pedro Calapez, ou um dos maiores nomes do abstraccionismo espanhol Luís Gordillo, farão, também, parte do programa para 2012 e uma exposição colectiva com obras da Colecção da Fundação EDP.

Algumas das exposições terão também a curadoria de importantes nomes da história e da crítica de arte portuguesa como Bernardino Pinto de Almeida e João Pinharanda.

Prevê-se apresentar, ao longo do ano de 2012, quatro exposições temporárias, sendo, como até aqui, três meses o período médio de exibição para cada. Para cada exposição está prevista a edição de um catálogo. A programação procurará, ainda, sempre em concordância com a artista, a renovação do Espaço Graça Morais a partir de exposições temáticas. Esta renovação da Colecção Graça Morais acontecerá em 2012 pelo menos três vezes: em Janeiro, em Junho e em Outubro.

Tendo, sempre, como ponto de partida cada uma das novas exposições, pretendemos este ano, no âmbito do Serviço Educativo, manter actividades como a visita/jogo e a visita guiada e oferecer outro género de actividades, como oficinas temáticas de prática artística para crianças. Estas, como a visita/jogo, terão as exposições como referência ou ponto de partida, e funcionarão em período de pausa lectiva, dias temáticos, ou ao fim de semana.

No âmbito do Serviço Educativo fazem ainda parte um conjunto de actividades específicas a serem dinamizadas ao longo de todo o ano em alguns dos dias temáticos como o Dia



*Handwritten signatures and initials in the top right corner.*

Internacional dos Museus, o Dia Mundial da Criança ou as Férias Desportivas e Culturais da CMB.

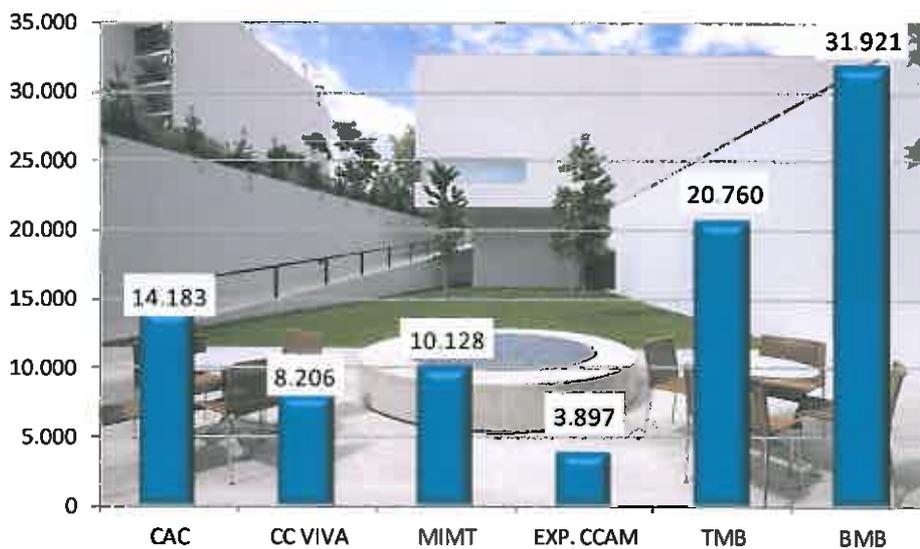
A acção educativa e formativa deste equipamento passará, também, pela organização de visitas a exposições nacionais e internacionais, oferecendo à comunidade em geral a possibilidade de conhecer outras realidades artísticas

Os projectos pontuais têm vindo a ocupar um lugar de destaque. Esta rubrica que compreende uma grande diversidade de iniciativas, instalações, concursos, concertos descentralizados do Teatro municipal, performance, oficinas/ateliers, conferências entre outras, será também uma área a ter em conta.

À semelhança dos anos anteriores, o dia do 4º aniversário do Centro de Arte, 30 de Junho, será celebrado não apenas com a apresentação de duas novas exposições, mas também com um programa de manifestações artísticas.

O número de visitantes nos diferentes equipamentos culturais, registado até ao mês de Outubro de 2011 é apresentado no gráfico 12:

**GRÁFICO 13: Visitantes nos equipamentos culturais**



O Teatro Municipal de Bragança entra no seu nono ano de actividade, obedecendo a princípios e valores pautados pela qualidade, tendo, já, entrado no quotidiano dos Brigantinos. No entanto, continuaremos a redobrar forças para fazer melhor, sempre com um objectivo de prestar um serviço público de qualidade. Em 2011, 20.760 pessoas (número recolhido até final de Outubro), assistiram aos diversos espectáculos que se apresentaram neste equipamento. A



nossa opção foi, desde o início, oferecer ao público espectáculos de qualidade, sem ceder aos caminhos mais fáceis que poderiam levar a uma falsa conquista de públicos. Entendemos que um Teatro Municipal, enquanto serviço público, deve prestar efectivamente um serviço público à sociedade, contribuindo para o seu enriquecimento, formação, educação e lazer de uma forma edificante e positiva.

Queremos o melhor para a cidade e por isso continuamos a ter as preocupações e objectivos de sempre: educação e formação de públicos; fidelização e conquista de novos públicos; qualidade artística, técnica e logística nos serviços prestados.



Em 2012 queremos ainda ir mais longe. Estamos num momento difícil é certo. O nosso País, a Europa, o Mundo atravessam momentos de grande perturbação que nos deixa a todos apreensivos e preocupados, mas mais uma razão para sermos determinados. Os momentos de crise são também momentos de grandes oportunidades.

O Teatro Municipal será mais do que nunca um espaço que saberá encontrar o caminho certo neste momento de crise, saberá gerir os recursos humanos, financeiros e materiais, e do menos fará mais; naturalmente que reduziremos na programação, mas a oferta será sempre maior do que a procura; só assim combateremos a crise, só assim manifestaremos a nossa vontade de mudar, de estar presente no quotidiano dos brigantinos, de cumprir um serviço



*Handwritten signatures and initials in the top right corner.*

público de qualidade que tanto prezamos, de ser um espaço de lazer onde todos se sintam bem e usufruam dos momentos de fruição cultural que queremos proporcionar.

Acreditamos neste projecto e acreditamos no rumo que traçámos para o Teatro Municipal de Bragança e por isso o entusiasmo, a disponibilidade e a entrega ao projecto artístico que abraçamos se mantêm em toda a equipa para além das vicissitudes e constrangimentos de percurso por vezes difíceis e desmotivadoras.

Esforçamo-nos para que o público receba o nosso projecto com o mesmo entusiasmo com que nós o pensamos. Queremos que o público aguarde cada temporada com expectativa, com curiosidade, com vontade de usufruir das propostas que apresentamos.

O plano anual de actividades para 2012 é o plano possível para um ano de crise em que teremos de ter todos muita atenção ao rigor, à contenção orçamental, à redução de custos. Mas nem por isso deixa de ser um programa ambicioso, inovador, motivador. Com ele pretendemos alcançar vários objectivos: aumentar o número de espectadores; conquistar novos públicos; envolver a comunidade em projectos artísticos próprios / Criação artística; proporcionar aos jovens formação artística; criar com Instituições da cidade e do concelho parcerias artísticas; assumir coproduções artísticas com companhias de prestígio e qualidade reconhecidos, que tragam mais valias ao TMB, à cidade, à região; acolher residências artísticas; aumentar a visibilidade do TMB a nível local, regional e nacional como espaço de lazer, fruição e cultura de acesso a todos.

A programação para 2012 foi criteriosamente pensada e reflectida, tendo em conta estes objectivos. Como base de sustentação do projecto artístico do TMB apresentaremos ao longo do ano espectáculos de qualidade que abrangem todas as artes de palco. A escolha e selecção dos projectos obedecem a objectivos estéticos e artísticos definidos e que constituem o cerne do projecto artístico do Teatro Municipal de Bragança.

Teatro, Dança, Música, Artes de Palco em geral continuarão a constituir a base da programação anual. A escolha dos espectáculos, da responsabilidade da direcção artística, será sempre pautada pelos critérios previamente definidos tendo sempre presente critérios de qualidade, a educação e formação de públicos e indo sempre que possível ao encontro dos desejos desses mesmos públicos para que a sua fidelização possa acontecer. Contaremos com a presença de companhias nacionais apostando cada vez mais nas parcerias e na programação em rede como forma de rentabilizar custos.

Queremos dar especial atenção à infância e à juventude proporcionando-lhe momentos de lazer, propondo actividades em parceria com Escolas e Instituições locais e à formação nas



diferentes áreas artísticas, elegendo como público-alvo crianças e jovens. Por isso acolheremos oficinas, workshops, ateliers em todas as áreas artísticas e artes de palco.

Manteremos parcerias artísticas e programação em rede com os nossos parceiros da Rede Nacional de Teatros, com o Teatro Nacional de S. João do Porto com o Teatro Nacional D. Maria II de Lisboa e com a Companhia nacional de Bailado.

Também já fazem parte da história deste espaço os três festivais anuais que co-produzimos com o Teatro de Vila Real: FAN – Festival de Ano Novo; 27 – Festival Internacional de Teatro e Douro Jazz. Porque se têm revelado grandes êxitos e têm contado com a adesão do público que anualmente ocorre a estes eventos manteremos o formato de todos eles.

Noites Frias. Vozes Quentes – Festival de música intimista para aquecer as noites de Fevereiro. Festival de pequeno formato que foi um êxito no ano em que se realizou e que, a baixo custo, recuperamos para a próxima temporada.

Teatro e Comunidade - Manteremos e desenvolveremos o projecto de Formação e Criação artística em parceria com o Teatro da Garagem, que envolverá a comunidade brigantina em geral e a comunidade escolar em particular. Este projecto tem a sua génese na cumplicidade artística que existe desde 2005 entre o Teatro Municipal de Bragança e o Teatro da Garagem e desde então temos vindo a apresentar espectáculos conjuntos onde participam atores amadores brigantinos e atores profissionais do Teatro da Garagem. Pretendemos com este projeto envolver a Comunidade com o Teatro e com as Expressões Artísticas; sensibilizar pessoas, instituições, escolas e população em geral para a importância da educação estética e artística; despertar o interesse pela arte e pelo ensino artístico; fazer do Teatro Municipal de Bragança um teatro com identidade. O projecto em 2012 terá lugar ao longo do mês de Abril e integrará o 27-festival internacional de teatro. Manteremos o Palco na Praça no mês de Julho.

Continuaremos a fazer visitas guiadas para os grupos / escolas / instituições que as solicitam e procuraremos fazê-las também periodicamente para o público em geral, especialmente em épocas festivas em que turistas e forasteiros visitam a cidade e a região.

Por fim e como vem sendo hábito e porque entendemos que o Teatro Municipal tem também essa missão, daremos voz e visibilidade à programação local e regional; nesse sentido continuaremos a apresentar no palco do TMB: Cantar dos Reis; Mostra de Teatro Escolar; Gala das Escolas; Festival de Tunas Feminino e Festival de Tunas Masculino; Coral Brigantino; Gala Final das Escolas de Dança da cidade; Audição final do Conservatório de Música; Festa da Música.



Abriremos o foyer à performance e aos happenings a custo zero com várias actividades:

- Venha ao bar tomar teatro – semanalmente com o TEB – Teatro de Estudantes de Bragança – um espaço para café-teatro.
- 3 dedos de conversa - conversas após os espectáculos com intérpretes e / ou criadores.
- Exposições - apresentando obras e peças de artistas locais, trimestralmente.
- Antes que a noite venha – tertúlias mensais temáticas ao final da tarde.
- Música de Lés a Oés - Projecto de descentralização e promoção da música – Liderada pelo Teatro de Vila Real, o Teatro Municipal de Bragança e a Escola de Música de Espinho apresentaram esta candidatura ao QREN. Serão promovidas nesta programação em rede áreas como o jazz, a música clássica ou erudita, a música tradicional ou a “nova música portuguesa”, o fado, o pop e o rock, a world music e todos os subgéneros nacionais e internacionais para que concorrem a multiplicidade de interesses e a criatividade humana. O resultado da candidatura não foi ainda tornado público.

A Biblioteca Municipal de Bragança deve continuar a constituir-se como um centro de leitura e de pesquisa privilegiado para a comunidade. Tem como objectivo primordial fornecer o gosto pela leitura e contribuir para o desenvolvimento literário da população que procura este espaço. Recebe, diariamente, dezenas de utilizadores, cada vez mais exigentes, tornando-se necessário continuar o melhoramento do acervo da biblioteca e da biblioteca infantil em material livro e não livro, desenvolvendo, paralelamente, projectos de atracção dos jovens ao espaço como o concurso do Conto de Natal, a visualização de filmes para crianças, a hora do conto, sempre que solicitada e no espaço da Biblioteca, comemoração de eventos relevantes do ponto de vista sociocultural através da exposição de material informativo, tertúlias com escritores e uma ligação com os outros espaços culturais municipais.

Numa verdadeira concertação de iniciativas com as escolas através do SABE (Serviço de Apoio às Bibliotecas Escolares) daremos prioridade a três pontos fundamentais: fortalecer a articulação Biblioteca Municipal e as Bibliotecas Escolares promovendo o intercâmbio, a interacção dos objectivos comuns e a construção de um catálogo comum de modo a que os utentes possam ter conhecimento do acervo de todas as bibliotecas e a não duplicação do material livro e não livro, e a concretização de um plano anual de actividade conjunto; investir, através de actividades lúdicas/pedagógicas na construção de um todo mais igualitário, levando as mesmas oportunidades ao meio rural, ajudando na consolidação e formação de novos leitores, através de acções de incentivo à leitura e à escrita; otimizar os recursos existentes na Biblioteca Municipal através de uma consciente política de aquisição de material livro e não-livro, tornando os serviços da Biblioteca Municipal uma realidade ao serviço da promoção dos Bragançanos e da Cidadania.



Desde a sua abertura, a Biblioteca Municipal tem desenvolvido um trabalho positivo, tornando-se um espaço de estudo, de pesquisa, que tem acolhido cada vez mais utentes. No ano de 2011, (número recolhido até final de Outubro), o seu espaço foi procurado por 31.921 utilizadores (número recolhido até final de Outubro).

Várias actividades serão concretizadas, comemorações de dias; semanas ligadas às Bibliotecas; troca de livros entre as bibliotecas e outras com a finalidade de promover o gosto pela leitura nas várias camadas da população, nomeadamente com os projectos o “Livro em Movimento” nas Escolas do concelho e noutras instituições – “Leituras Partilhadas”, os “Escritores vão à Escola” etc. Este espaço deverá, também, servir à divulgação de obras locais e regionais, bem como de todas as publicações da Câmara Municipal de Bragança e de outros Municípios. Dar-se-á continuidade à parceria com a Academia de Letras de Trás-os-Montes através de tertúlias temáticas, na última quinta-feira de cada mês

Em 2009, Bragança acolheu um reforço nos equipamentos culturais da cidade, a Biblioteca Adriano Moreira, fruto da generosa doação do Professor Adriano Moreira ao Município de Bragança.

Trata-se de um equipamento cultural para consulta e leitura, dos cidadãos em geral e, de forma muito particular, aos investigadores do Ensino Superior, que já conta com um catálogo editado em formato de papel e on-line na página desta Biblioteca, onde o público poderá consultar o espólio desta Biblioteca.

No âmbito do Programa Operacional da Região Centro foi apresentada candidatura para implementação do Núcleo Museológico Ferroviário, sendo a parceria constituída pela Fundação Museu Nacional Ferroviário, a Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, e os Municípios de Águeda, Bragança, Cabeceiras de Basto, Chaves, Entroncamento (Chefe de Fila), Estremoz, Valença, Vila Nova de Famalicão, Lagos e Santarém.

A candidatura está condicionada pelo facto de integrarem a parceria entidades de distintas regiões e conseqüentemente de diferentes Comissões de Coordenação e Desenvolvimento, situação que poderá inviabilizar a aprovação da referida candidatura.

Não obstante, e caso as Comissões de Coordenação de Desenvolvimento envolvidas no projecto emitam parecer favorável e se verifique a aprovação da candidatura, serão iniciadas as obras de adaptação do espaço para instalação do referido Museu, prevendo-se que as mesmas apresentem um custo global de 300.300,00€.



*Handwritten signatures and initials in the top right corner.*

No Centro Histórico (Rua Serpa Pinto) estão em curso as obras de reabilitação de um imóvel para instalação da sede das Associações em Santa Maria. Inseridas no Plano de Acção "Bragança Activa – Requalificação e Dinamização do Centro Histórico", a referida intervenção representa um investimento global de 229.919,40€.

No sentido de ser avaliada a possibilidade de apresentação de uma candidatura transfronteiriça do património histórico-cultural de Bragança e Zamora a Património Mundial da Unesco, está em fase de elaboração um estudo de viabilidade, sob responsabilidade de duas equipas de trabalho multidisciplinar, que integram elementos de Portugal e Espanha, fazendo ainda parte um especialista italiano, consultor da UNESCO, coordenadas pela Fundação Hispano Portuguesa Rei Afonso Henriques e pelo Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade (CEPESE).

Encontra-se em início de implementação o projecto "Biosfera Transfronteiriça", aprovado no âmbito do Programa Operacional de Cooperação Transfronteiriça Espanha Portugal - POCTEP, processo dirigido pelo ZASNET – AECT (Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial).

Este projecto prevê a conservação, protecção e valorização das áreas naturais transfronteiriças da Rede Natura 2000, a definição dos recursos naturais para uma gestão conjunta e a promoção de uma candidatura à UNESCO, no âmbito do programa "Man and Biosphere", para a classificação da região como Reserva de Biosfera.

### **2.5.2. Desporto, Recreio e Lazer**

Sob o lema "Alma Sã em corpo São", o Município de Bragança continuará a investir na área do desporto, como forma de promover a saúde e bem-estar dos cidadãos de todas as idades.

Será dada continuidade à política desportiva do município cimentada na colaboração com os clubes e associações desportivas, apoiando-os logística e financeiramente, tendo por base a contratualização de acções e objectivos. Contudo, esta colaboração assenta num espírito de exigência e de rigor na avaliação do cumprimento dos termos dos acordos, no sentido de uma maior selectividade nos apoios a conceder e na exigência da aplicação dos recursos públicos.

Continuaremos a apostar na realização de eventos desportivos de elevado nível, de modo a estimular a prática desportiva na área da competição e a adesão dos cidadãos, integrando um grupo de actividades especiais, em que o Município desenvolve animações pontuais de dimensão aproveitando as datas comemorativas temáticas da saúde e do desporto, concentrando num local, um vasto conjunto de actividades abertas a toda a população,



correspondendo a momentos de destaque do programa e simultaneamente divulgação do mesmo.

Promoveremos a comemoração do Dia do Desporto com a realização de 3ª Prova de Triatlo - Regional e Popular - e a concessão de acesso gratuito a todos os equipamentos desportivos a fim de sensibilizar e incentivar a população para a prática da actividade física.

Procurando repetir os êxitos das edições anteriores, será dada continuidade à organização da "Maratona de Fitness Cidade de Bragança", trazendo a dança e o movimento para a rua, apostando na presença de instrutores de alto nível, e à organização do Torneio Internacional de Natação Cidade de Bragança em que, enquadrada nas actividades promovidas pela Associação Regional de Natação do Nordeste, a Câmara Municipal convida clubes e escolas de natação para participar com os atletas federados na Associação Regional de Natação do Nordeste/Federação Portuguesa de Natação numa jornada de convívio e de teste às capacidades individuais.

Assegurar-se-á o apoio e a colaboração necessários ao Ginásio Clube de Bragança para a organização de mais uma edição da "Milha das Cantarinhas", nas suas várias componentes (Milha Escolar/Mini-Milha, Milha Popular e Milha Principal), prova de Atletismo de carácter nacional que conta com a participação dos melhores atletas nacionais da categoria.

Na perspectiva de procurar que as gerações mais novas possam dar continuidade à tradição de várias gerações e de permitir que os mais velhos possam reviver bons momentos passados, será organizada mais uma edição do Encontro de Jogos Tradicionais que será a décima terceira.

Numa tentativa de despertar a atenção de um maior número de pessoas para a prática da Hidroginástica, como disciplina promotora da melhoria da coordenação motora e de relaxamento, contribuindo para uma melhor qualidade de vida dos indivíduos, organizaremos uma Maratona de Hidroginástica, na Piscina Municipal, aberta a toda a comunidade brigantina.

O Pavilhão e as Piscinas Municipais de Bragança serão o palco da 5ª edição do projecto "Bragança Activa", com o objectivo de sensibilizar os participantes para os benefícios da prática regular da actividade física, contribuindo para uma sociedade mais saudável, mais ativa e com mais qualidade de vida, de promover a socialização e o convívio entre os participantes, bem como de ensinar a melhorar a postura corporal no dia-a-dia. Decorrerá no mês de Maio, mês dedicado ao coração e aos doentes hipertensos, e tem o apoio técnico nas áreas da dietética e da fisioterapia na realização de uma sessão de esclarecimentos sobre regras alimentares, aquisição de estilos de vida saudáveis e na avaliação e minimização de problemas



relacionados com movimento do corpo humano. A 4.ª edição, realizada em 2011 contou com a participação de 120 pessoas.

Nesta perspectiva da melhoria da saúde e da qualidade de vida da população da cidade de Bragança, de Janeiro a Junho e de Outubro a Dezembro de 2012, decorrerá o programa de actividade física regular Mexa-se em Bragança, direccionado para indivíduos entre os 35 anos e os 65 anos de idade, que promove o aumento da prática regular de actividade física e a prevenção secundária da Diabetes Mellitus Tipo 2.

Ainda neste âmbito de proporcionar hábitos de vida saudável para toda a população, o projecto Bragança Saudável foi uma aposta ganha com as suas diversas actividades, principalmente nas caminhadas realizadas na área rural do concelho, momentos de exercício, de contacto com a natureza e de convívio entre os vários intervenientes e as Juntas de Freguesia que se associaram a este projecto.

Sendo um programa inicialmente elaborado para quatro anos, face à adesão e ao sucesso deste projecto (ver tabela e gráfico seguinte), foi decido continuar a desenvolver este projecto procurando integrar um conjunto de parcerias com diversos clubes, associações desportivas, estabelecimentos de ensino e outras entidades da área do desporto e da saúde.

Caminhadas rurais	2006	2007	2008	2009	2010	2011 (Out.)
N.º de Participantes	416	811	820	1267	409	850
N.º de Caminhadas	14	17	15	16	10	18

O Bragança Saudável continuará a estimular a população a fazer actividade física como meio de ocupação dos seus tempos livres, numa vertente de recreação e lazer, promovendo um conjunto de actividades desportivas cuja relação directa com a natureza está muito próxima.

Deste modo, os participantes poderão explorar os espaços naturais do concelho e, simultaneamente, melhorar a sua saúde e viver momentos de agradável e salutar convívio, através da criação de hábitos de prática de uma actividade desportiva regular.

Pretendemos, contudo, evoluir neste projecto, trazendo a população da área rural a percursos urbanos, complementando-os com visitas aos espaços culturais da cidade e com actividades de interesse, retribuindo, assim, os momentos que esta área geográfica tem vindo a oferecer ao longo dos percursos rurais.

Dispensando um conjunto de serviços, no âmbito da aprendizagem, do aperfeiçoamento e do desenvolvimento das actividades aquáticas através da natação para bebés, adaptação ao meio



aquático, aprendizagem das técnicas, aperfeiçoamento e escola de natação, bem como na componente lúdico-recreativa através da hidroginástica e deep water, a Piscina Municipal procura atingir uma diversidade de utentes cada vez maior atendendo às particularidades dos vários segmentos etários.

Apesar das dificuldades existentes na deslocação de crianças/jovens, devido à implementação da Escola a Tempo Inteiro, que se manifestaram, nos últimos anos, na falta de grupos dos ATL na piscina, em regime livre, tem aumentado o número de utilizadores das piscinas. Em 2011, 36.539 utilizadores (números recolhido até final de Setembro) frequentaram este equipamento desportivo.

O Pavilhão Municipal foi frequentado por 27.345 em 2011 (números recolhidos até final de Setembro) e o Campo do CEE por 17.784.

Prosseguindo objectivos de dinamização do desporto, de prática da actividade física e da ocupação dos tempos livres de crianças, jovens e adultos, as associações e clubes desempenham uma função social fundamental, induzindo comportamentos, desenvolvendo vocações e proporcionando aos seus associados e atletas gratificantes experiências de participação e envolvimento comunitário.

É, por isso, nuclear para o interesse público que o Município de Bragança durante o ano de 2012 continue a apoiar e cooperar com estas associações e clubes, através da concessão de apoios financeiros, técnicos ou logísticos, de forma criteriosa, a exemplo do que vem fazendo ao longo dos últimos anos.

Numa perspectiva de promoção da igualdade de oportunidades entre a população residente na cidade, vila e aldeias do concelho, pretende-se dar continuidade ao projecto, iniciado no ano transacto, de actividades desportivas para a população sénior do concelho de Bragança, em colaboração com as Juntas de Freguesia, e um torneio de Futsal Inter-Freguesias do Concelho de Bragança visando a promoção da prática da actividade desportiva e do convívio saudável e generalizado a toda a população das freguesias, o desenvolvimento das competências individuais e o fomento do sentimento da amizade.

Na componente de manutenção e beneficiação das infraestruturas desportivas será realizada a substituição do piso do Pavilhão da Bancada do Estádio, para além dos trabalhos de manutenção do relvado do Estádio Municipal, do Campo do Trinta e do Campo do C.E.E., e da Piscina Municipal.



*Handwritten signature and initials*

Ao nível dos investimentos a concretizar em 2012, no projecto 111/2002 "Construção de Equipamentos e Infra-estruturas diversas" está contemplada a substituição do piso do pavilhão da bancada do Estádio Municipal, devido ao actual estado de degradação que dificulta a prática desportiva, assim como trabalhos pontuais de manutenção dos actuais equipamentos desportivos.

Devido à actual conjuntura económica e financeira que o país atravessa, o projecto de construção do Parque de Lazer e Recreio da Quinta da Trajinha – PORTANORTE - deverá ser ajustado e dimensionado, por forma a ser exequível a curto prazo.

Deste modo, numa primeira fase, e logo que obtido financiamento comunitário dar-se-á início às obras de construção das infra-estruturas, por forma a criar um espaço multifuncional de recreio, lazer e desporto para munícipes e turistas.

Nas piscinas municipais prevê-se a substituição das portas da entrada, no sentido de melhorar a eficiência energética do edifício e evitar eventuais desperdícios com a entrada e saída de utentes.

No âmbito do projecto de reconversão do Forte S. João de Deus, a zona do actual Campo do Trinta está previsto que seja requalificada, construído um moderno e funcional complexo desportivo, constituído por um campo de futebol relvado, com bancada parcialmente coberta e capacidade para cerca de 600 lugares sentados.

Para além desse importante equipamento desportivo, será construído um novo Pavilhão Polidesportivo, estruturado para permitir a instalação de um palco para espectáculos, congressos ou para conferências.

A norte do pavilhão será construída uma pala, de grande desenvolvimento, que funcionará como espaço público coberto, sendo a antecâmara do pavilhão mas simultaneamente uma nova praça urbana.

A nascente surgirá uma área habitacional, de comércio e de serviços, constituída por quatro edifícios, com r/c e 4 pisos, prevendo-se um total de 76 fogos.

Todo o espaço sobranete será tratado como arranjo exterior, com intensa arborização, estacionamento de apoio e zonas de lazer.



Para o ano de 2012 está prevista a elaboração dos projectos para execução das obras de construção do pavilhão e campo de futebol.

No projecto *“Apoio à construção de polidesportivos”* do PAM está inscrita a verba de 35.000,00€ para apoio ao eventual início de construção de equipamentos desportivos em Donai e Salsas.

No que concerne aos subsídios a conceder às Associações Desportivas serão reduzidos em 50%, fruto da actual conjuntura económica desfavorável que o país atravessa e à consequente escassez de recursos financeiros.

Está prevista no PAM um apoio financeiro para apoio à construção do parque desportivo de Santa Apolónia, cujo promotor é o IPB.

Este projecto, já em execução, está integrado no plano de acção *“Bragança Activa”* e visa a construção de um Parque Desportivo constituído por um campo de futebol e dois campos de jogos multi-usos, apresentando um custo global de 673.990,80€, co-financiada em 85% pelo FEDER.

O Município de Bragança apoiará 50% da componente nacional, correspondendo a 50.549,31€. Em contrapartida, o IPB permitirá a utilização do equipamento por cidadãos e instituições do concelho, mediante protocolo de colaboração a ser celebrado entre as duas instituições.



## Funções Económicas

*"O único lugar onde sucesso vem antes do trabalho é no dicionário"*  
Albert Einstein

### 3.1. Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca

Face à significativa dimensão territorial rural do Concelho e a importância socio-económica que o sector representa para muitas famílias residentes no município, a autarquia tem dado uma especial atenção ao sector agrário, tendo, nos últimos anos, criado infra-estruturas ansiadas, há muito, pelos agricultores e que constituem contributos decisivos para uma maior valorização dos produtos locais e consequentemente para uma melhoria dos rendimentos e bem-estar das famílias do espaço rural.

A nível da qualificação do espaço público nas aldeias e vila do Concelho elevados investimentos foram efectuados, sobretudo a nível de infra-estruturas básicas e de lazer, fundamentais para um nível de desenvolvimento Rural desejado.

A nível do sector produtivo, a autarquia concretizou investimentos nunca antes conseguidos de forma a dotar o Concelho de modernos equipamentos impulsionadores do reforço da actividade económica, sendo exemplo o Matadouro Municipal, o Mercado Municipal e a Casa do Lavrador. A Autarquia tem-se empenhado, igualmente, na realização de eventos com o objectivo de promover e valorizar os produtos locais, na região e no estrangeiro, sendo de destacar a Norçaça, Norpesca e Norcastanha.

Também a Feira das Cantarinhas, Concurso Concelhio de Raça Mirandesa e as lutas de Touros constituem um empenhamento da Câmara na animação da economia agrária do Concelho.

Porque entendemos o sector agrário como um pilar do desenvolvimento de qualquer região ou país, continuamos a lutar para que este sector, tão importante no nosso concelho, não seja abandonado e que as suas organizações sejam mais fortes, que a paisagem rural se mantenha humanizada e as condições de vida no meio rural sejam melhores.

No âmbito do desenvolvimento rural sustentável do Concelho, devem ser equacionadas novas oportunidades de rendimento para a população rural e/ou seus legítimos representantes, na exploração de recursos naturais (ar, água, sol), nomeadamente na produção de energias limpas.



O forte empenhamento da autarquia na defesa dos interesses da população rural, aquando da aprovação do Plano de Ordenamento do Parque Natural de Montesinho, constitui uma prova da importância que o meio rural tem para a economia concelhia. Procuraremos, neste campo, colaborar com as Juntas de Freguesia de forma a potenciar os recursos existentes.

Continuaremos a reivindicar a construção da barragem de Parada, um fortalecimento dos Serviços do Ministério de Agricultura em Bragança bem como uma nova forma organizativa de exploração da maior Zona de Caça Nacional (Lombada).

Procuraremos, através do programa PROVERE (Programa de Valorização Económica de Recursos Endógenos), fomentar as parcerias necessárias para uma maior promoção e valorização dos recursos locais.

## **3.2. Indústria e Energia**

### **3.2.1. Iluminação Pública**

Nesta área, pretende-se continuar os trabalhos de melhoria da iluminação pública no concelho, por intervenção directa do Município ou em colaboração com outras entidades.

Em 2011 procedeu-se à melhoria e reestruturação do reforço de rede na aldeia de Carragosa. Estão a decorrer trabalhos de eliminação das linhas aéreas de linha de Média Tensão desde da subestação de Bragança e Bairro do Vale Churido, substituindo-as por linhas subterrâneas, trabalho em que todos os anos nos temos empenhado, estando quase “limpa” a cidade destas linhas, trabalho de que resulta um bom impacto positivo. Ocorrem trabalhos de remodelação nos PT da escola Paulo Quintela, São Sebastião, Sá Carneiro e Bairro do Pinhal.

No âmbito da concessão, as previsões de investimento a efectuar pela EDP no período 2012-2013, compreendem, entre outros, a deslocação de 1 posto de transformação existente no largo junto a sede da junta de Freguesia de Izeda, a construção de novos postos de transformação nas aldeias de Nogueira, Donai e Sortes, Salsas, Cruzamento Vale de Lamas e Gostei. Prevê-se ainda a reestruturação de algumas redes antigas em fio de cobre existentes nas aldeias de Meixedo, Sacoias, Gimonde, Bairro Campo Rodondo, Calvelhe e Babe. Está ainda previsto a construção de uma linha AT (60 KV) entre as subestações dos Olmos (Macedo de Cavaleiros) e Bragança, no sentido de garantir melhor qualidade e segurança no fornecimento de energia, o que beneficia todos, em particular as empresas



*Handwritten signature and initials*

Foi aprovada uma Candidatura ao QREN, através da Associação de Municípios da Terra Fria Nordeste Transmontano: "Redução da factura energética na rede de iluminação pública – instalação de reguladores de fluxo luminoso", no valor de cerca de 500.000€, na qual está prevista a instalação de 50 equipamentos em Postos de transformação da aérea urbana, que permitirá uma redução, de cerca de 30%, da facturação de iluminação pública.

### 3.2.2. Energia

No sector da energia está em fase instalação, no Centro de Ciência Viva de Bragança, uma central de mini-produção baseada numa micro central hidroelétrica de 50 KW destinada a produção de energia eléctrica, para utilização do edifício e venda do excedente à EDP, utilizando o sistema adutor da antiga central eléctrica do Fervença. No âmbito deste projecto, serão instalados "interfaces" informáticos para fins didácticos. Prevê-se a sua entrada em serviço no primeiro trimestre de 2012, e uma receita de produção de 10.000 €.

Cientes da importância da poupança de energia e da necessidade de uma política energética concertada para o município, foi elaborado o "Plano de Acção para a Eficiência Energética do Município de Bragança". Este documento define as acções a desenvolver pelo município no futuro, tendo em vista a melhoria da eficiência energética, medidas que começarão a ser implementadas no início do ano de 2012.

No ano de 2009, foi executada uma intervenção de fundo na manutenção dos sistemas mecânicos das centrais de Gimonde, Montezinho e Prado-Novo. No ano de 2010, foram intervencionados os alternadores das centrais de Montezinho e Prado-Novo. Prevê-se no ano de 2012, a intervenção de manutenção nas celas de Média Tensão e a instalação de equipamentos de supervisão e gestão dos alarmes via SMS, optimizando a operacionalidade das mesmas e por consequente a produção.

Serão asseguradas as tarefas associadas à gestão dos vários equipamentos municipais nomeadamente, dos semáforos, das fontes luminosas, e outros equipamentos eléctricos e mecânicos sob responsabilidade da Câmara Municipal.

Prevê-se para o ano de 2012, a conclusão da instalação de equipamentos de tecnologia de LEDs minimizando assim os consumos de energia nos semáforos e no túnel da Av. Sá Carneiro.



No seguimento da alteração de regime de facturação da energia reactiva, prevê-se a instalação de equipamentos de correcção da energia reactiva em todos os equipamentos municipais alimentados em Baixa Tensão Especial ou Média Tensão.

### 3.2.3. Estabelecimentos Industriais

Já referido, o Município de Bragança irá ampliar a Zona Industrial da Cidade, a norte da ocupação já existente, por forma a dar resposta à previsível procura, após conclusão das novas acessibilidades à região e de acolhimento de iniciativas industriais com origem no Parque de Ciência e Tecnologia.

Assim, o projecto prevê a constituição de 46 lotes, destinados 45 deles a indústria e um posto de abastecimento de combustível, bem como a criação de infra-estruturas capazes de servir directamente o espaço urbano e as edificações, designadamente arruamentos viários e pedonais, redes de esgotos, abastecimento de água, electricidade, gás e telecomunicações, e ainda espaços verdes e outros espaços de utilização colectiva.

ÁREA TOTAL DE TERRENO A LOTEAR	303.023 m <sup>2</sup>
NÚMERO DE LOTES	46
ÁREA TOTAL DE LOTES	132.496 m <sup>2</sup>
LOTES DE 1.770 m <sup>2</sup> a 4.982 m <sup>2</sup>	Com possibilidade de junção de dois ou mais
ÁREA MÁXIMA TOTAL DE IMPLANTAÇÃO DAS CONSTRUÇÕES	46.238 m <sup>2</sup>
ÁREAS DAS CONSTRUÇÕES	756 m <sup>2</sup> a 2 058 m <sup>2</sup>
ÁREA TOTAL DE CONSTRUÇÃO	55.480 m <sup>2</sup>





Prevê-se iniciar a execução da obra durante o 3.º trimestre de 2012, após apresentação de candidatura a fundos comunitários, sendo o prazo previsto para a sua concretização de 18 meses.

Foi assinado, no dia 20 de Julho, o contrato de co-financiamento que viabiliza a construção do Parque de Ciência e Tecnologia de Trás-os-Montes, no qual se integram o Brigantia EcoPark (Bragança) e o Régia-Douro Park (Vila Real).

O projecto será concretizado por três entidades promotoras: a Associação do Parque de Ciência e Tecnologia do Porto – PortusPark, a Associação para o Desenvolvimento do Brigantia EcoPark e a Associação de Desenvolvimento Régia-Douro Park.

Representando um investimento de cerca de 19,3 milhões de euros, participado em 80 por cento pelo FEDER (o que totaliza o valor de 15,4 milhões de euros), o Parque de Ciência e Tecnologia de Trás-os-Montes integra dois pólos distintos: o Brigantia EcoPark, em Bragança, (9.499.596 euros) e o Régia-Douro Park, em Vila Real (9.488.821 euros), que deverão ser construídos num prazo de 36 meses, sendo que a restante verba do investimento efectuado (272.257 euros) destina-se à PortusPark.

A sua missão centra-se no acolhimento de empresas de base tecnológica e indústrias de baixo impacto ambiental, nos clusters da eco-energia, da eco-construção, do eco-turismo e dos produtos tradicionais, disponibilizando serviços de elevada qualidade e apresentando condições favoráveis à criação de redes de colaboração entre as instituições nele instaladas.

A criação de um ecoparque em Bragança potencializa a estratégia geral definida para o Concelho, que se centra na ideia de tornar Bragança uma ecocidade, ajudando a diversificar e a fortalecer o tecido empresarial e a reforçar a atractividade do Concelho e da Região, com base nas suas características endógenas.

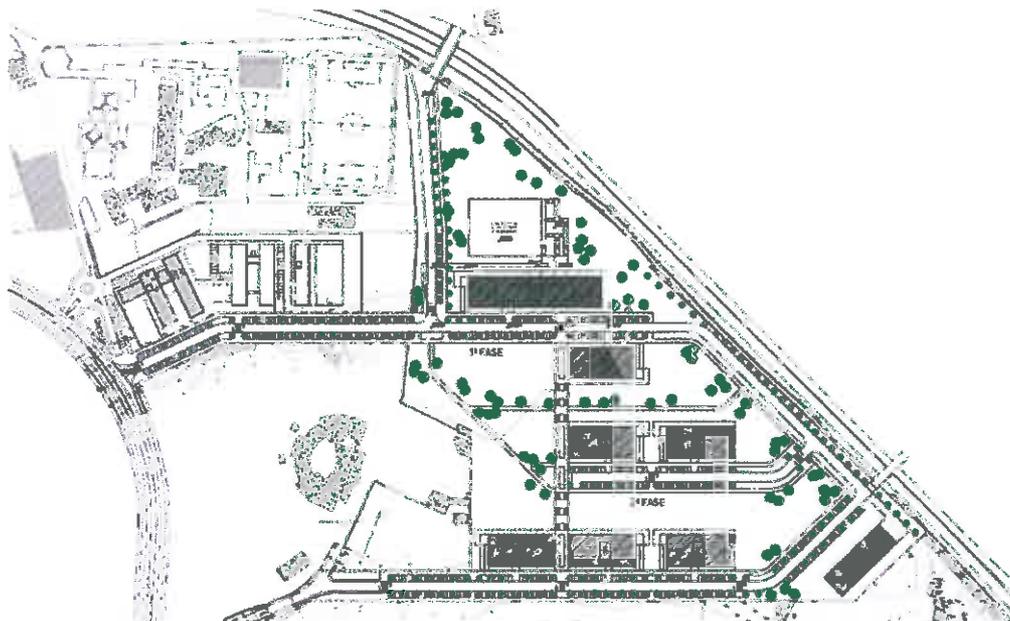
O Brigantia EcoPark reunirá as áreas científicas e tecnológicas ligadas à energia, ambiente e eco-construção, centrado nas competências instaladas do IPB e da UTAD, merecendo o apoio de algumas entidades do Sistema Científico e Tecnológico (SCT) nacional, designadamente do Centro de Estudos de Energia Eólica e Escoamentos Atmosféricos (CEsA), do Centro de Investigação em Biodiversidade e Recursos Genéticos (CIBIO) e do Instituto de Engenharia Mecânica e Gestão Industrial (INEGI).

O Brigantia EcoParque irá dispor de diferentes tipos de áreas:

- Área de acolhimento de empresas;
- Área de investigação e desenvolvimento;

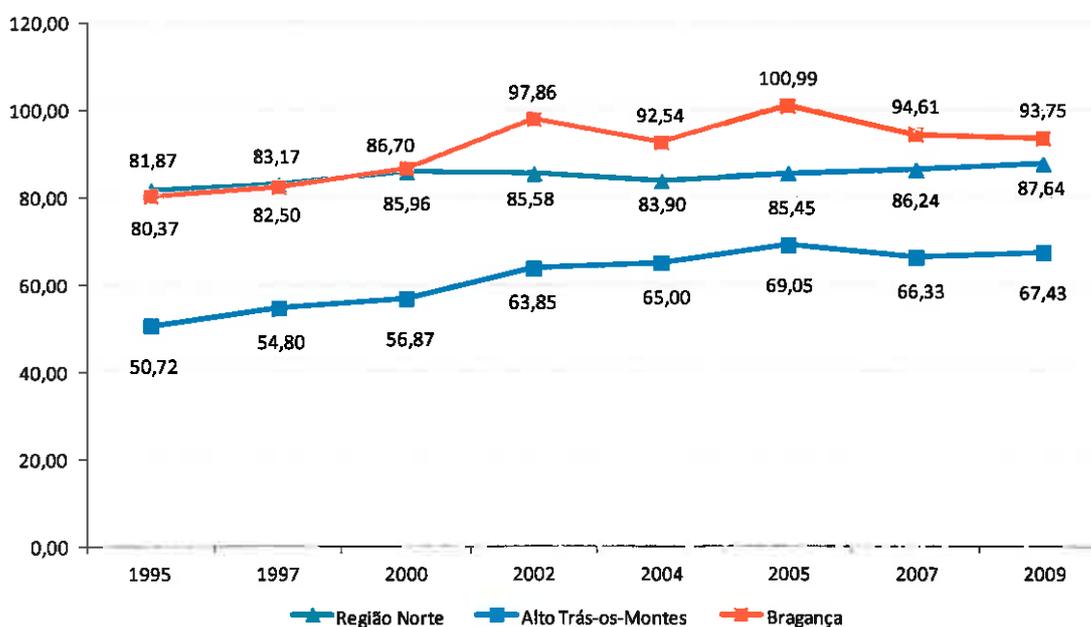


- Área comercial e para a instalação de serviços incluindo área comercial;
- Área de arruamentos e estacionamento público;
- Área de zonas verdes comuns.



Nos últimos 14 anos o poder de compra em Bragança evoluiu 13,38 pontos percentuais (pp), enquanto a média da Região Norte evoluiu 5,77 pp. Em 2009 o Índice de Poder de Compra era de 93,75 pp em Bragança, 87,64 pp na Região Norte e 67,43 pp na NUT III Alto Trás-os-Montes.

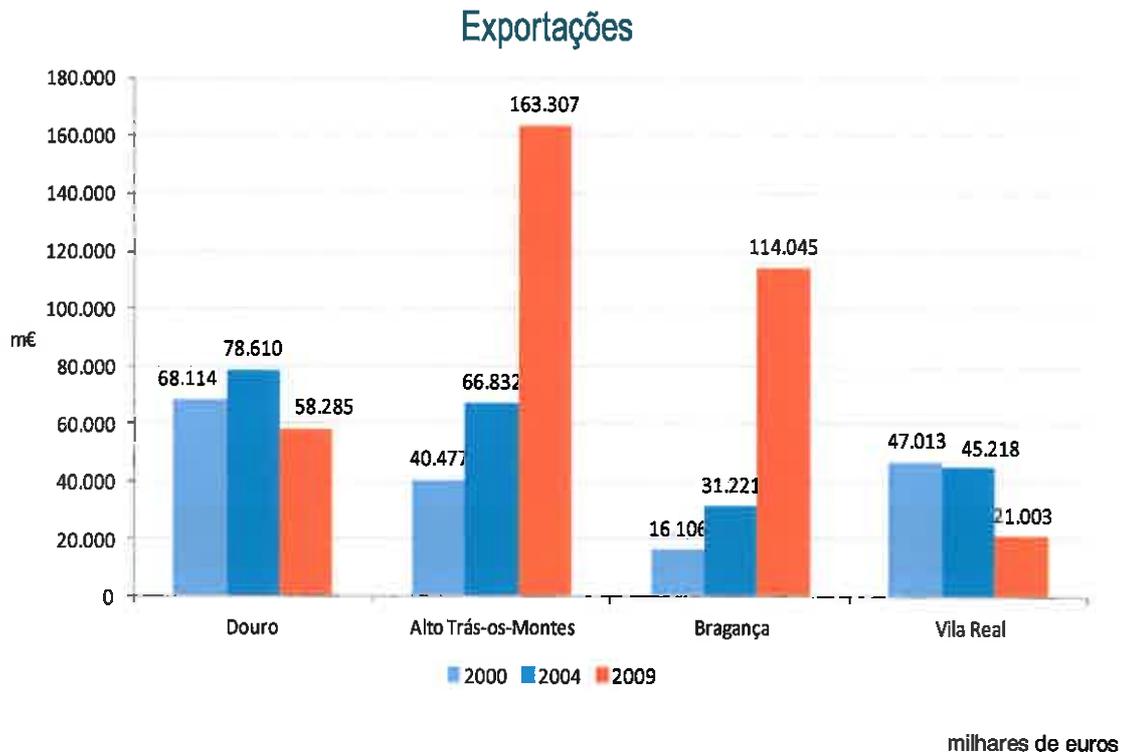
**GRÁFICO 14:** Índice de Poder de Compra (1995-2009)





No que concerne às exportações, na NUT III Douro e Alto Trás-os-Montes verifica-se que o Concelho de Bragança, em 2009, exportou o dobro da NUT Douro, 69,83% da NUT Alto Trás-os-Montes e 51,47% dos 33 municípios que integram as duas NUT em análise, o que evidencia que Bragança consolidou na transição do milénio a sua atractividade e liderança regional ao nível das actividades económicas e da população.

**GRÁFICO 15: Volume de exportações (2000-2009)**



Fonte: INE, Anuários Estatísticos da Região Norte 2001, 2005 e 2010



### 3.3. Transportes e Comunicações

#### 3.3.1. Transportes Rodoviários

##### 3.3.1.1. Rede Viária e Sinalização

Torna-se essencial assumir a mobilidade e a conectividade como factores importantes de competitividade, assegurando, numa perspectiva integrada e articulada, a construção e consolidação de uma malha viária que ligue os principais núcleos populacionais entre si, estabelecendo quer as necessárias conectividades com os pólos de desenvolvimento nacional e transfronteiriço, quer com os seus respectivos "hinterlands", alargando assim o mercado potencial dos principais núcleos e integrando na sua esfera de influência os centros urbanos de menor dimensão.

A mobilidade e conectividade são preponderantes na estratégia do Município de Bragança e relacionam-se directamente com o êxito ou inêxito de outras prioridades, das quais se refere a do desenvolvimento económico e da qualificação do sistema urbano e rural

Assim, destaca-se neste capítulo a execução, em 2012 e 2013, dos trabalhos de beneficiação e repavimentação das vias a seguir identificadas:

Designação	Investimento	Km
Caminho Municipal 1024 - Ligação da EN 308 a Laviados	400.000,00 €	6
Caminho Municipal 1061 - Ligação do Nó de Mós (A4) à EN 217	800.000,00 €	9
Caminho Municipal 1186 Formil - Fontes Barrosa	150.000,00 €	2
Estrada Municipal 521 Quinta da Seara ( Nó da A4 -Ligação Bragança Nascente)	300.000,00 €	3
Estrada Municipal 537 - Ligação do Nó de Rossas (A4) a Pinela (EN217)	750.000,00 €	8,5
Estrada Municipal 542 - Coelhoso - Rio Sabor (InterMunicipal)	400.000,00 €	4,2
<b>Total</b>	<b>3.500.000,00 €</b>	<b>32,7</b>

Encontra-se concluída a repavimentação da EM 521 de S. Pedro de Sarracenos a Alfaião e até ao final do ano estarão finalizados os trabalhos de melhoria e repavimentação da EM 537 de Santa Comba de Rossas a Rebordainhos

No que concerne à ligação da EN 308 a Laviados, o Município de Bragança já investiu cerca de 224.000€ em terraplanagens, pelo que em caso de aprovação da candidatura será dada continuidade à intervenção já realizada de melhoria dessa via.

Relativamente à segurança e informação rodoviária a mesma será acompanhada pela configuração de um SIG da Rede Viária, cadastrando o estado e características da rede viária e sinalética existente, optimizando as tarefas de manutenção e conservação da infra-estrutura.



O investimento previsto para a sinalização Rodoviária permitirá o reforço da inter-conectividade do concelho, sendo baseada numa solução simples, apreensível e de qualidade, que permita uma leitura global e organizada do sistema funcional proposto.

A sinalética na área rural pressupõe a retirada de toda a sinalética actualmente existente que, ao longo dos tempos, foi sendo instalada pelas diversas Juntas de Freguesia, no sentido de um encaminhamento mais eficiente dos automobilistas, sem no entanto, ter em consideração os normativos legais e funcionalidade da sinalética.

Sendo que 50% da área do concelho de Bragança está inserida no Parque Natural de Montesinho, a implementação de uma estratégia coerente a ajustada de sinalética direccional, permitirá a redução da perturbação visual na paisagem e reforço da uniformidade da sinalética, tendo como objectivo fundamental, prestar melhor informação aos turistas e à população em geral, beneficiando e valorizando a paisagem e o concelho enquanto destino turístico de elevada qualidade.

A estratégia concelhia de desenvolvimento sustentável e promoção da economia local, explanada no Plano de Desenvolvimento Integrado, a melhoria da competitividade dos territórios de baixa densidade será conseguida com a melhoria da acessibilidade local às propriedades e inter-conectividade dos territórios, nomeadamente através da melhoria dos caminhos rurais.

Ciente dessa realidade, o Município de Bragança apresentou uma candidatura ao programa PRODER para requalificação de alguns caminhos agrícolas do Concelho, tendo sido reprovada, pelo que num próximo aviso de candidatura será novamente submetido este projecto, envolvendo os seguintes caminhos:

- **Projecto 1** - Caminho Rural do Zoio;
- **Projecto 2** - Caminho Rural de Vila Nova – Donai;
- **Projecto 3** - Caminho Rural de Rebordãos - Senhora da Serra;
- **Projecto 4** - Caminho Rural de Pinela - Vila Boa;
- **Projecto 5** - Caminho Rural de Quintanilha – Paradinha;
- **Projecto 6** - Caminho Rural de Cova de Lua – Soutelo;
- **Projecto 7** - Caminho Rural de Fomil - Fontes Barrosas;
- **Projecto 8** - Caminho Rural Caminho do Lago.

No PAM está inscrito o montante de 30.000,00€ para apoio à construção da ponte internacional da Petisqueira sobre o Rio Maças. A presente obra será executada no âmbito do convénio de cooperação existente entre o Município de Bragança e a Diputación de



Zamora e será co-financiada em 75% pelo programa de cooperação transfronteiriça POCTEP, projecto VIAS, sendo o Chefe de Fila a Diputación.

### **3.3.1.2. Estacionamento**

Quanto ao estacionamento de veículos ligeiros, problema importante na parte antiga da cidade, foi nos últimos anos encarado o processo com uma perspectiva de futuro, adoptando soluções estruturantes e com dimensão, recorrendo a soluções de construção de parques de estacionamento subterrâneo (parque da Praça Camões, parque da Praça Cavaleiro de Ferreira, parque do Mercado Municipal) e de superfície (parque do Cemitério de Santo Condestável, parque junto às piscinas, parque da Catedral, parque do Castelo – Mata S. Sebastião), medidas estruturantes e que conjuntamente com os lugares de estacionamento assegurados nas vias novas construídas, irão assegurar nas próximas décadas boas condições de estacionamento na cidade.

Tem-se verificado nos últimos 3 anos, uma estabilização nas receitas com os parques subterrâneos e estacionamento condicionado.

No início do ano de 2012, entrará em funcionamento o serviço de “crediparcometro” no estacionamento condicionado. Com este sistema, os utentes poderão pagar o estacionamento com a utilização de um cartão previamente carregado não sendo necessário o recurso a moedas.

O estacionamento, chegadas e partidas de autocarros, está também resolvido para décadas, fruto do investimento realizado e já finalizado com a construção da Estação Rodoviária, dotada de modernidade, segurança e conforto. Verifica-se, anualmente, em Bragança, um tráfego de mais de 20.000 saídas e entradas de autocarros e mais de 100.000 passageiros embarcados e desembarcados.

### **3.3.3. Transportes Aéreos**

O aeródromo está em plena afirmação, que pode ser demonstrada pela recente renovação da certificação, pelo INAC, de vários serviços prestados por aquela infra-estrutura, nomeadamente, os serviços de informação aeronáutica (AFIS) e prestação de rádio ajudas.

Foi obtido parecer favorável do Instituto Nacional da Aviação Civil (INAC) na apreciação prévia de viabilidade da revisão do Plano Director do Aeródromo Municipal com aeronave crítica de projecto tipo Boeing 737-800 ou Airbus A320 sendo a primeira fase a realização dos Projecto



*Handwritten signatures and initials in the top right corner.*

de Execução da ampliação da pista de 1700 metros para 2300 metros, de requalificação dos equipamentos de apoio à navegação aérea e de reconversão dos edifícios de apoio de forma a tornar o aeródromo num Aeroporto Regional, garantindo assim o desenvolvimento e a diversificação da oferta de Bragança na área das acessibilidades. Foi também efectuado o Estudo-Prévio de Impacto Ambiental referente ao plano director.

Estão a decorrer obras de ampliação da placa de estacionamento/circulação, em 15.000 metros quadrados, para acesso à nova zona de hangaragem.

Foi concluída a construção de uma garagem destinada ao carro de combate a incêndios sediada no Aeródromo municipal.

Encontra-se na fase final de aprovação e publicação, um procedimento GNSS de ajuda à aterragem na pista 02 do aeródromo, baseado no sistema GPS e no VOR/DME.

De forma a dar cumprimento ao novo quadro legal, iniciou-se o ano de 2011, a implementação de um sistema de gestão e segurança no aeródromo municipal, que contempla a elaboração dos seguintes documentos: - Manual de Aeródromo; Manual de procedimentos do Serviço de Salvamento e Luta Contra Incêndios; e a revisão dos actuais Planos de Emergência e de Segurança. Prevê-se este processo estará concluído no primeiro semestre de 2012.

Iniciou-se o processo de certificação do sistema de meteorologia instalado no aeródromo Municipal. Neste processo, será necessário administrar formação específica aos Agentes de Informação de Tráfego aéreo que prestam serviço no aeródromo, bem como completar a actual estação automática de meteorologia com a instalação de equipamentos para medição da visibilidade e do tecto de nuvens.

No seguimento de recomendações efectuadas pelo INAC, está previsto a instalação de uma consola na torre de controlo e efectuar uma repintura da pista e placa.

### **3.4. Comércio e Turismo**

#### **3.4.1. Mercados e Feiras**

O projecto de requalificação do Forte de S. João de Deus contempla, também, a requalificação e a adaptação do espaço, que foi ocupado pelo Batalhão de Caçadores nº 3, para ali ser instalada a feira.

Para além da realização da feira, o local poderá ser utilizado para outras actividades, desde espectáculos ao ar livre a manifestações culturais e outras, como os Circos que até hoje nunca

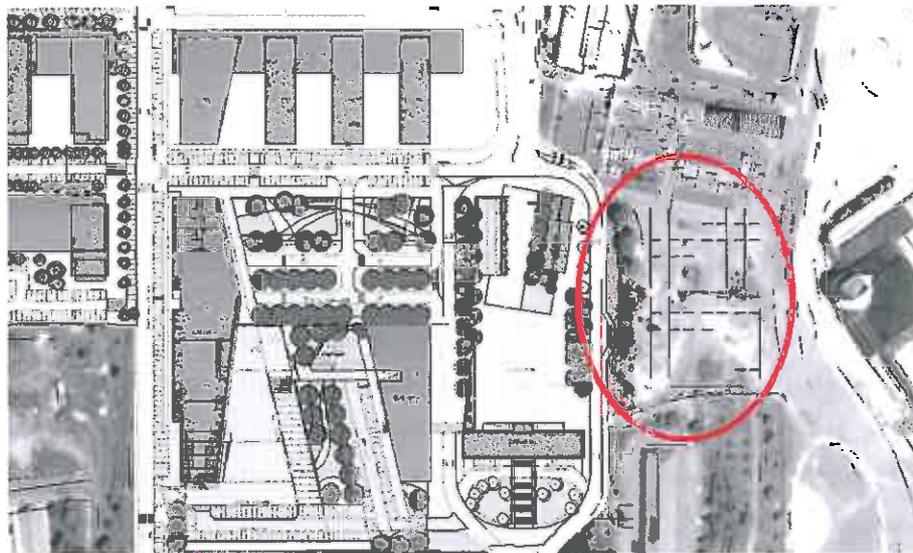


tiveram um local apropriado para a sua permanência na cidade, até à realização de exposições ou outros eventos com necessidades especiais em termos de espaço.

Com uma área de 13.000 m<sup>2</sup> irá permitir albergar, em excelentes condições, os cerca de 130 vendedores que montam os seus locais de venda no espaço actualmente utilizado para a realização da feira, em condições pouco condignas, ocupando um total de cerca de 6.000 m<sup>2</sup>.

Prevê-se que ao longo dos passeios envolventes do espaço da feira sejam instalados bancos em granito, alternando com árvores de sombra, de forma a proporcionar aos visitantes locais momentos de descanso com alguma comodidade.

Nesta data está em curso a elaboração dos projectos de execução, sendo a estimativa orçamental de aproximadamente 1,8 milhões de euros.

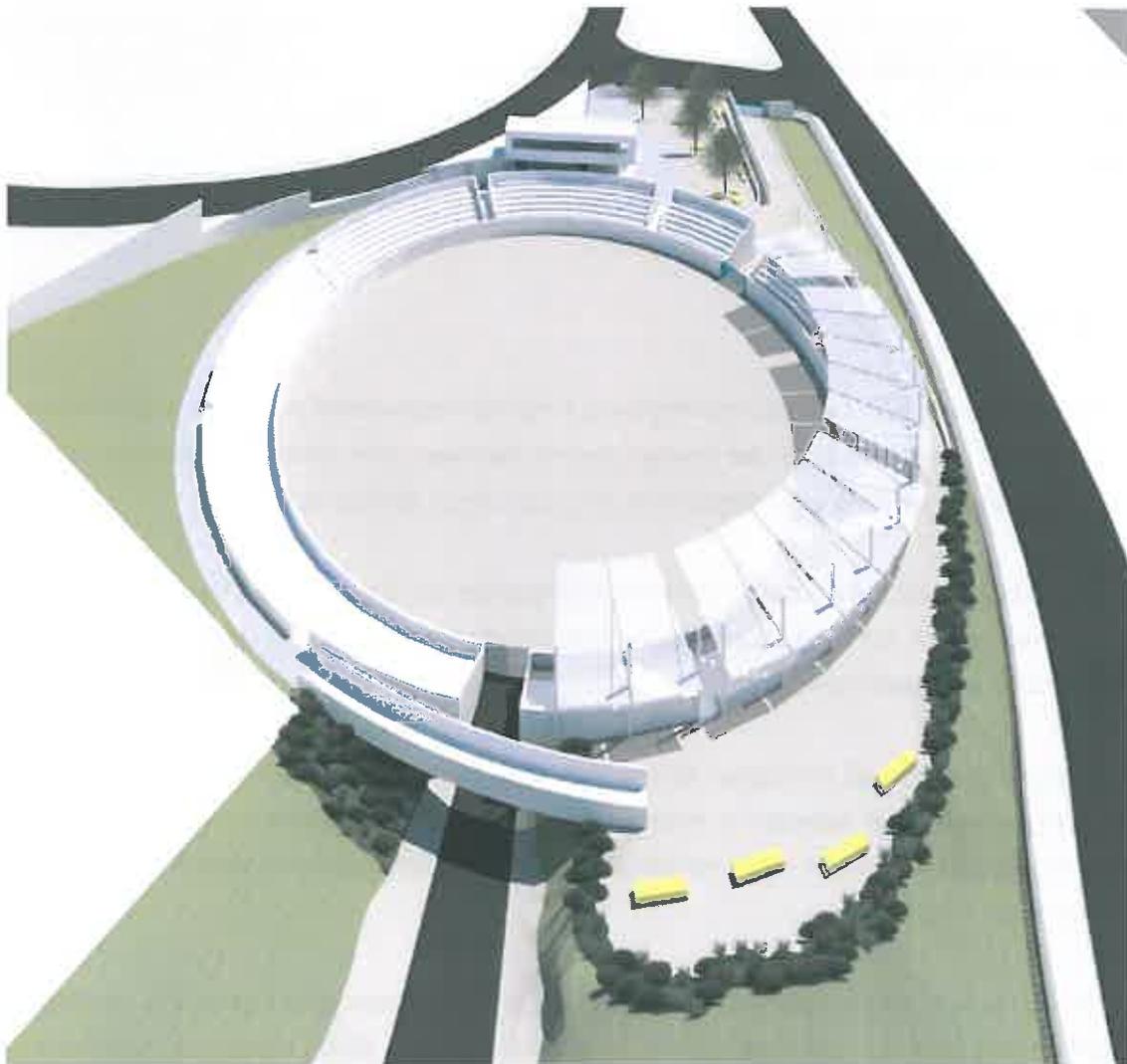




*Handwritten signatures and initials in the top right corner.*

O Município de Bragança vai construir o Espaço de Valorização das Raças Autóctones, com 50 metros de diâmetro, dispondo de uma bancada parcialmente coberta, instalações de bilhética, de inspeção sanitária, acessibilidade total a pessoas com mobilidade reduzida e outras instalações de apoio. Com um investimento previsto de 650 mil euros, foi submetida candidatura ao programa PROVERE, com uma taxa de co-financiamento de 80%, tendo sido já aprovado o Plano de Acção.

A localização deste equipamento, numa área desportiva que integra o Estádio Municipal, o Pavilhão Municipal, Complexo de ténis, piscinas ao ar livre e Piscinas Municipais, permitirá a realização de actividades relacionadas com animais, como o Concurso de Bovinos de Raça Mirandesa, a tradicional Chega de Touros de Raça Mirandesa, o Concurso de Cão do Gado Transmontano, o Concurso de Animais de Raça Churra Galega, entre muitas outras e variadas iniciativas, das quais se destacam os Jogos Tradicionais do Concelho de Bragança.





As feiras de Artesanato e das Cantarinhas constituem eventos de referência a nível regional e nacional, que continuarão a obter o apoio da autarquia bem como outras feiras temáticas (Norçaça, Norpesca e Norcastanha) impulsionadoras do comércio e da valorização dos produtos locais.

Uma aposta reforçada na Norcastanha permitirá alavancar toda a fileira de um produto que é determinante na economia agrária do nosso concelho.



### 3.4.2. Turismo

A elevada qualidade ambiental e paisagística, a riqueza monumental e cultural, a gastronomia, o artesanato, a hospitalidade das nossas gentes, permitem uma oferta diversificada junto do potencial turista que procura o concelho de Bragança como destino de férias.

A dimensão cultural e a qualidade patrimonial existentes em Bragança são uma alavanca para o desenvolvimento local, permitindo dinamizar actividades que representem uma mais valia para a economia do concelho.

Bragança tem criado as condições necessárias para se diferenciar como um destino turístico de eleição capaz de fidelizar e incentivar a procura de potenciais turistas nacionais e estrangeiros de modo a que estes permaneçam na região, dinamizando a economia através do sector do turismo.

O Centro de Arte Contemporânea Graça Morais, o Museu Ibérico da Máscara e do Traje, o Museu Abade de Baçal e o Museu Militar constituem hoje uma oferta turística de referência na região, contribuindo assim para uma maior atractividade da cidade.



*Handwritten signatures and initials in the top right corner.*

Aliado a este facto, a organização de eventos e actividades culturais como a Bienal da Máscara, o Carnaval dos Caretos, a Festa da História e a Norçaça, Norpesca e Norcastanha são mais que motivos para a cidade de Bragança se projectar como um factor de motivação de visita.

O Centro de Arte Contemporânea Graça Morais contribuiu também para uma maior notoriedade da cidade quando este equipamento em 2009 foi galardoado a nível nacional, pelo Instituto de Turismo de Portugal, e internacional, pelo "The Chicago Athenaeum Museum of Architecture and Design" (Estados Unidos da América), em parceria com o "The European Centre for Architecture and Urban Studies", que elegeu o Centro de Arte Contemporânea entre os mais de mil projectos de todo o Mundo que participaram no concurso, ajudando assim para a criação de um núcleo de visitantes que se deslocam a Bragança com o intuito específico de visitar/conhecer este equipamento cultural.

O Município de Bragança, em parceria com a Cátedra de Estudos Sefarditas "Alberto Benveniste" da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, pretende criar um Centro de Interpretação Sefardita do Nordeste Transmontano, integrado com o Centro de Arte Contemporânea Graça Morais a instalar em edifício próprio a reconstruir segundo projecto da autoria do arquitecto Souto Moura. Prevê-se um investimento global de 1 milhão de euros, a ser executado nos anos de 2012 e 2013. Será submetida candidatura ao programa Operacional da Região Norte.

A criação do Centro de Interpretação constitui uma forma activa de preservar a memória e a presença das comunidades judaicas que povoaram a região do Nordeste Transmontano e que desempenharam um papel relevante nas formas de sociabilidade da região e na diáspora.

No r/c do edifício será instalada a loja de turismo, em colaboração com a Entidade de Turismo Porto Norte Portugal, para facilitar o acesso à informação por parte dos turistas e permitir uma maior agilização da informação prestada.

Com o objectivo de promover e divulgar turisticamente a zona histórica, procedeu-se à implementação de um serviço de visitas áudio de modo a permitir ao visitante/turista efetuar a visita de acordo com as suas necessidades, interesses e vontades.

Este sistema de visita áudio é constituído por 20 unidades de equipamentos, nos quais a informação disposta se encontra em 4 idiomas (português/ espanhol/inglês/francês).

A implementação deste serviço irá permitir dotar a cidade de instrumentos capazes de fazer cumprir a função interpretação dos locais de visita (património arquitectónico e histórico) da cidade.



Município de Bragança

Para 2012 continuaremos a colaborar com as Instituições, directa ou indirectamente, ligadas ao sector do turismo, com as Câmaras Municipais do distrito, os municípios vizinhos da Província de Zamora, potenciando as relações que podem ser geradas a partir da Comunidade de Trabalho Bragança/Zamora, em articulação com a Comunidade de Trabalho Norte de Portugal/Castela e Leão, também no âmbito da Associação das Cidades do Eixo Atlântico do Norte Peninsular, no sentido da promoção eficaz da região num espaço mais amplo de cooperação.



*Handwritten notes:*  
muni  
H.  
J. Junt

## 8. Colaboração com as Juntas de Freguesia

Daremos continuidade à cooperação com as Juntas de Freguesia, apoiando-as técnica e financeiramente. Assente numa postura exigente ao nível da utilização dos recursos e no âmbito das suas competências promovendo a colaboração noutras áreas, desde a recuperação do património, construção de infra-estruturas, pavimentação de arruamentos, construção de equipamentos colectivos, arranjo e limpeza de caminhos, ampliação e requalificação de cemitérios, construção e reabilitação de pontões, promoção económica das actividades tradicionais, construção de sedes de Junta de Freguesia, construção de centros de convívio, arranjo de largos e outros trabalhos de requalificação, fazendo-o com qualidade e de forma criteriosa, no sentido da melhoria da qualidade de vida e do bem-estar do maior número de cidadãos.

As transferências previstas neste orçamento para apoiar financeiramente a actividade das Juntas de Freguesia são no valor de 1.206.600,00 euros, sendo 61.700 euros para despesas correntes e 1.144.900,00 euros de transferências de capital, incluindo estas, o valor das transferências contempladas no PAM (453.000,00 euros).

Comparativamente ao valor orçamentado no ano de 2011 – 1.167.600,00 euros, e pese embora o corte de 4,95% nas transferências que o Governo efectuará para as autarquias, no decurso do ano de 2012, o Município de Bragança continuará a apoiar financeiramente as Juntas de Freguesia, por considerar que estas são um parceiro estratégico para a promoção da coesão territorial e bem-estar dos cidadãos, pelo que as transferências para estas entidades são objecto de um aumento de 3,34%.

De referir que as verbas de capital previstas, no quadro 18, apenas serão transferidas com base na justificação prévia de aplicabilidade em investimentos concretos e validados pelo Município.

De registar que no corrente ano de 2011, até 30 de Outubro, as transferências de capital operadas para as Juntas de Freguesia, foram de aproximadamente 835.000,00 euros.

O PAM traduz um conjunto significativo de investimento a realizar na área rural, sendo de destacar:

- Pavimentações e/ou repavimentações de estradas;
- Apoio à construção/requalificação de Sedes de Junta de Freguesia, Centros de Convívio, polidesportivos e regadios tradicionais;
- Requalificação de largos;
- Realização de obras de beneficiação em vários cemitérios;

É ainda de referir que, o parque de máquinas e equipamento do Município está, no essencial, ao serviço da resolução das necessidades da população da área rural.

**QUADRO 22: previsões de transferências de Capital para as Freguesias**

Freguesias	Valor	Freguesias	Valor
ALFAIÃO	5.300	MÓS	4.600
AVELEDA	9.700	NOGUEIRA	5.500
BABE	6.400	OUTEIRO	8.000
BAÇAL	7.100	PARADA	9.700
BRAGANÇA (SANTA MARIA)	21.300	PARADINHA NOVA	4.700
BRAGANÇA (SÉ)	77.000	PARÂMIO	6.300
CALVELHE	5.200	PINELA	5.900
CARRAGOSA	6.000	POMBARES	3.500
CARRAZEDO	5.800	QUINTANILHA	6.300
CASTRELOS	4.900	QUINTELA DE LAMPAÇAS	6.000
CASTRO DE AVELÁS	5.000	RABAL	5.500
COELHO	6.800	REBORDAINHOS	4.700
DEILÃO	7.200	REBORDAOS	7.500
DONAI	5.600	RIO FRIO	7.000
ESPINHOSELA	7.800	RIO DE ONOR	6.700
FALDE	4.600	SALSAS	7.500
FRANÇA	9.300	SAMIL	6.300
GIMONDE	5.300	SANTA COMBA DE ROSSAS	4.900
GONDESENDE	4.500	S. JULIÃO DE PALÁCIOS	7.200
GOSTEI	6.500	S. PEDRO DOS SARRACENOS	5.200
GRUJO DE PARADA	7.300	SENDAS	5.300
IZEDA	10.800	SERAPICOS	6.600
MACEDO DO MATO	5.700	SORTES	6.000
MEIXEDO	4.300	ZOIO	5.700
MILHÃO	5.900		
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>391.900</b>	

Valores: euros



*Handwritten signatures and initials in the top right corner.*

## 9. Colaboração com as Associações

A Câmara Municipal, atenta ao relevante trabalho desenvolvido pelas diversas Associações, continuará a apoiar as actividades de âmbito cultural, desportivo, recreativo e social, contribuindo para o reforço da cidadania activa e a construção de uma maior solidariedade no Município.

Estas acções/ actividades têm por base acordos de colaboração previamente celebrados, incidindo uma parte significativa das verbas no apoio à construção e conservação de equipamentos.

A actual conjuntura económica e financeira do país exige medidas de contenção e uma maior selectividade dos apoios a conceder, pelo que no âmbito da colaboração com as Instituições sem fins lucrativos, o valor orçamentado tem em 2012 um decréscimo de 400.000,00 euros, comparativamente ao orçado no ano anterior. Assim, estão previstas transferências de verbas no valor global de 969.000,00 euros, sendo 663.000,00 euros de origem corrente e 306.000,00 euros de capital. Destes montantes, 819.000,00 euros encontram-se reflectidos no Plano de Actividades Municipal.

Às instituições particulares de solidariedade social (IPSS) continuaremos a prestar uma atenção especial tendo em conta o trabalho que desenvolvem a favor dos mais esquecidos, marginalizados e excluídos socialmente do processo de desenvolvimento e daqueles que, por impossibilidades físicas e outras, necessitam de apoios especiais.

Neste âmbito, em parceria com outras instituições, estão inscritas verbas para reabilitação de habitações de famílias carenciadas, para a construção de centros de convívio de associações e para apoiar a construção de centros de dia e lares de terceira idade.

Continuando a colaborar com as Comissões Fabriqueiras contribuiremos para a recuperação do património religioso edificado, um dos mais proeminentes na área do Município.



## 10. Participações detidas pelo Município em outras Entidades

O Município de Bragança integra ou participa, no âmbito das suas competências, no capital social das seguintes empresas:

**QUADRO 23: Entidades societárias participadas**

Denominação das entidades societárias participadas	Objecto	Participação subscrita		Obs.
		Valor	%	
Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A.	Concessionária do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais de Trás-os-Montes e Alto Douro.	1.070.867,00 €	3,82	
Laboratório Regional de Trás-os-Montes, Lda.	Químicos / Análises Químicas	3.741,00 €	4,55	
Mercado Municipal de Bragança, E.M.	Administração de imóveis por conta de outrém	1.848.027,82 €	100,00	
Município - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, S.A.	Topografia / Mapas e Plantas	24.950,00 €	0,77	a)
PENOG - Parque Eólico de Nogueira, Lda.	Produção de electricidade de origem eólica, geotérmica, solar e de origem, n.e.	2.000,00 €	4,00	
Resíduos do Nordeste, E.I.M.	Tratamento e Eliminação de Outros Resíduos não Perigosos.	18.500,00 €	37,00	
Terra Fria Carnes, Lda.	Agricultura e Pecuária / Matadouros	635.000,00 €	100,00	

a) Deliberado em reunião de Câmara Municipal de 11 de Julho de 2011 e em sessão da Assembleia Municipal de 30 de Setembro de 2011 a alienação da participação do Município de Bragança no capital social da empresa Município E.M., S.A - Empresa Metropolitana de Cartografia - EMC



Integra, ainda, as seguintes associações:

*Handwritten signatures and initials:*  
 H: [Signature]  
 [Signature]  
 [Signature]

**QUADRO 24: Entidades não societárias participadas**

Denominação das entidades não societárias	Participação subscrita e/ou realizada   Quota Anual		Observ.
	Valor	%	
AMTAD - Associação de Municípios de Trás-os-Montes e Alto Douro			
AMTFNT - Associação de Municípios Terra Fria do Nordeste Transmontano	59.368,05 €		0,5% sobre as transferências do OE para o MB, cf. nº 1 do art.º 30.º dos Estatutos da Associação
ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses	4.756,00 €		Quota Anual
Associação "Fórum Ibérico das Cidades Amuralhadas"	450,00 €		
Associação "Cidades Saudáveis"			
Associação "Amigos de Pedro e Inês"	1.000,00 €		
Associação Centro Ciência Viva de Bragança	100.000,02 €		Encargos estatutariamente a cargo do MB
Associação de Municípios de Fins Múltiplos – Comunidade Intermunicipal de Trás-os-Montes – CIM-TM	42.328,89 €		
Associação do Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular	6.000,00 €		Quota Anual
Associação Norte Cultural			
Associação para o desenvolvimento do Brigantia Ecopark – Parque de Ciência e Tecnologia	100.000,00 €		50% do Fundo Social da Associação (200 UP - cada UP 500,00€)
Associação para o desenvolvimento do Régia Douro Park – Parque de Ciência e Tecnologia	2.000,00 €	0,04	
Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico	548,68 €	0,86	
Associação Técnica e de Municípios da Via Rápida Léon - Bragança	500,00 €		
Associação "Agência de Energia de Trás-os-Montes"			
Corane - Associação de Desenvolvimento da Raia Nordestina			Participação detida pela e através da Associação de Municípios Terra Fria do Nordeste Transmontano (AMTFNT)
Entidade Regional de Turismo do Norte "Turismo do Porto e Norte de Portugal"	3.000,00 €		
Associação do Parque de Ciência e Tecnologia do Porto (PortusPark)	10.000,00 €		
Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial ZASNET			No qual o Município participa através da AMTFNT

Participa, também, na "Fundação Rei D. Afonso Henriques" e preside à direcção da "Fundação os Nossos Livros".

**QUADRO 25: Fundações instituídas, em parte, pelo Município de Bragança**

Denominação das fundações instituídas	Integra
Fundação "Os Nossos Livros"	a Direcção, a qual preside
Fundação Hispano - Portuguesa Rei D. Afonso Henriques	a Comissão Executiva Delegada

